Valide aqui este documento

Serviço de Registro de Imóveis
Comarca de Pérola – Estado do Paraná
Rua Felinto Muller, 272 – Fone (44) 3636-1663
Agostinho Carlos Thon – Agente Delegado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE
Prazo: 15 (quinze) dias

Pérola-PR, 14/10/2026

Agostinho Carlos Thon, Agente Delegado Titular do Registro de Imóveis da Comarca de Pérola – PR, no uso de suas atribuições, na forma da Lei nº. 9.514/97,

Faz saber a todos os interessados que o Banco do Brasil S/A CNPJ: 00.000.000/1629-22, na qualidade de credor fiduciário, com base no art. 26 § 4º., da Lei nº. 9.514/97, Protocolo n.º 52.733, a **INTIMAÇÃO** do devedor fiduciante: ELICIO FERREIRA BARROS, CPF. ***.705.719-**, que está em lugar incerto ou inacessível, para efetuar o pagamento, preferencialmente, no endereço do credor fiduciário, no **PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado por 3 dias, o encargo no valor de **R$ 64.284,76**, em 14/10/2026, sujeito atualização, monetária, aos juros de mora, e as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que venceram no prazo desta intimação, relativos ao contrato de financiamento imobiliário nº. 135.405.598, firmado em Pérola-PR, aos 23/10/2019, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob nº. **R-10/M-8.548**, objeto da matrícula **8.548** deste SRI. Nesta oportunidade, fica cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciária Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 26 § , 7º. Da Lei nº. 9.514/97. Para que chegue a conhecimento do devedor, expediu-se o presente edital. Eu, Gabriela de Oliveira Lacerda, Escrevente Substituta, digitei e subscrevi.

Documento assinado eletronicamente por: **GABRIELA DE OLIVEIRA LACERDA (***.038.579-**)**

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/3DTFS-AQ5LP-HGHEJ-BREZE
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
.onr

Valide aqui este documento

Serviço de Registro de Imóveis
Comarca de Pérola – Estado do Paraná
Rua Felinto Muller, 272 – Fone (44) 3636-1663
Agostinho Carlos Thon – Agente Delegado

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE
Prazo: 15 (quinze) dias

Pérola-PR, 14/10/2026

Agostinho Carlos Thon, Agente Delegado Titular do Registro de Imóveis da Comarca de Pérola – PR, no uso de suas atribuições, na forma da Lei nº. 9.514/97,

Faz saber a todos os interessados que o Banco do Brasil S/A CNPJ: 00.000.000/1629-22, na qualidade de credor fiduciário, com base no art. 26 § 4º., da Lei nº. 9.514/97, Protocolo n.º 52.733, a **INTIMAÇÃO** do devedor fiduciante: THAYZA LUZIA COSTA BARROS, CPF. ***.468.009-**, que está em lugar incerto ou inacessível, para efetuar o pagamento, preferencialmente, no endereço do credor fiduciário, no **PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado por 3 dias, o encargo no valor de **R$ 64.284,76**, em 14/10/2026, sujeito atualização, monetária, aos juros de mora, e as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que venceram no prazo desta intimação, relativos ao contrato de financiamento imobiliário nº. 135.405.598, firmado em Pérola-PR, aos 23/10/2019, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob nº. **R-10/M-8.548**, objeto da matrícula **8.548** deste SRI. Nesta oportunidade, fica cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciária Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 26 § , 7º. Da Lei nº. 9.514/97. Para que chegue a conhecimento do devedor, expediu-se o presente edital. Eu, Gabriela de Oliveira Lacerda, Escrevente Substituta, digitei e subscrevi.

Documento assinado eletronicamente por: **GABRIELA DE OLIVEIRA LACERDA (***.038.579-**)**

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/A7HRX-KV2X9-BVJVS-4CHM9
Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br
ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar
.onr

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
PORTARIA Nº 446/2026, de 14 de Outubro de 2026.
SÚMULA: Concede Licença-Maternidade e Auxílio-Natalidade à servidora e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
I - Conceder LICENÇA-MATERNIDADE, prevista no artigo 1º da Lei nº 072/2009, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora abaixo relacionada:
NOME MATRÍCULA CARGO PERÍODO DE GOZO
ELIANE MENEZ DA SILVA RABELO 607 TÉCNICO EM ENFERMAGEM
10/10/2026 À 07/04/2027
II - Conceder à servidora, com base no artigo 82 da Lei nº 455/92, Auxílio-Natalidade em razão do nascimento de filho, no valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor de referência inicial da tabela de vencimentos do Município, a ser pago em parcela única.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 10 de outubro de 2026.
Alto Piquiri, 14 de Outubro de 2026.
Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 276/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: INSTITUI O PLANO DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAFEZAL DO SUL – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de dar transparência aos atos da Administração Pública e aproximar o cidadão dos serviços municipais;
CONSIDERANDO a importância de padronizar, organizar e dar caráter estratégico às diretrizes de comunicação interna e externa da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas da Rede Municipal de Ensino,
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituído o Plano de Comunicação Municipal, documento estratégico orientado a padronizar e otimizar a divulgação de informações, ações e estratégias de mobilização e mecanismos de divulgação de resultados da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º. O Plano de Comunicação tem como finalidade organizar, padronizar e fortalecer a comunicação interna e externa da Secretaria Municipal de Educação de Cafezal do Sul, Paraná. O documento parte do que já é praticado pela Secretaria — e-mail institucional, grupos de WhatsApp, página no Facebook, perfil no Instagram e a aba de Educação no site institucional da Prefeitura — e propõe etapas e ações complementares para tornar essa comunicação mais estratégica, contínua e transparente.
Art. 3º. O Plano de Comunicação Municipal constitui instrumento de planejamento e organização das ações de comunicação da Secretaria Municipal de Educação, devendo ser observado pelos setores e unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, conforme suas respectivas atribuições.
Art. 4º. Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Plano de Comunicação serão o(a) Secretário(a) Municipal de Educação, a Assessoria de Comunicação, a Coordenação Pedagógica, a Direção das unidades escolares e o Setor de Tecnologia da Informação, dentro de suas respectivas competências.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL
CRISTIANE DE LIMA DO NASCIMENTO RAMOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná
PORTARIA Nº 361/2026.
Homologa e Adjudica a Pregão Eletrônico SRP nº 028/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 028/2026, que trata sobre a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais elétricos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, departamentos e demais setores da Administração Municipal de Perobal – PR., tendo sido declarada vencedora a(s) empresa(s) abaixo especificadas:
1) H A FRANCO INSTALAÇÕES ELETRICAS E ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 47.816.578/0001-84, o valor dos itens vencidos de R$ 87.379,60 (oitenta e sete mil trezentos setenta nove reais e sessenta centavos);
2) E D PARANHOS ELETRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 35.709.525/0001-85, o valor dos itens vencidos de R$ 54.814,00 (cinquenta quatro mil oitocentos quatorze reais);
3) J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob n.º 32.735.001/0001-70, o valor de dos itens vencidos de R$ 292.090,84 (duzentos noventa e dois mil noventa reais e oitenta quatro centavos).
Art. 2º- Fica adjudicado em favor dos licitantes vencedores o objeto do respectivo certame licitatório.
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, 15 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 275/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: INSTITUI O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE CAFEZAL DO SUL – PR, DEFINE SUA COMPOSIÇÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.053/2026 E ESTABELECE NORMAS DE FUNCIONAMENTO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.053/2026, de 15 de setembro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Cafezal do Sul;
CONSIDERANDO que o art. 4º, inciso XIII, da Lei Municipal nº 1.053/2026 prevê a criação do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e estabelece as categorias de representação que o compõem;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar a atuação do Comitê, assegurando o acompanhamento das aprendizagens, da fluência leitora e dos resultados das avaliações, bem como o planejamento de ações pedagógicas,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES
Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cafezal do Sul – PR, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, previsto na Lei Municipal nº 1.053/2026, como instância de articulação, planejamento, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º. O Comitê tem por finalidade contribuir para a implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com a Lei Municipal nº 1.053/2026, o Programa Educa Juntos, a estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 3º. São objetivos do Comitê:
I – Acompanhar as ações destinadas a garantir a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – Acompanhar indicadores de aprendizagem, leitura, escrita, compreensão textual e fluência leitora;
III – Analisar resultados de avaliações diagnósticas, formativas e externas e subsidiar o replanejamento pedagógico;
IV – Contribuir para a identificação das necessidades de recomposição das aprendizagens e para a proposição de intervenções pedagógicas;
V – Incentivar a formação continuada, o compartilhamento de práticas exitosas e a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VI – Colaborar para a redução das desigualdades de aprendizagem e para a promoção da equidade educacional.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º. Em conformidade com o art. 4º, inciso XIII, da Lei Municipal nº 1.053/2026, o Comitê será composto por 08 (oito) representantes, distribuídos nas seguintes categorias:
I – 02 (dois) professores representantes da Educação Infantil, das turmas de Infantil 4 e Infantil 5;
Titular: ANDREIA MARIA DA SILVA
Suplente: FRANCIELI CAROLINE DE GOZ SANTOS
II – 02 (dois) professores representantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
Titular: LUCILENE DUARTE EUZÉBIO SCATAMBURLO
Suplente: CLAUDEMAR BRANDÃO DE OLIVEIRA
III – 02 (dois) representantes da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
Titular: LEILA FÁTIMA DE OLIVERA CENE
Suplente: CLAUDIA NASCIMBENI THOMAZ
IV – 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação.
Titular: ESTEFANI APARECIDA SOARES DOS SANTOS
Suplente: ADRIANA MAIA DE OLIVEIRA COGO
§ 1º. Os representantes titulares e, se necessário, seus respectivos suplentes serão indicados pelas instâncias ou segmentos correspondentes e formalizados por ato próprio da Administração Municipal ou da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as competências legais.
§ 2º. A coordenação dos trabalhos será organizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que prestará orientação e apoio ao Comitê, nos termos do art. 4º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.053/2026.
§ 3º. A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 4º. Poderão ser convidados, sem direito a voto, profissionais ou representantes de órgãos e instituições cuja contribuição seja pertinente aos assuntos em pauta.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES
Art. 5º. Compete ao Comitê:
I – Acompanhar a implementação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
II – Contribuir para o planejamento e o monitoramento das metas e estratégias municipais de alfabetização;
III – Acompanhar os resultados das avaliações internas e externas e dos indicadores de fluência leitora;
IV – Propor, com base nos dados educacionais, encaminhamentos e ações para apoiar as escolas e os estudantes;
V – Acompanhar iniciativas de recomposição das aprendizagens e de incentivo à leitura, à escrita e à oralidade;
VI – Incentivar a socialização de experiências e práticas exitosas de alfabetização e letramento;
VII – Colaborar com a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VIII – Registrar as discussões, deliberações e encaminhamentos em atas e relatórios;
IX – Recomendar ajustes nas ações da Política Municipal de Alfabetização, considerando os resultados e as necessidades identificadas.
CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO E DO MONITORAMENTO
Art. 6º. O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.
Art. 7º. As reuniões serão registradas em ata, contendo participantes, assuntos tratados, encaminhamentos, responsáveis e prazos, quando houver.
Art. 8º. O Comitê acompanhará, entre outros aspectos, os resultados das avaliações, os níveis de leitura e escrita, a fluência leitora, a participação dos estudantes, as ações de recomposição das aprendizagens e a execução das estratégias pedagógicas planejadas.
Art. 9º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário, disponibilizará os dados educacionais pertinentes e articulará as ações com os programas estaduais e federais de alfabetização.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10. O Comitê reger-se-á por regimento próprio, conforme previsto no art. 4º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.053/2026, podendo propor normas complementares para sua organização e funcionamento.
Art. 11. Os casos omissos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para análise, observada a legislação vigente.
Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL
CRISTIANE DE LIMA DO NASCIMENTO RAMOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
DECRETO N.º 435/2026
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por excesso de arrecadação no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Ordinária n° 70, de 17/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL).
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específica no orçamento do Executivo municipal vigente.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por excesso de arrecadação no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal, conforme a seguir:
04 – PROCURADORIA JURÍDICA
04.001 – GABINETE DO PROCURADOR
04.001.04.091.0006.2008 – Manutenção do Gabinete da Procuradoria
FONTE 1107 – Rateio de Honorários Advocatícios
(103) 3.1.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 155.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR...R$ 155.000,00
Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º deste Decreto, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:
a) O produto do excesso de arrecadação na fonte de recursos 1107 – Rateio de Honorários Advocatícios:
FONTE 1107 – Rateio de Honorários Advocatícios
Excesso de arrecadação...R$ 155.000,00
TOTAL DE EXCESSO..R$ 155.000,00
Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 69, de 17/12/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026/2029, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 34, de 17/07/2025 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2026 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2026, no que couber.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PEROBAL
Estado do Paraná
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 022/2026
REF. AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 029/2025
CONTRATANTE: Município de Perobal, Estado do Paraná
CONTRATADO DIRCIMARA FERREIRA LEAL DOS SANTOS
MATRÍCULA: 3176430
CARGO: Professor 20 horas – Regime Especial
VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: iniciando em 14 de Outubro 2026 e término em 31/12/2026..
Perobal, 13 de Outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE PEROBAL
IPREVP
Rua Guassatonga, 895 - Fone (44) 3625-8300 CEP. 87538-000 PEROBAL - PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº3
Ref: CONTRATO Nº02/2023.
Contratante: Município de Perobal
Contratado: PUBLIPREV CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA
Cláusula Primeira: Fica alterado o prazo de vigência disposto na Clausula Terceira do presente contrato, encerrando-se em 03 de novembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica reajustado o valor da Clausula Terceira de R$ 4.349,40 (quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos) para R$ 4.578,75 (quatro mil quinhentos setenta e oito reais e setenta e cinco centavos) a serem pagos mensalmente referente a prorrogação do prazo de vigência disposto na clausula primeira do presente aditivo.
Cláusula Terceira: Ratificam-se as demais clausulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.
Data: 15/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
DECRETO N.º 436/2026
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por superávit financeiro no valor de R$ 74.819,81 (setenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais com oitenta e um centavos), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Ordinária n° 70, de 17/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL).
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específica no orçamento do Executivo municipal vigente.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por superávit financeiro no valor de R$ 74.819,81 (setenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais com oitenta e um centavos), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal, conforme a seguir:
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001 – DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
08.001.15.451.0030.1032 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA – VIAS URBANAS
FONTE 3512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) – Superávit
(753) 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 74.819,81
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR...R$ 74.819,81
Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º deste Decreto, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:
a) O produto do superávit financeiro apurado na fonte de recursos 3512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) – Superávit:
FONTE 3512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) – Superávit
Superávit financeiro..R$ 74.819,81
TOTAL DE SUPERÁVIT...R$ 74.819,81
Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 69, de 17/12/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026/2029, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 34, de 17/07/2025 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2026 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2026, no que couber.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 001
CONTRATO NÚMERO 260/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU LIGA, DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DURANTE OS JOGOS QUE VIEREM A OCORRER NO MUNICIPIO DE MARILUZ, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATORIO PREGÃO Nº 53/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. JOSÉ ADAGILSO BEZERRA, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o 474.646.979-72 residente e domiciliado na cidade de MOREIRA SALES/PR. representante da empresa J.A. BEZERRA TRANSPORTES, aqui denominada Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 260/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de (17/10/2026), encerrando-se em 17/10/2027.
Parágrafo Primeiro. Em razão da prorrogação e para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o valor será reajustado em 4,835% (quatro virgula, oitocentos e trinta cinco por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), acumulado no período.
Parágrafo Segundo. O valor de cada arbitragem dos jogos de futsal categoria livre, e base para o período da prorrogação, passa (futsal livre) de R$ 275,00 (duzentos e setenta cinco reais), para R$ 288,30 (duzentos e oitenta oito reais e trinta centavos), e o outro jogo de R$ 334,00 (trezentos e trinta quatro reais) para R$ 350,15 (trezentos e cinquenta reais e quinze centavos), e (futsal cat. Base) de R$ 259,00 (duzentos e cinquenta nove reais) para R$ 271,53 (duzentos e setenta um reais e cinquenta e três centavos) consequentemente alterando o valor do contrato de R$ 49.400,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos reais) para R$ 51.789,40 (cinquenta e um mil, setecentos oitenta nove reais e quarenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE. A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 140/2025, a qual demonstrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
Parágrafo Único. A referida análise inclui pesquisa de preços de mercado, e cotação, que atestou a compatibilidade do valor reajustado com as condições atuais praticados no setor de arbitragem, em estrita observância aos princípios da economicidade e da eficiência que regem a Administração Pública.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 15 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
J.A BEZERRA TRANSPORTES
JOSÉ ADAGILSO BEZERRA
Contratada
Testemunhas
NOME...CPF....................
NOME...CPF....................

TERMO ADITIVO Nº 001
CONTRATO NÚMERO 261/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU LIGA, DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DURANTE OS JOGOS QUE VIEREM A OCORRER NO MUNICIPIO DE MARILUZ, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATORIO PREGÃO Nº 53/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. GUILHERME DA SILVA FRACISCO, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o 084.718.269-09 residente e domiciliado na cidade de UMUARAMA/PR. representante da empresa GUILHERME DA SILVA CAMTRUCK LTDA, aqui denominada Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 261/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de (17/10/2026), encerrando-se em 17/10/2027.
Parágrafo Primeiro. Em razão da prorrogação e para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o valor será reajustado em 4,835% (quatro virgula, oitocentos e trinta cinco por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), acumulado no período.
Parágrafo Segundo. O valor de cada arbitragem dos jogos de futebol, suíço, para o período da prorrogação, passa de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), para R$ 272,57 (duzentos e setenta dois reais e cinquenta sete centavos), consequentemente alterando o valor do contrato de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais) para R$ 10.902,80 (dez mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE. A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 140/2025, a qual demonstrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
Parágrafo Único. A referida análise inclui pesquisa de preços de mercado, e cotação, que atestou a compatibilidade do valor reajustado com as condições atuais praticados no setor de arbitragem, em estrita observância aos princípios da economicidade e da eficiência que regem a Administração Pública.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 15 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
GUILHERME DA SILVA CAMTRUCK LTDA
GUILHERME DA SILVA FRANCISCO
Contratada
Testemunhas
NOME...CPF....................
NOME...CPF....................

TERMO ADITIVO Nº 001
CONTRATO NÚMERO 262/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU LIGA, DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DURANTE OS JOGOS QUE VIEREM A OCORRER NO MUNICIPIO DE MARILUZ, DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATORIO PREGÃO Nº 53/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SRA. ANY CAROLINY DANTAS DOS SANTOS, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o 105.625.109-31 residente e domiciliado na cidade de ALTO PARAISO/PR. representante da empresa ANY CAROLINY DANTAS DOS SANTOS ME, aqui denominada Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 262/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de (17/10/2026), encerrando-se em 17/10/2027.
Parágrafo Primeiro. Em razão da prorrogação e para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o valor será reajustado em 4,835% (quatro virgula, oitocentos e trinta cinco por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), acumulado no período.
Parágrafo Segundo. O valor de cada arbitragem dos jogos de futebol e futsal, suíço, vôlei e handebol para o período da prorrogação, passa (futebol) de R$ 582,00 (quinhentos e oitenta dois reais), para R$ 610,15 (seiscentos e dez reais e quinze centavos), e outros jogos de R$ 394,00 (trezentos e noventa quatro reais) para R$ 413,05 (quatrocentos e treze reais e cinco centavos), consequentemente alterando o valor do contrato de R$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais) para R$ 44.511,45 (quarenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e quarenta cinco centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE. A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 140/2025, a qual demonstrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
Parágrafo Único. A referida análise inclui pesquisa de preços de mercado, e cotação, que atestou a compatibilidade do valor reajustado com as condições atuais praticados no setor de arbitragem, em estrita observância aos princípios da economicidade e da eficiência que regem a Administração Pública.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 15 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
ANY CAROLINY DANTAS DOS SANTOS-ME
ANY CAROLINY DOS SANTOS
Contratada
Testemunhas
NOME...CPF....................
NOME...CPF....................

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL
Estado do Paraná
DECRETO Nº 278/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: DISPÕE SOBRE O ENDEREÇO OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:
Art. 1º - Fica estabelecido o endereço da SECREATARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na Rua Argentina nº 551, Centro, CEP: 87565-000, na cidade de Cafezal do Sul, Estado do Paraná.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 277/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Boas Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar — "Educação que Inspira", no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Cafezal do Sul, estabelece diretrizes para a realização do Seminário e Concurso Municipal de Boas Práticas e dispõe sobre os critérios de participação, avaliação, reconhecimento e premiação.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente aqueles relacionados ao direito à educação, à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, à valorização dos profissionais da educação e à gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular — BNCC e os referenciais curriculares adotados pela Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância de valorizar, reconhecer, registrar e divulgar as práticas pedagógicas e de gestão escolar desenvolvidas pelos profissionais da educação;
CONSIDERANDO a necessidade de incentivar o planejamento pedagógico intencional, a interdisciplinaridade, a investigação, a inclusão, o protagonismo dos estudantes e a avaliação das aprendizagens;
CONSIDERANDO a relevância da formação continuada, da socialização de experiências e da reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem;
CONSIDERANDO a importância da gestão democrática e participativa, do planejamento coletivo, do acompanhamento pedagógico e da utilização de evidências para o aprimoramento da educação pública municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as políticas de alfabetização, a equidade educacional e as iniciativas de reconhecimento de boas práticas desenvolvidas nas instituições municipais de ensino,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES
Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Boas Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar — "Educação que Inspira", no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Cafezal do Sul, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 1º. O Programa tem por finalidade identificar, reconhecer, valorizar, registrar, divulgar e socializar práticas pedagógicas e de gestão escolar que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública municipal.
§ 2º. O Programa poderá ser desenvolvido por meio de seminários, concursos, mostras pedagógicas, encontros formativos, exposições, publicações e outras ações de compartilhamento de experiências educacionais.
§ 3º. As edições do Programa poderão contemplar temáticas específicas, relacionadas às políticas educacionais, às necessidades de aprendizagem e às prioridades da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º. São objetivos do Programa Municipal de Boas Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar:
I – Reconhecer e valorizar o trabalho dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação envolvidos no desenvolvimento de práticas significativas;
II – Incentivar o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas com objetivos de aprendizagem claramente definidos;
III – Estimular a interdisciplinaridade e a articulação efetiva entre os conhecimentos curriculares;
IV – Promover metodologias que favoreçam a participação, a investigação, a criatividade, o pensamento crítico e o protagonismo dos estudantes;
V – Fortalecer a alfabetização, a recomposição e a consolidação das aprendizagens, respeitadas as especificidades de cada etapa de ensino;
VI – Incentivar práticas educacionais inclusivas, equitativas e contextualizadas;
VII – promover a socialização e o compartilhamento de experiências entre os profissionais e as instituições da Rede Municipal de Ensino;
VIII – Fortalecer a formação continuada, a reflexão sobre a prática e o trabalho colaborativo;
IX – Incentivar a gestão democrática, a participação da comunidade escolar e a corresponsabilidade pelos processos educacionais;
X – Valorizar iniciativas de planejamento institucional, acompanhamento pedagógico, monitoramento de resultados e resolução de desafios educacionais;
XI – Constituir registros institucionais de práticas que possam subsidiar o planejamento, a formação e o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais;
XII – Contribuir para a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
CAPÍTULO II
DAS CATEGORIAS E DOS PARTICIPANTES
Art. 3º. O Concurso Municipal de Boas Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar contemplará três categorias:
I – Categoria Educação Infantil: destinada às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;
II – Categoria Ensino Fundamental – Anos Iniciais: destinada às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação que atuam nessa etapa de ensino;
III – Categoria Gestão e Coordenação Pedagógica: destinada às práticas de gestão escolar e coordenação pedagógica desenvolvidas por diretores e coordenadores pedagógicos das instituições municipais de ensino.
§ 1º. As práticas poderão ser inscritas individualmente ou em equipe, conforme as condições estabelecidas em regulamento próprio.
§ 2º. Nas inscrições coletivas, todos os autores deverão comprovar participação efetiva no planejamento, na execução, no acompanhamento ou na avaliação da prática apresentada.
§ 3º. Cada prática coletiva corresponderá a uma única inscrição e será avaliada como um único trabalho.
§ 4º. A participação de professores de componentes curriculares específicos, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Jornada Ampliada e demais modalidades de atuação será disciplinada em regulamento, observadas as atribuições profissionais e a natureza das práticas desenvolvidas.
Art. 4º. Poderão participar do Concurso os profissionais da educação vinculados à Rede Municipal de Ensino de Cafezal do Sul que tenham desenvolvido práticas no âmbito de suas atribuições profissionais, durante o período estabelecido no regulamento da respectiva edição.
§ 1º. A inscrição no Concurso será voluntária.
§ 2º. A participação nas atividades pedagógicas e institucionais dos projetos municipais não implicará inscrição automática no Concurso.
§ 3º. Os trabalhos inscritos deverão ser de autoria dos participantes e apresentar evidências de sua efetiva execução.
§ 4º. Não será permitida a inclusão de autores que não tenham contribuído efetivamente para a prática apresentada.
CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS
Art. 5º. As práticas pedagógicas inscritas deverão demonstrar intencionalidade, coerência metodológica, articulação curricular e contribuição para as aprendizagens das crianças e dos estudantes.
§ 1º. As práticas deverão apresentar, conforme sua natureza:
I – Identificação dos autores e da instituição;
II – Tema e justificativa;
III – Objetivos de aprendizagem;
IV – Articulação com a BNCC e os documentos curriculares aplicáveis;
V – Descrição do planejamento e das etapas de desenvolvimento;
VI – Metodologias e recursos utilizados;
VII – Formas de participação das crianças ou estudantes;
VIII – Procedimentos de acompanhamento e avaliação;
IX – Registros e evidências das aprendizagens;
X – Reflexão crítica sobre os resultados alcançados.
§ 2º. A apresentação de produtos finais, exposições, fotografias ou registros de atividades, isoladamente, não será considerada comprovação suficiente de aprendizagem, devendo ser acompanhada de informações sobre o processo pedagógico desenvolvido.
Art. 6º. A interdisciplinaridade constituirá diretriz pedagógica e critério específico de avaliação das práticas inscritas nas categorias docentes.
§ 1º. Na Categoria Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as sequências didáticas deverão demonstrar articulação intencional e significativa entre os conhecimentos dos componentes curriculares envolvidos.
§ 2º. O regulamento de cada edição poderá estabelecer número mínimo de componentes curriculares articulados, observadas as condições de participação dos profissionais e as especificidades das práticas.
§ 3º. A simples indicação de diferentes componentes curriculares no planejamento, sem demonstração de sua integração no desenvolvimento e na avaliação da prática, não caracterizará, por si só, interdisciplinaridade.
§ 4º. Os participantes deverão explicitar como os conhecimentos curriculares se relacionaram e de que maneira essa articulação contribuiu para a compreensão do tema e para as aprendizagens dos estudantes.
§ 5º. Na Categoria Educação Infantil, será considerada a integração significativa dos campos de experiências, em consonância com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na BNCC.
§ 6º. A avaliação da interdisciplinaridade priorizará a qualidade da articulação entre os conhecimentos, não sendo atribuída pontuação adicional exclusivamente pela quantidade de componentes curriculares mencionados.
Art. 7º. As práticas inscritas na Categoria Gestão e Coordenação Pedagógica deverão demonstrar contribuição para a organização institucional, o planejamento, a formação, a participação coletiva ou o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem.
Parágrafo único. A avaliação dessa categoria considerará a natureza das atribuições dos gestores e coordenadores pedagógicos, não sendo exigida a apresentação de sequência didática de sala de aula.
CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO
Art. 8º. As práticas inscritas serão avaliadas de acordo com critérios objetivos, previamente estabelecidos e divulgados em regulamento próprio.
§ 1º. A avaliação será realizada em escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
§ 2º. Para fins de classificação e premiação, somente serão consideradas as práticas que alcançarem pontuação final mínima de 70 (setenta) pontos.
§ 3º. O alcance da pontuação mínima não assegurará, isoladamente, o recebimento de premiação, que dependerá da classificação obtida e das demais condições previstas neste decreto e no regulamento.
§ 4º. O regulamento estabelecerá a distribuição dos pontos, os descritores de desempenho, os procedimentos de cálculo das notas, os critérios de desempate e as condições para apresentação de recursos.
Art. 9º. A avaliação das práticas pedagógicas das categorias Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais observará, respeitadas as especificidades de cada etapa, os seguintes critérios:
I – Intencionalidade pedagógica, clareza dos objetivos e articulação com a BNCC;
II – Interdisciplinaridade e integração curricular;
III – Coerência entre planejamento, metodologia e execução;
IV – Participação, inclusão e protagonismo das crianças e dos estudantes;
V – Pertinência e relevância pedagógica da temática desenvolvida;
VI – Acompanhamento, avaliação e evidências das aprendizagens;
VII – Reflexão crítica sobre os resultados e as possibilidades de aperfeiçoamento.
Parágrafo único. A pontuação referente à interdisciplinaridade deverá considerar a efetiva integração dos conhecimentos, dos objetivos, das atividades e dos processos de avaliação, não se limitando à identificação de diferentes componentes curriculares ou campos de experiências.
Art. 10. A avaliação das práticas inscritas na Categoria Gestão e Coordenação Pedagógica observará os seguintes critérios:
I – Identificação da necessidade ou do desafio institucional;
II – Planejamento e organização da ação;
III – Gestão democrática e participação dos profissionais e da comunidade escolar;
IV – Liderança pedagógica e trabalho colaborativo;
V – Acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem;
VI – Utilização de registros, avaliações e indicadores para orientar decisões;
VII – Promoção da inclusão e da equidade;
VIII – Evidências de resultados e contribuição para a melhoria institucional;
IX – Reflexão crítica, continuidade e possibilidade de compartilhamento da experiência.
Parágrafo único. A distribuição dos pontos deverá considerar as especificidades da gestão escolar e da coordenação pedagógica, conforme matriz de avaliação própria.
CAPÍTULO V
DAS BANCAS AVALIADORAS
Art. 11. A avaliação das práticas será realizada, preferencialmente, por bancas externas, constituídas por profissionais com formação e experiência compatíveis com as categorias avaliadas.
§ 1º. Poderá ser constituída uma banca específica para cada categoria.
§ 2º. As bancas poderão contar com três avaliadores cada, conforme disponibilidade e condições de organização.
§ 3º. Os avaliadores deverão observar os critérios e instrumentos previamente publicados, assegurando imparcialidade, transparência e isonomia.
§ 4º. Os avaliadores deverão declarar eventuais situações de conflito de interesses, ficando impedidos de avaliar práticas em relação às quais não possam atuar com independência.
Art. 12. O regulamento poderá prever apresentação oral das práticas e momento de arguição pelas bancas avaliadoras.
§ 1º. O tempo de apresentação, a duração da arguição e a forma de avaliação serão previamente divulgados.
§ 2º. As apresentações deverão observar condições equivalentes entre os participantes de uma mesma categoria.
§ 3º. Os trabalhos poderão ser analisados previamente pelas bancas, mediante acesso à documentação apresentada pelos participantes.
CAPÍTULO VI
DA CLASSIFICAÇÃO E DA PREMIAÇÃO
Art. 13. O Concurso Municipal de Boas Práticas Pedagógicas e de Gestão Escolar poderá reconhecer e premiar até três práticas em cada categoria, correspondentes ao primeiro, segundo e terceiro lugares.
§ 1º. Na Categoria Educação Infantil, poderão ser premiadas:
I – Primeira colocação;
II – Segunda colocação;
III – Terceira colocação.
§ 2º. Na Categoria Ensino Fundamental – Anos Iniciais, poderão ser premiadas:
I – Primeira colocação;
II – Segunda colocação;
III – Terceira colocação.
§ 3º. Na Categoria Gestão e Coordenação Pedagógica, poderão ser premiadas:
I – Primeira colocação;
II – Segunda colocação;
III – Terceira colocação.
§ 4º. Poderão ser premiadas até nove práticas, distribuídas entre as três categorias, desde que atendidos os critérios de elegibilidade, pontuação mínima e classificação.
Art. 14. A concessão das premiações observará a quantidade de trabalhos regularmente inscritos, habilitados e classificados com pontuação mínima de 70 (setenta) pontos.
§ 1º. Quando o número de trabalhos habilitados que alcançarem a pontuação mínima for inferior a três em determinada categoria, serão concedidas somente as premiações correspondentes às colocações efetivamente alcançadas.
§ 2º. A existência de uma única inscrição em determinada categoria não assegurará premiação automática, ficando o trabalho sujeito à avaliação e à pontuação mínima estabelecida.
§ 3º. Na ausência de trabalhos habilitados ou que alcancem a pontuação mínima, a respectiva categoria ficará sem premiação.
§ 4º. Não haverá transferência automática de premiações não concedidas para outras categorias.
§ 5º. A classificação observará a ordem decrescente das pontuações finais, aplicados, quando necessários, os critérios de desempate previstos no regulamento.
Art. 15. O reconhecimento das práticas poderá compreender:
I – Certificados de participação;
II – Certificados de classificação ou destaque;
III – Troféus, medalhas ou placas;
IV – Divulgação institucional das experiências;
V – Outras modalidades de reconhecimento e premiação legalmente admitidas.
§ 1º. A eventual concessão de premiação pecuniária ou de bens de valor econômico dependerá de autorização legal suficiente, previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, além da observância dos procedimentos administrativos, contábeis e tributários aplicáveis.
§ 2º. Os valores, as modalidades de premiação e as regras aplicáveis às inscrições coletivas deverão ser definidos e divulgados antes da abertura das inscrições.
§ 3º. Nas inscrições coletivas, a distribuição de eventual premiação pecuniária observará as condições previstas no regulamento e a legislação pertinente.
§ 4º. A premiação não constituirá vantagem funcional permanente nem gerará direito à repetição em edições posteriores.
CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO ORGANIZADORA
Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura constituirá a Comissão Organizadora responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento do Concurso e das atividades a ele vinculadas.
§ 1º. A composição da Comissão poderá contemplar representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da equipe pedagógica, das instituições de ensino e de outros segmentos pertinentes às finalidades do Programa.
§ 2º. Quando a edição estiver vinculada a projeto intersetorial, poderão integrar a Comissão representantes de outras secretarias municipais e da comunidade.
§ 3º. A composição nominal, as atribuições específicas e os procedimentos de funcionamento da Comissão serão definidos por ato próprio.
Art. 17. Compete à Comissão Organizadora, observadas as atribuições da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – Colaborar na elaboração e no aperfeiçoamento do regulamento;
II – Organizar e divulgar o cronograma;
III – Orientar os procedimentos de inscrição;
IV – Acompanhar o recebimento e a conferência da documentação;
V – Apoiar a organização das bancas avaliadoras;
VI – Assegurar a divulgação prévia dos critérios e procedimentos;
VII – Organizar os espaços e as condições de apresentação;
VIII – Acompanhar os procedimentos de classificação e divulgação dos resultados;
IX – Apoiar a realização da cerimônia de reconhecimento e premiação;
X – Sistematizar os registros e a avaliação da edição realizada.
Art. 18. Os integrantes da Comissão Organizadora que participarem da elaboração do regulamento, da definição dos critérios, da organização das avaliações ou de decisões sobre classificação e premiação ficarão impedidos de concorrer na respectiva edição.
§ 1º. O impedimento alcançará a participação como autor ou coautor de trabalho concorrente.
§ 2º. O impedimento não afastará a possibilidade de participação do profissional nas atividades pedagógicas regulares ou nos projetos desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino.
§ 3º. As situações de conflito de interesses e os demais impedimentos serão disciplinados em regulamento, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da isonomia.
CAPÍTULO VIII
DO REGULAMENTO E DAS EDIÇÕES
Art. 19. Cada edição do Concurso será disciplinada por regulamento específico, divulgado previamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único. O regulamento deverá estabelecer, no mínimo:
I – Tema e objetivos da edição;
II – Categorias e condições de participação;
III – Prazos e procedimentos de inscrição;
IV – Documentação exigida;
V – Critérios de autoria individual e coletiva;
VI – Requisitos pedagógicos e de gestão;
VII – Critérios e matrizes de avaliação;
VIII – Pontuação e procedimentos de classificação;
IX – Composição e funcionamento das bancas;
X – Formas de apresentação dos trabalhos;
XI – Critérios de desempate e procedimentos de recurso;
XII – Condições de reconhecimento e premiação;
XIII – Regras de impedimento e prevenção de conflitos de interesses;
XIV – Procedimentos de divulgação dos resultados.
Art. 20. A edição de 2026 poderá ser desenvolvida em articulação com o Projeto Municipal "Raízes que nos Formam: História, Identidade e Igualdade Racial", observadas as diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais e os objetivos pedagógicos definidos para o respectivo projeto.
Parágrafo único. As condições específicas da edição de 2026, inclusive a temática, o cronograma, as inscrições, a interdisciplinaridade, a avaliação e a premiação, serão estabelecidas em regulamento próprio, após os procedimentos de discussão e organização pertinentes.
CAPÍTULO IX
DA DIVULGAÇÃO E DO REGISTRO DAS EXPERIÊNCIAS
Art. 21. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá promover a divulgação das práticas pedagógicas e de gestão escolar apresentadas no âmbito do Programa, com a finalidade de incentivar o compartilhamento de experiências e a formação continuada.
§ 1º. A divulgação observará os direitos autorais, a proteção de dados pessoais e as autorizações legalmente necessárias para utilização de imagem e voz.
§ 2º. Os registros envolvendo crianças e adolescentes deverão observar a legislação de proteção integral e os procedimentos institucionais aplicáveis.
Art. 22. As experiências apresentadas poderão integrar acervo institucional de boas práticas, destinado ao planejamento, à formação e ao aprimoramento das políticas educacionais municipais.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 23. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias pertinentes, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as disposições legais aplicáveis.
Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir atos complementares necessários à execução deste decreto, respeitadas suas competências legais.
Art. 25. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as disposições legais vigentes e, quando necessário, mediante manifestação dos órgãos jurídicos e de controle competentes.
Art. 26. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL
CRISTIANE DE LIMA DO NASCIMENTO RAMOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA
ESTADO DO PARANÁ
Praça Brasil, 2001 – Fone (44) 3662-1030 – CEP 87480-000 – Maria Helena-PR
CNPJ 76.247.386/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 044 (Estatutário Efetivo)

Referente ao Edital de Concurso Público Nº 001/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando das faculdades outorgadas pelo art. 66, incisos VI e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Convocar o (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovado (s) em **Concurso Público**, a fim de submeter-se ao Exame de Sanidade Física e Mental, e posterior nomeação:

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Silvana Maria Rosa	26°

Os (candidato (s) convocado (s) por este Edital **deverá (ão) comparecer no local** do quadro abaixo para avaliação de sanidade física e mental:

Local:	Endereço:
UBS	Rua Bom Sucesso n° 487, Vila Brasília, Fone: 44 3662-1029. (Ao lado do CRAS), verificar disponibilidade de horário para atendimento.

Deverão portar consigo os resultados dos exames abaixo relacionados para que possa ser emitido, por médico do município de Maria Helena-Pr ou credenciado por este, o **Atestado de Sanidade Física e Mental**, sendo que os custos dos exames correrão por conta do candidato:

- Raio X do Tórax;
- Hemograma;
- Urina Tipo 1.

Após aprovação nos Exames Médicos, o candidato deverá comparecer **até o dia 22 de outubro de 2026**, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maria Helena, portando o original e fotocópia dos seguintes documentos:

- C.P.F.
- Cédula de Identidade (R.G.).
- Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.
- Carteira Nacional de Habilitação, quando for o caso;
- Certificado de Reservista (se do sexo masculino);
- Título de Eleitor e Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- CPF dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovante da escolaridade exigida para o cargo (acompanhado de histórico escolar) e, quando ser o caso, registro no órgão de classe;
- Comprovante de residência;
- Uma foto 3X4 recente;
- Atestado de Sanidade Física e Mental (Emitido por médico do município); e
- Certidão Negativa de Ações Civis e Criminais. **(ESTADUAL) (emitida no Fórum em Umuarama).**
- Apresentar os documentos originais com cópia (ou entregar cópias autenticadas em cartório).

Maria Helena-PR, 15 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

PORTARIA Nº. 265/2026

Súmula: Designar os (as) servidores (as) como Fiscais e Gestores de Contratos de bens e/ou serviços/obras contratados do **Departamento de Obra e Serviços Urbanos** e das outras previdências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica designados (as) servidores (as) como Fiscais e Gestores de Contratos de bens, serviços e de obras contratados do **Departamento de Obra e Serviços Urbanos** do Município, conforme a 14.133/2021 art. 117, caput e o DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022, composta pelos seguintes membros:

DEPARTAMENTO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Fiscal de bens, serviço e fiscal da obra:	Fiscal: VIVIANNE MENDES LöWE, engenheira, número de matricula: 11196425, inscrito no CREA/PR Nº 171558-D. Fiscal suplente de obras: LUIZ EDUARDO CANDIDO, inscrito no CREA/PR Nº 145164-D, contratado.
	Gestor de contratos:	Lucas Buch Reberti Matricula: 77762

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2026.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao 13 dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Everton Barbieri
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 067/2024
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2024

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA,** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sobre o número 09.008.389/0002-96,localizado na rua Rui Barbosa 826, Altônia-PR, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **Sr. DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, simplesmente doravante denominado **CREDENCIANTE,** e a empresa **FERNANDA LUCENA SERVIÇOS MÉDICO LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 53.247.460/0001-85, com sede à RUA OSWALDO CRUZ, 163, CENTRO, na cidade de Maringá, , doravante denominada simplesmente **CREDENCIADO,** resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Credenciamento nº. 01/2024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO ACRÉSCIMO DE VALOR
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de **R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais** ao valor contratual referente à prestação de serviços de atendimento das equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF, 20 horas semanais, passando o valor mensal a ser acrescido da referida quantia.

DO VALOR CONTRATUAL
Em decorrência do acréscimo previsto na cláusula primeira, o valor contratual será acrescido de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, correspondente a R$ 6.000,00 (seis mil reais) para o período de 12 (doze) meses, mantidas as demais condições de pagamento previstas no contrato original.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Altônia-PR., 15/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 437, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.
Altera o Decreto Municipal n.º 380, de 15 de setembro de 2025, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Cruzeiro do Oeste do Estado do Paraná dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DO CRUZEIRO DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e XXV do § 1° do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e com fundamentos nos demais dispositivos legais,
CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n° 04, de 30 de janeiro de 2024;
CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n.º 22, de 02 de junho de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 228, de 28 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 380, de 15 de setembro de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 74, de 24 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o Memorando de Protocolo n.º 2026005494, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 06 de outubro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º Ficam alterados os incisos IV e V do artigo 1º, do Decreto Municipal n.º 380, de 15 de setembro de 2052, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º
[...]
IV – DAYANNY CARVALHO HERNANDES, inscrita no CPF sob o nº 077.***.***-22, como membro titular, representante não governamental de Entidade que atua na área do Transtorno do Espectro Autista;
V – PÂMELA DOMINGOS, inscrita no CPF sob o nº 052.***.***-80, como membro suplente, representante não governamental de Entidade que atua na área do Transtorno do Espectro Autista." (NR)
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 15 DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 030/2025
PROCESSO DE COMPRA Nº 154/2025
PROCESSO DIGITAL N° 1899/2025

O MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa,815-Centro, na cidade Altônia-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Diego Jardim Pergo** ,brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia-PR, portador da Cédula de Identidade RG n.°10.559.278-7, inscrito no CPF n.° 069.595.959-08, e **SBARDELOTTO ACESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 58.441.806/0001-03, doravante denominada **CONTRATADA** com sede na Rua João Reghin,3076, Residencial Royal Garden, na cidade de Umuarama-PR, neste ato representada pela Sra. **Simone Sbardelotto Valente**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 8.477.508-8, inscrita no CPF/ n.º 044.678.119-31 resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 164/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA PRORROGAÇÃO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e de vigência do Contrato de Prestação de Serviços n° 164/2025 pelo período de **6 (seis) meses**, contado do término da vigência originalmente estabelecida.
Em razão da presente prorrogação, o prazo final de vigência do contrato passa para **12/04/2027**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FINANCEIRA
A presente prorrogação de prazo **não implica acréscimo de valor, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração quantitativa ou inclusão de novos serviços**.
Permanecem inalterados os valores, os critérios de medição e as condições de pagamento originalmente estabelecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 164/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Altônia-PR, 15 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Alto Paraíso
ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1.025 – FONE/FAX: (044) 3664-1171 – (044) 36641177
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR

ATO DA MESA Nº 060/2026

RATIFICA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

PROCESSO INTERNO Nº 34/2026

OBJETO: 03 (três) inscrições, destinadas a 03 (três) servidores da Câmara Municipal de Alto Paraíso – PR, para participação no curso (seminário) **"PREVENÇÃO, PLANEJAMENTO E TOMADA DE DECISÃO DIANTE DE CRISES E EVENTOS EXTREMOS", "COMISSÕES TÉCNICAS E INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES" e "A FORMAÇÃO DO PREÇO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: RESPONSABILIDADES E CUIDADOS PARA ASSESSORES E SERVIDORES"**, a ser realizado no Auditório do Hotel Franco, na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no período de 20 a 23 de outubro de 2026.

O curso será realizado pela empresa **BLG Assessoria e Treinamentos Ltda.**, inscrita no CNPJ nº **68.398.497/0001-81.**

Valor da inscrição: **R$ 2.890,00** (dois mil oitocentos e noventa reais) por participante, perfazendo o valor total de **R$ 8.670,00** (oito mil seiscentos e setenta reais) para as 03 (três) inscrições.

Considerando a instrução do Processo Interno nº 34/2026 e o atendimento dos requisitos legais, com fundamento nas justificativas, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, **RATIFICO E ADJUDICO** a Inexigibilidade de Licitação nº 23/2026 em favor da empresa **BLG Assessoria e Treinamentos Ltda.**, inscrita no CNPJ nº **68.398.497/0001-81**, para a execução do objeto acima descrito, pelo valor total de **R$ 8.670,00.**

A contratação direta fundamenta-se no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, observados os pressupostos legais aplicáveis à inexigibilidade de licitação.

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

JOSE CARLOS DOS SANTOS
Presidente

ALVARO MARTINS DE MELO
1º Secretário

PUBLICADO NO JORNAL UMUARAMA ILUSTRADO
EDIÇÃO: _____ PG. _____
DATA: __/____/_____
ASSINATURA: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1.025 – FONE/FAX: (044) 3664-1171 – (044) 3664-1177
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR

ATO DA MESA Nº 061/2026

A mesa diretora da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, Resolve:

Autorizar os servidores **CÍCERO COSMO**, com o devido requerimento nº 70/2026, **LEONARDO JOSÉ DA SILVA**, com o devido requerimento nº 71/2026, e **JEFERSON ANTUNES DA SILVA**, com o devido requerimento nº 72/2026, protocolados na Secretaria, para participação no curso (seminário) **"PREVENÇÃO, PLANEJAMENTO E TOMADA DE DECISÃO DIANTE DE CRISES E EVENTOS EXTREMOS", "COMISSÕES TÉCNICAS E INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES" e "A FORMAÇÃO DO PREÇO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: RESPONSABILIDADES E CUIDADOS PARA ASSESSORES E SERVIDORES",** a ser realizado no Auditório do Hotel Franco, na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no período de 20 a 23 de outubro de 2026.

Todos os requerimentos foram protocolados na secretaria.

Curso realizado pela empresa **BLG ASSESSORIA E TREINAMENTOS LTDA., CNPJ nº 68.398.497/0001-81**. Com direito ao recebimento de 03 (três) diárias para cada servidor e reembolso de suas despesas com locomoção, conforme Lei Municipal nº 636/2025, de 14/04/2025, publicada em 17/04/2025 na Edição nº 13.292.

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso, aos 15 (quinze) dias de outubro de 2026.

JOSE CARLOS DOS SANTOS
Presidente

ALVARO MARTINS DE MELO
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE OUTUBRO/2026
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: WAGNER EDVIRGES
MATRICULA: 202431
DESTINO/UF: ARAPONGAS
SAÍDA: 02:55 H 13/10/2026
RETORNO:17:00 H 13/10/2026
MEIO DE TRANSPORTE: ONIX PLACA: UCG2G14
CUSTO APROXIMADO: RS 160,00

Pagamento de 1/4 (UM QUARTO) diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R102,85 (CENTO E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de ARAPONGAS, TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MEDICO.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
Estado do Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Elias Sobreiro dos Santos, designado pela Portaria Municipal nº 002/2026 de 16 de Janeiro de 2026, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, MAMADEIRAS, BICOS DE MAMADEIRA, CHUPETAS, COPOS INFANTIS, TERMÔMETROS CLÍNICOS, HASTES FLEXÍVEIS DE ALGODÃO E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "BICHINHO DA MAÇÃ", DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PR, CONFORME QUANTIDADES ESTIMADAS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.
Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.
Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 109/2021, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial, fica permitida a participação neste certame somente empresas enquadradas como Microempresas, empresas de Pequenas Empresas e equiparadas sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama. Entende-se como região a Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraíma/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambrê/PR, (Fonte: http://www.ipardes.pr.gov.br), conforme Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h00min horas do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13h01min às 13h15min horas do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h16min horas do dia 29/10/2026.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 36.238,90 (trinta e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3192 de 21 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 ás 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 55 da Lei Federal 14133/2021.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

EDITAL RETIFICADO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026.
Exclusivo MEI/ME/EPP

O Município de Cafezal do Sul – PR, torna público aos interessados a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.cafezaldosul.pr.gov.br**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, **Decreto Municipal n° 065/2023 e 066/2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino e materiais, insumos e acessórios necessários para a execução de procedimentos de inseminação artificial, destinados ao atendimento das ações do Programa de Inseminação Artificial – PIA, visando apoiar e fomentar a melhoria genética dos rebanhos bovinos dos produtores rurais do Município de Cafezal do Sul/Pr.

VALOR MÁXIMO: **R$ 79.204,79 (setenta e nove mil duzentos e quatro reais e setenta e nove centavos).**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 as 09:10 horas do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10 horas do dia 29/10/2026.

Cafezal do Sul – PR, 15 de outubro de 2026.

BRUNO JESUS PORTILHO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE
CRUZEIRO DO OESTE
Poder Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO N° 35/2016, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026
HOMOLOGAÇÃO

EMENTA: Homologa julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, do PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2026, dando outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 01/2026 de 05 de janeiro de 2026, publicada em 06 de janeiro de 2026, acerca do PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 40/2026, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E READEQUAÇÃO DE PAREDES EXTERNAS E CALÇADAS DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR.**

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo relacionada:

Dados da Homologação	
Participante/Vencedor	F. S. R. COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
CPF/CNPJ	07.031.287/0001-66
Valor em R$	9.160,00
Valor em R$ por extenso	Nove mil cento e sessenta reais
Condições de Pagamento	Até 15 dias após emissão do documento fiscal
Lote	001
Rubrica Orçamentária	01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.16.00
Fonte de Recursos	001

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto Legislativo.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE-PR, AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

Assinado digitalmente
NELSON TOTH
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Assinado digitalmente
CARLOS ROBERTO ALEGRIA
1º SECRETÁRIO

MANIFESTO DO DOCUMENTO
Decreto Legislativo

Protocolo Nº: 1893 **Protocolo Data:** 15/10/2026
Documento Nº: 35/2026 **Processo Nº:** SN

Gerado por Gian Leonardo Saullin Alvaro na repartição Secretaria dia 15/10/2026 às 09:31

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO
GUSM0-XPD3X-24GV2-O7Y9M-3YYO9

Para confirmar a autenticidade acesse https://www.cmcruzeirodooeste.pr.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

ICP Brasil
Carlos Roberto Alegria (Carlos Roberto Alegria) - 555.XXX.XXX-04
Em 15/10/2026 09:33 UTC -03:00
Assinatura Eletrônica Qualificada (ICP)

ICP Brasil
Nelson Toth (Nelson Toth) - 020.XXX.XXX-01
Em 15/10/2026 09:33 UTC -03:00
Assinatura Eletrônica Qualificada (ICP)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
Avenida Marília, 1920 – Centro – Fone: (44) 3534-8000

EXTRATO DO CONTRATO nº 133/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ - PR
CNPJ:76.404.136/0001-29
CONTRATADO: INSTITUTO OMNI
CNPJ: 48.956.604/00001-32
BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 145/2026 – Processo de Dispensa de Licitação n° 042 /2026

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados para planejamento, organização e realização integral de Concurso Público do Município de Mariluz – PR, destinado ao provimento de 22 (vinte e dois) cargos públicos (15 vagas imediatas e 07 cadastros de reserva), com previsão de referência de até 700 (setecentas) inscrições homologadas

VALOR DO CONTRATO: R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado pela CONTRATANTE em 02 (duas) parcelas: - **I – 1ª Parcela (50% do valor global):** após a aplicação das provas objetivas e entrega dos gabaritos preliminares; - **II – 2ª Parcela (50% do valor global + eventuais excedentes):** após a publicação da homologação do resultado final, entrega do dossiê final completo e regular ateste da fiscalização.

DO REGIME DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO: Todas as taxas de inscrição arrecadadas constituem receita pública originária do Município de Mariluz e serão recolhidas integralmente à conta do Tesouro Municipal, vedada qualquer retenção ou compensação direta por parte da CONTRATADA

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO: É expressamente vedada a subcontratação das atividades essenciais de elaboração de provas, bancas examinadoras, correção, processamento de resultados e análise de recursos.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 15/10/2026 a 15/10/2027, ou seja, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partida da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e aditado por conveniência das partes, nos termos da Lei nº 14.133/21

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 15 de outubro de 2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
INSTITUTO OMNI
CNPJ: 48.956.604/00001-32

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 208/2025.
PREGÃO N° 059/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **V J M COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº06.165.408/0001-08, sediado na cidade de UMUARAMA-PR., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) MARCIA REGINA DA COSTA BALERONI, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 124/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº.059/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2025 **até 17/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 078/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 208/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de contratação para o objeto de: **Aquisição de Peças mecânicas e elétricas, Serviços de mão de obra, Óleos Lubrificantes, Filtros, Baterias, Manutenção, recarga e serviços de mão de obra para ar condicionado, funilaria e insulfilm, para os veículos leves, pesados, utilitários, máquinas pesadas, roçadeiras hidráulicas e manuais de todas secretarias**, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das condições adequadas de funcionamento da frota municipal.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da comunicação, após a conclusão do novo processo licitatório e a celebração do respectivo contrato, assegurada a continuidade das coberturas contratadas, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.**4.3.** A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes aos fornecimentos efetivamente realizados e aos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, conforme as condições estabelecidas no contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 210/2025.
PREGÃO N° 059/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **AF GOMES BARBOSA COMERCIO DE PEÇAS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 55.816.948/0001-01, sediado na cidade de UMUARAMA-PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) FABIANA FREIBERGER GOMES BARBOSA, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 124/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº.059/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2025 **até 17/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 078/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 210/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de contratação para o objeto de: **Aquisição de Peças mecânicas e elétricas, Serviços de mão de obra, Óleos Lubrificantes, Filtros, Baterias, Manutenção, recarga e serviços de mão de obra para ar condicionado, funilaria e insulfilm, para os veículos leves, pesados, utilitários, máquinas pesadas, roçadeiras hidráulicas e manuais de todas secretarias**, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das condições adequadas de funcionamento da frota municipal.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da comunicação, após a conclusão do novo processo licitatório e a celebração do respectivo contrato, assegurada a continuidade das coberturas contratadas, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.**4.3.** A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes aos fornecimentos efetivamente realizados e aos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, conforme as condições estabelecidas no contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA-PR
Estado do Paraná
Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, n.º 2394
Fone/Fax (044) 3675-4300
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 84/2025
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica Nº 04/2025
OBJETO: Execução de obras de pavimentação urbana em CBUQ neste município.

À Empresa: **LONGHINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA**
CNPJ nº: 03.716.753/0001-96
Endereço: Rodovia PRP/323, n.º 4300, Bairro Gleba 04, Cruzeiro do Oeste/PR, CEP 87.400-000
E-mail: www.longuinilicitacoes@hotmail.com
A/C: ANDRÉ LONGHINI JUNIOR

Assunto: Convocação para manifestação de interesse em assumir o remanescente de obra.

Prezados Senhores,

Por meio do presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ 75.377.200/0001-67, sito a Rua Juscelino Kubistchek de Oliveira, 2394 – Centro - CEP 87.820-000 em Cidade Gaúcha – Paraná, **CONVOCA** esta conceituada empresa, na qualidade de terceira colocada no certame licitatório supramencionado, em decorrência da rescisão do contrato administrativo, anteriormente firmado com a empresa primeira colocada e vencedora da licitação, Dubai Construções e Pavimentações Ltda.

Pela não manifestação de interesse da segunda colocada, estamos dando continuidade no processo convocatório.

Diante do exposto e com fundamento no artigo 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (ou Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, conforme aplicável ao caso concreto do seu edital), solicitamos que esta empresa se manifeste, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, sobre o seu interesse ou não em retomar imediatamente a execução da referida obra.

Fica formalmente estabelecido que a contratação do remanescente da obra dar-se-á estritamente nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos valores, preços unitários e prazos estabelecidos na homologação do certame, nos termos do edital.

A manifestação de interesse deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao setor de licitações/contratos deste órgão, por meio do e-mail www.sidney@cidadegaucha.pr.gov.br, ou protocolada presencialmente no endereço indicado no preâmbulo deste termo.

O silêncio ou a ausência de manifestação formal dentro do prazo estipulado de 3 (três) dias será sumariamente interpretado como desinteresse por parte desta empresa, autorizando a Administração Pública a proceder à convocação dos licitantes remanescentes subsequentes, na ordem de classificação, ou a tomar as demais medidas legais cabíveis.

Certos de sua atenção, aguardamos o envio da manifestação no prazo legal.

Cidade Gaúcha, PR, 15 de Outubro de 2026

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DE RECEBIMENTO:

Recebi o original deste Termo de Convocação em: ____/____/_____.

_____
[Nome legível e assinatura do representante da Empresa]
Empresa Convocada



PREFEITURA MUNICIPA DE ALTO PARAÍSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

REMUME 2026
ALTO PARAÍSO
2º edição

ELABORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES

Prefeitura de Alto Paraiso - Secretaria Municipal de Saúde.
E-mail: altoparaisofarmacia@hotmail.com
Telefone:(44)3664-1093
Avenida Augusto José de Souza,1986,
Centro CEP: 87528-110
ALTO PARAÍSO – Paraná.

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Danielli Rufino Revesso
Katia Valéria Milani Sifuentes
Beatriz Fabri Perin
Sandra Ribeiro dos Santos

EQUIPE DE APOIO

Sandra Ribeiro dos Santos
Debora Faria dos Santos
Beatriz Fabri Perin
Jaqueline Pereira da Silva
Pedro Nunes Navarro
Ana Maria Ramos
Natani Karoline da Silva Zani

Sumário

1 - Portaria nº 178/2026, nomeção dos membros da CFT.....1
2 – Introdução 2
3 - Siglas e Legendas 3
4 - Relação dos medicamentos utilizados em manifestações gerais de doenças..... 4
4.1 - Analgésicos e Antitérmicos 4
4.2 - Anti-inflamatórios 4
4.2.1 - Anti-inflamatórios não esteroidais (AINES) 4
4.2.2 - Anti-inflamatórios esteroidais (AIES) 4
4.3 - Anti-Hiperirucêmico 4
4.4 - Anti-histamínico 5
4.5 - Antimicrobianos 5
4.5.1 - Penicilina 5
4.5.2 - Cefalosporina 5
4.5.3 - Aminoglicosídeos 5
4.5.4 - Sulfonamida e Antissépticos Urinários..... 5
4.5.5 - Macrolídeos 5
4.5.6 - Fluoroquinolonas..... 6
4.5.7 - Tetraciclina e Derivados 6
4.5.8 - Nitroimidazólicos 6
4.5.9 - Antibacteriano Tópico..... 6
4.6 - Antifúngicos..... 6
4.7 - Antivirais..... 6
4.8 - Antiparasitário..... 6
4.8.1 - Anti-helmínticos..... 7
4.9 - Repositores Hidroeletrolíticos Parenterais 5
4.10 - Substâncias Minerais..... 7
4.11 - Vitaminas 7
5 - Relação dos medicamentos utilizados em doenças de órgãos específicos e de sistemas orgânicos 7
5.1 - Medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso central e periférico..... 7
5.1.1 - Antiepilético..... 8
5.1.2 - Antidepressivos e Estabilizadores de Humor..... 8
5.1.3 - Antiparkinsonianos 8
5.1.4 - Antipsicóticos e Adjuvantes 8
5.1.5 - Ansiolíticos e Hipnosedativos 9
5.1.6 – Hipnosedativos não Benzodiazepnicos..... .9
5.1.7 – Opióides..... .9
5.1.8 - Estimulante do sistema nervoso central / anfetaminas..... .9
5.1.9 -Anestesicos gerais dissociativos..... .9
5.10- Antagosnista dos receptores benzodiazepnicos..... .9
5.11- Antagonista opioide..... .10
5.2 - Medicamentos que atuam como anti-hipertensivo, sistema cardiovascular e renal ... 10
5.2.1 - Beta Bloqueador 10
5.2.2 - Glicosídeo Cardíaco..... 10
5.2.3 - Antiarrítmicos 10
5.2.4 - Vasodilatador 10
5.2.5 - Agonista Alfa-Adrenérgico..... 11
5.2.6 - Agonista Adrenérgico 11
5.2.7 - Bloqueadores de Canais de Cálcio 11
5.2.8 - Inibidores da Enzima Conversora de Angiotensina..... 11
5.2.9 - Antagonista de Receptores de Angiotensina II 11
5.2.10 - Diuréticos..... 11
5.2.11 - Dopaminérgicos 11
5.2.12 - Antilipêmico..... 11
5.3 - Medicamentos que atuam no sangue 12
5.3.1 - Antianêmicos 12
5.3.2 - Antitrombótico 12
5.3.3 - Antiagregante Plaquetário 12
5.3.4 – Anticoagulantes de ação direta ..... .12
5.4 - Medicamentos que atuam sobre o sistema digestivo 12
5.4.1 - Inibidores de Bomba de Prótons 12
5.4.2 - Antagonista do Receptor H2 12
5.5 - Drogas para transtorno gastrointestinal funcional..... 12
5.5.1 - Antieméticos e Antinauseantes 12
5.5.2 - Antiflatulento 13
5.5.3 - Laxante..... 13
5.6 - Medicamentos que atuam no sistema respiratório 13
5.6.1 - Broncodilatador 13
5.6.2 - Expectorante..... 13
5.6.3 - Fitoterápicos 14
5.7 - Medicamentos que atuam sobre o sistema endócrino e reprodutor..... 14
5.7.1 - Hormônios Tireoidiano e Adjuvantes 14
5.8 - Medicamentos que atuam no metabolismo..... 14
5.8.1 - Insulina 14
5.8.2 - Hipoglicemiantes Orais..... 14
5.9 - Hormônios sexual..... 14
5.9.1 - Reposição Hormonal..... 14
5.9.2 - Anticoncepcionais 14
5.10 - Supressores da Reabsorção Óssea 15
5.11 - Medicamentos tópicos usados em peles, mucosas e fâneros..... 15
5.11.1 - Dermatológicos 15
5.11.2 - Escabicida e Pediculicidade 15
5.12 - Medicamentos tópicos usados no sistema ocular 15
5.12.1 – Antibacteriano Ocular..... 15
5.12.2 – Corticosteróide Ocular 15
5.12.3 – Anestésico Ocular..... 15
5.13 - Disfunção Prostática..... 15
5.14 - Antifibrinólitico 15
5.15 - Antiespasmódicos..... 16
5.16 - Antiácidos..... 16
5.17 - Anestésico..... 16
5.18 - Ocitócicos..... 16
5.19 - Descongestionante Nasal 16
5.20 - Bloqueador Neuromuscular 16
5.21 - Antídoto..... 16
5.22 – Relaxante muscular 16
5.23 – Associações Farmacológicas..... 16
5.24 – Adsorventes de toxinas..... 17
6 - Inclusões nesta edição..... 18
7 - Modelos de receituários 20
7.1 - Notificação de receitas ‘‘A”- cor Amarela 20
7.2 - Notificação de receita “B” - cor azul 21
7.3 - Notificação de receita “C” - cor branca..... 21
7.4 - Notificação de receita “C2” - cor branca..... 25
8 - Cadastro especialidades 25
9 - Referências bibliográficas 26

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.bb

PORTARIA Nº 178/2026

"Designa Servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão Fármaco Terapêutico - CFT"

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, por meio de seu **Prefeito Municipal Luiz Eliseu do Santos**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os Servidores que compõe a Comissão Fármaco Terapêutico - CFT, na forma disposta na Portaria Nº 115/2017

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, na forma do art. 7º da Portaria nº 230/2016, os seguintes Servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão Fármaco Terapêutico - CFT na qualidade de membros efetivos:

Presidente - Katia Valéria Milani Sifuentes (Farmacêutica Bioquímica)
Secretária - Sandra Ribeiro dos Santos (Administrativo)
Membro – Debora Faria dos Santos (Gestora Municipal)
Membro – Beatriz Fabri Perin (Médica da Estratégia da Saúde da Família);
Membro- Jaqueline Pereira da Silva (Enfermeira da Estratégia da Saúde da Família);
Membro - Pedro Nunes Navarro (Odontólogo);
Membro – Ana Maria Ramos (Agente Comunitária de Saúde)
Membro – Natani Karoline da Silva Zani (Psicóloga)

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso, 14 de abril de 2026.

LUIZ ELISEU DOS SANTOS:74499831920 Assinado de forma digital por LUIZ ELISEU DOS SANTOS:74499831920 Dados: 2026.04.14 16:18:39 -03'00'

Luiz Eliseu do Santos
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 16 / 04 / 2026
Edição N.º 13.586

2– Introdução

A REMUME compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS, adquiridos com recursos próprios do município, complementados por recursos federais e estaduais.

Considerando a necessidade de atualização do elenco de medicamentos disponíveis no município de Alto Paraíso, apresentamos a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais-REMUME. Tratando-se de um documento, em forma de manual, em que os profissionais de saúde devem se basear no momento da prescrição de medicamentos nos serviços de saúde do município de Alto Paraíso.

A responsabilidade pela aquisição e dispensação dos fármacos constantes na REMUME é do município de Alto Paraíso, que os seleciona baseando-se nas prioridades de saúde deste município, na segurança, eficácia terapêutica , qualidade e disponibilidade dos produtos.

Tem por objetivo atender as necessidades da população, para ajudar na promoção dos cuidados de saúde, selecionados de forma criteriosa, cuidadosa e resolutiva.

3- Siglas e Legendas

RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.

REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.

DCB - Denominação Comum Brasileiro.

NR1- Medicamento sujeito a controle especial, com retenção da segunda via à farmácia – RDC nº 20/2011.

NR2- Medicamentos sujeito a controle especial, com retenção da primeira via à farmácia – Portaria SVS nº 344/1998 ‘‘Lista C1’’.

NR3- Medicamento sujeito a controle especial, com retenção da notificação de receita à farmácia - Portaria SVS nº 344/1998 ‘‘Lista B1’’

NR4 - Medicamentos sujeito a controle especial, com retenção da notificação de receita à farmácia - Portaria SVS nº 344/1998 ‘‘Lista A3’’.

NR5 - Medicamentos sujeito a controle especial, com retenção da notificação de receita à farmácia - Portaria SVS nº 344/1998 ‘‘Lista A2’’

Farmácia Popular - Medicamento disponibilizado nas farmácias comerciais credenciadas no Programa “Aqui tem Farmácia Popular”

U- Medicamentos para uso exclusivo na unidade

RB- Receituario Branco

4- Relação dos medicamentos utilizados em manifestações gerais de doenças

4.1- Analgésicos e Antitérmicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentações	Condições para uso
Dipirona Sódica	03121	500mg	Comprimido	RB
Dipirona Sódica		500mg/ml	Gotas	
Dipirona Sódica		500mg/ml	Ampola	U
Paracetamol	06827	500mg	Comprimido	RB
Paracetamol		200mg/ml	Gotas	

4.2- Anti-inflamatórios

4.2.1- Anti-inflamatórios não esteroidais (AINES)

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cetoprofeno	01960	50mg/ml IM	Ampola	U
Cetoprofeno		100mg EV	Frasco-Ampola	U
Cetoprofeno		100mg	Comprimido	RB
Cetoprofeno		20mg/ml	Gotas	
Diclofenaco Sódico	02930	75mg/3ml	Ampola	U
Diclofenaco Sódico		50mg	Comprimido	RB
Diclofenaco Dietilamônio	02927	11,6mg/g	Gel	
Ibuprofeno	04766	300mg	Comprimido	RB
Ibuprofeno		600mg	Comprimido	
Ibuprofeno		50mg/ml	Gotas	
Meloxicam	05619	15 mg	Comprimido	RB
Nimesulida	06391	100mg	Comprimido	RB
Nimesulida		50mg/ml	Gotas	
Piroxicam	07211	20mg	Capsula	RB

4.2.2- Anti-inflamatórios esteroidais (AIES)

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Beclometasona Dipropionato	01058	250mcg/dose	Aerossol	Farmácia Popular
Beclometasona Dipropionato	01058	50mcg/dose	Inalatório Oral	
Budesonida	01512	32mcg	Spray Nasal	Farmácia Popular
Budesonida		64mcg	Spray Nasal	RB
Dexametasona	02819	0,1%	Creme	RB
Dexametasona	02817	4mg	Comprimido	
Dexametasona	02821	4mg/ml	Ampola	U
Dexametasona	02817	0,1mg/ml	elixir	
Dipropionato de Betametasona + Fosfato Dissódica Betametasona	01217 01218	5mg + 2mg/ml	Ampola	U
Hidrocortisona Succinato Sódico	04671	100mg	Frasco-Ampola	U
Hidrocortisona Succinato Sódico		500mg	Frasco-Ampola	U
Prednisolona Fosfato Sódico	07337	3mg/ml	Solução Oral	RB
Prednisona	07341	5mg	Comprimido	RB
Prednisona		20mg	Comprimido	

4.3- Anti-Hiperirucêmico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Alopurinol	00585	300mg	Comprimido	

4.4- Anti-histamínico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Dexclorfeniramina Maleato	02839	2mg	Comprimido	RB
Dexclorfeniramina Maleato		0,4mg/ml	Xarope	
Loratadina	05416	10mg	Comprimido	RB
Loratadina		1mg/ml	Xarope	
Prometazina Cloridrato	07431	25mg	Comprimido	RB
Prometazina Cloridrato		25mg/ml	Ampola	U

4.5- Antimicrobianos

4.5.1- Penicilina

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Amoxicilina	00734	500mg	Cápsula	NR1
Amoxicilina		250mg/5ml	Pó Para Suspensão Oral	NR1
Amoxicilina + Clavulanato de potássio	00734 00137	500mg +125mg	Comprimido	NR1
Amoxicilina + Clavulanato de potássio		250mg/5ml + 62,5mg/5ml	Pó Para Suspensão Oral	NR1
Benzipenicilina Benzatina	01144	600.000UI	Frasco-Ampola	NR1 U
Benzipenicilina Benzatina		1.200.000UI	Frasco-Ampola	NR1 U
Fenoximetilpenicilina Potássica	03996	500.000UI	Comprimido	NR1

4.5.2- Cefalosporina

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cefalexina	01826	500mg	Comprimido	NR1
Cefalexina		50mg/ml	Suspensão Oral	NR1
Ceftriaxona	01909	500mg IM/EV	Frasco-Ampola	NR1 U
Ceftriaxona		1g IM/EV	Frasco-Ampola	NR1 U

4.5.3- Aminoglicosídeos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Gentamicina Sulfato	04423	80mg/2ml	Ampola	NR1 U

4.5.4- Sulfonamida e Antissépticos Urinários

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Nitrofurantoína	06438	100mg	Cápsula	NR1
Sulfametoxazol + Trimetoprima	08134	400mg + 80mg	Comprimido	NR1
Sulfametoxazol + Trimetoprima	08921	40mg/ml + 8mg/ml	Suspensão	NR1

4.5.5 - Macrolídeos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Azitromicina	00997	500mg	Comprimido	NR1
Azitromicina		40mg/ml	Suspensão	NR1
Claritromicina	02200	500mg	Comprimido	NR1

4.5.6- - Fluoroquinolonas

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ciprofloxacino Cloridrato	02138	500mg	Comprimido	NR1

4.5.7 - Tetraciclina e Derivados

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Doxiciclina	03217	100mg	Comprimido	NR1

4.5.8 - Nitroimidazólicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Benzoilmetronidazol	01166	40mg/ml	Suspensão	NR1
Metronidazol	05902	250mg	Comprimido	NR1
		100mg/g	Creme Vaginal	NR1

4.5.9 - Antibacteriano Tópico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Neomicina + bacitracina	06282 01010	5mg/g+250UI/g	Pomada	RB +U
Sulfadiazina de prata	08118	1%	Creme	NR1
Colagenase+ cloranfenicol	02565 02336	0,6mg+10mg/g	Creme	NR1
Rifamicina sódica	07715	10mg/ml	Soluão spray	NR1

4.6 - Antifúngicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cetoconazol	01956	2%	Xampu	RB
Fluconazol	04109	150mg	Cápsula	RB
Itraconazol	05122	100mg	Cápsula	RB
Miconazol nitrato	05929	2%	Creme Vaginal	RB
Miconazol nitrato		20mg/g	Creme Dermatológico	
Nistatina	06410	25.000UI/g	Creme Vaginal	NR1
Nistatina	06410	100.000UI/ml	Suspensão Oral	

4.7- Antivirais

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Aciclovir	00082	200mg	Comprimido	RB
Aciclovir		50mg/g	Creme Dermatológico	RB
Oseltamivir	06651	30mg	Cápsula	RB
Oseltamivir		45mg	Cápsula	
Oseltamivir		75mg	Cápsula	

4.8- Antiparasitário

3.8.1 - Anti-helmínticos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Albendazol	00458	400mg	Comprimido	RB
Albendazol		40mg/ml	Suspensão	
Ivermectina	05128	6mg	Comprimido	RB

4.9 - Repositores Hidroeletrolíticos Parenterais

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Bicarbonato de sódio	01249	8,4%	Ampola	U
Cloreto de Potássio	02415	19,1%	Ampola	U
Cloreto de Sódio	02421	20%	Ampola	U
Cloreto de Sódio		0,9%	Frasco/bolsa 100ml/250ml/500ml/1000ml	U
Gluconato de cálcio	04478	10%	Ampola	U
Sulfato de Magnésio	08167	50%	Ampola	U
Glicose	04485	25%	Ampola	U
Glicose		50%	Ampola	U
Glicose		5%	Frasco/bolsa 250ml/500ml	U
Glicose				
Glicose+ cloreto de sódio	04485 02421	5%+0,9%	Frasco/bolsa 250ml/500ml	U

4.10 - Substâncias Minerais

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cálcio carbonato	01748	1250 mg	Comprimido	RB
Carbonato de Cálcio + Colecalciferol	01748 02569	1500mg+400UI	Comprimido	RB
Sais para Reidratação			Pó Para Solução Oral	RB

4.11 - Vitaminas

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ácido Ascórbico	00104	100mg/ml	Ampola	U
Complexo B			Comprimido	RB
Complexo B			Ampola	U
Tiamina-/B1	08510	300mg	Comprimido	RB
Vitamina K - fitomenadiona	04060	10mg/ml	Ampola	U
Colecalciferol	02569	50.000ui	Cápsua	RB

5- Relação dos medicamentos utilizados em doenças de órgãos específicos e de sistemas orgânicos

5-1- Medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso central e periférico

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

5.1.1- Antiepilético

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Carbamazepina	01710	200mg	Comprimido	NR2
Carbamazepina		20%	Suspensão	
Fenitoína	03953	100mg	Comprimido	NR2
Fenitoína		50mg/ml	Ampola	NR2 U
Fenobarbital	03960	100mg	Comprimido	NR2
Fenobarbital		40mg/ml	Solução Oral	NR2
Fenobarbital		100mg/ml	Ampola	NR2 U
Valproato de Sódio	00375	250mg	Comprimido	NR2
Valproato de Sódio		500mg	Comprimido	NR2
Valproato de Sódio		50mg/ml	Xarope	NR2
Pregabalina	07343	75mg	Comprimido	NR2

5.1.2 - Antidepressivos e Estabilizadores de Humor

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Amitriptilina Cloridrato	00711	25mg	Comprimido	NR2
Amitriptilina Cloridrato		75mg	Comprimido	NR2
Clomipramina Cloridrato	02297	25mg	Comprimido	NR2
Fluoxetina cloridrato	04177	20mg	Comprimido	NR2
Imipramina cloridrato	04837	25mg	Comprimido	NR2
Nortriptilina cloridrato	06524	25mg	Cápsula	NR2
Citalopram	02162	20mg	Cmprimido	NR2
Sertralina	07964	50mg	Comprimido	NR2
Venlafaxina	09113	75mg	Comprimido	NR2
Lítio Carbonato	01749	300mg	Comprimido	NR2
Paroxetina	06858	20mg	Comprimido	NR2
Bupropiona	01558	150mg	Comprimido	NR2
Escitalopram	03513	10mg	Comprimido	NR2

5.1.3 - Antiparkinsonianos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Biperideno Cloridrato	01283	2mg	Comprimido	NR2
Levodopa + carbidopa	05249 01731	250mg+ 25mg	Comprimido	RB
Levodopa + Benserazida	05249	100mg/25mg	Comprimido	RB
Levodopa + Benserazida	01117	200mg/50mg	Comprimido	

5.1.4 - Antipsicóticos e Adjuvantes

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Clorpromazina Cloridrato	02503	25mg	Comprimido	NR2
Clorpromazina Cloridrato		100mg	Comprimido	NR2
Clorpromazina Cloridrato		5mg/ml	Ampola	NR2 U
Haloperidol	04589	1mg	Comprimido	NR2
Haloperidol		5mg	Comprimido	NR2
Haloperidol		2mg/ml	Solução Oral	NR2
Haloperidol		5mg/ml	Ampola	NR2 U
Haloperidol Decanoato	04591	50mg/ml	Ampola	NR2 U
Levomepromazina	05263	25mg	Comprimido	NR2
Levomepromazina		100mg	Comprimido	NR2
Levomepromazina		4%	Solução Oral	NR2
Quetiapina	09296	25mg	comprimido	NR2

5.1.5- Ansiolíticos e Hipnosedativos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Clonazepam	02300	2mg	Comprimido	NR3
Clonazepam		2,5mg/ml	Solução Oral	NR3
Diazepam	02904	5mg	Comprimido	NR3
Diazepam		10mg	Comprimido	NR3
Diazepam		5mg/ml	Ampola	NR3 U
Midazolam	05937	1mg/ml	Ampola	NR3 U
Bromazepam	01366	3mg	Comprimido	NR3
Bromazepam		6mg	Comprimido	NR3

5.1.6 - Hipinosedativos não Benzodiazepnicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Zolpidem hemitartarato	09296	10mg	Comprimido	NR3

5.1.7- Opióides

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Fentanila, citrato	04005	0,0785	Ampola	NR5 U
Morfina	09532	10mg/ml	Ampola	NR5 U
Naloxona	06210	0,4mg/ml	Ampola	NR2 U
Tramadol	08806	50mg/ml	Ampola	NR2 U
Tramadol		50mg	Comprimido	NR2

5.1.8- Estimulante do sistema nervoso central / anfetaminas

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
metilfenidato	05806	10mg	Comprimido	NR4

5.1.9- Anestésico gerais dissociativos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Escetamina	03509	50mg/ml	Ampola	NR2 U

5.10- Antagonista dos receptoreds benzodiazepínicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Flumazenil	04134	0,5mg/5ml	Ampola	NR2 U

5.11- Antagonista opioide

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Naltrexona	6213	50 mg	comprimido	NR2

5.2- Medicamentos que atuam como anti-hipertensivo, sistema cardiovascular e renal

5.2.1- Beta Bloqueador

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Carvedilol	01808	3,125mg	Comprimido	
Carvedilol		6,25mg	Comprimido	RB
Carvedilol		12,5mg	Comprimido	
Carvedilol		25mg	Comprimido	
Metoprolol Succinato	05876	50mg	Comprimido	RB
Metoprolol Succinato		25mg	Liberação Prolongada	Farmácia Popular
Metoprolol tartarato	05877	1mg/ml	Ampola	U
Propranolol cloridrato	07482	40mg	Comprimido	Farmácia Popular

5.2.2- Glicosídeo Cardíaco

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Digoxina	03010	0,25mg	Comprimido	RB
Deslanosídeo	02787	0,2mg/ml	Ampola	U

5.2.3 - Antiarrítmicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Amiodarona	00700	200mg	Comprimido	RB
Amiodarona		50mg/ml	Ampola	U
Adenosina	00419	3mg/ml	Ampola	
Atropina Sulfato	00935	0,25mg/ml	Ampola	U

5.2.4 -Vasodilatador

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Hidralazina, cloridrato	04647	20mg/ml	Ampola	U
Isossorbida dinitrato	05104	5mg	Comprimido Sublingual	U
Isossorbida mononitrato	05105	20mg	Comprimido	RB

5.2.5 - Agonista Alfa-Adrenérgico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Clonidina cloridrato	02303	0,100mg	Comprimido	U
Clonidina cloridrato		0,150mg	Comprimido	U
Clonidina cloridrato		0,200mg	Comprimido	U
Metildopa	05799	250mg	Comprimido	RB

5.2.6 - Agonista Adrenérgico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Epinefrina	03441	1mg/ml	Ampola	U
Norepinefrina hemitartarato	06487	2mg/ml	Ampola	U

5.2.7 - Bloqueadores de Canais de Cálcio

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Anlodipino Besilato	00805	5mg	Comprimido	Farmácia Popular
Nifedipino	06352	20mg	Comprimido	RB
Cinarizina	02089	75 mg	comprimido	RB

5.2.8 - Inibidores da Enzima Conversora de Angiotensina

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Captopril	01699	25mg	Comprimido	Farmácia Popular
Enalapril Maleato	03370	10mg	Comprimido	Farmácia Popular
Enalapril Maleato		20mg	Comprimido	RB

5.2.9 - Antagonista de Receptores de Angiotensina II

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Losartana potássica	05432	50mg	Comprimido	Farmácia Popular
Valsartana	09085	160mg	Comprimido	RB

5.2.10 - Diuréticos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Hidroclorotiazida	04652	25mg	Comprimido	Farmácia Popular
Furosemida	04361	40mg	Comprimido	Farmácia Popular
Furosemida		20mg/2ml	Ampola	U
Espironolactona	03561	25mg	Comprimido	Farmácia Popular
Manitol	05492	20 %	Solução	U

5.2.11 - Dopaminérgicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Dopamina cloridrato	03187	50mg/10ml	Ampola	U
Dobutamina	03162	12,5mg/ml	Ampola	U

5.2.12- Antilipêmicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Sinvastatina	08016	20mg	Comprimido	Farmácia Popular
Sinvastatina		40mg	Comprimido	

5.3- Medicamentos que atuam no sangue

5.3.1- Antianêmicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ácido Fólico	00194	5mg	Comprimido	RB
Ácido Fólico		0,2mg/ml	Solução Oral	
Sulfato Ferroso	08176	40mg	Comprimido	RB
Sulfato Ferroso		25mg/ml	Solução Oral	
Hidroxido Férrico Sacarato	09524	20mg/ml	Ampola	

5.3.2– Antitrombótico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Heparina Sódica	04610	5.000UI/0,25ml	Ampola	U
Varfarina Sódica	09101	5mg	Comprimido	RB

5.3.3 – Anticoagulantes de ação direta

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Rivaroxabana	09637	10mg	Comprimido	RB
Rivaroxabana		20mg	Comprimido	

5.3.4 - Antiagregante Plaquetário

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Acido Acetilsalicílico	00089	100mg	Comprimido	RB
Clopidogrel	02318	75mg	Comprimido	RB
Cilostazol	02067	50mg	Comprimido	RB

5.4- Medicamentos que atuam sobre o sistema digestivo

5.4.1- Inibidores de Bomba de Prótons

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Omeprazol	06602	20mg	Cápsula	RB
Omeprazol		40mg	Pó para reconstituição	U
Pantoprazol	09514	40mg	Comprimido	RB

5.4.2- Antagonista do Receptor H2

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cimetidina	02073	150mg/ml	Ampola	U

5.5- Drogas para transtorno gastrointestinal funcional

5.5.1- Antieméticos e Antinauseantes

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Bromoprida	01471	5mg/ml	Ampola	U
Bromoprida		4mg/ml	Solução Oral	RB
Bromoprida		10 mg	Comprimido	
Domperidona	3179	10 mg	Comprimido	
Metoclopramida Cloridrato	05862	10mg/2ml	Ampola	U
Metoclopramida		4mg/ml	Solução Oral	RB
Cloridrato Metoclopramida Cloridrato		10 mg	Comprimido	RB
Ondansetrona	06610	10mg	Comprimido	RB
Ondansetrona		2mg/ml	Ampola	U
Dimenidrinato + piridoxina cloridrato + glicose + frutose	03051 07167 04485 04321	30mg+ 50mg+ 1000mg+ 1000mg/ 10ml	Ampola	U
Dimenidrinato + piridoxina	03051 07167	50mg+10mg l	Comprimido	RB
Dimenidrinato + piridoxina		25mg/ml+5mg/ml	Gotas	RB

5.5.2 - Antiflatulento

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Simeticona	08006	75mg/ml	Solução Oral	RB
Simeticona		40mg	Comprimido	

5.5.3- Laxante

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Glicerol	04469	120ml/ml	Solução Retal	U
Lactulose	05147	667mg/ml	Xarope	RB
Óleo mineral			Solução Oral	
Manitol	05492	20%	Solução	U

5.6- Medicamentos que atuam no sistema respiratório

5.6.1- Broncodilatador

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Aminofilina		24mg/ml	Ampola	U
Salbutamol	07866	100mcg/dose	Aerossol Oral	Farmácia Popular
Salbutamol		0,4mg/ml	Solução Oral	RB
Terbutalina	08414	0,5mg/ml	Ampola	U
Brometo de Ipratrópio	01415	0,25mg/ml	Solução Nebulização	RB

5.6.2 - Expectorante

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ambroxol	00631	15mg/5ml	Xarope	RB
Ambroxol		30mg/5ml	Xarope	
Acebrofilina	00019	25mg/5ml	Xarope	RB
Acebrofilina		50mg/5ml	Xarope	
Acetilcisteina	00067	600mg	Pó para solução	RB
Carbocisteina	01739	20mg/ml	Xarope	RB
Carbocisteina		50mg/ml	Xarope	

5.6.3 - Fitoterápicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Mikania glomerata (Guaco)	10729		Xarope	RB
Isoflavona de Soja	11176	150mg	Cápsula	RB

5.7- Medicamentos que atuam sobre o sistema endócrino e reprodutor

5.7.1- Hormônios Tireoidiano e Adjuvantes

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Levotiroxina Sódica	05295	25mcg	Comprimido	RB
Levotiroxina Sódica		50mcg	Comprimido	
Levotiroxina Sódica		100mcg	Comprimido	

5.8- Medicamentos que atuam no metabolismo

5.81- Insulina

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Insulina Humana NPH	04918	100UI/ml	Suspensão Injetável	RB
Insulina Humana Regular	04918	100UI/ml	Suspensão Injetável	

5.8.2 - Hipoglicemiantes Orais

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Glibenclamida	04451	5mg	Comprimido	Farmácia Popular
Gliclazida	04474	30mg	Comprimido	RB
Metformina cloridrato	05782	500mg	comprimido	Farmácia Popular
Metformina Cloridrato	05782	850mg	Comprimido	Farmácia Popular
Dapagliflozina	09951	10mg	comprimido	

5.9- Hormônios sexuais

5.9.1- Reposição Hormonal

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Estriol	09436	1mg/g	Bisnaga	RB

5.9.2 Anticoncepcionais

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Etinilestradiol + Levonorgestrel	03699	0,03+0,15mg	Comprimido	RB
Levonorgestrel	05279	0,75mg	Comprimido	RB
Noretisterona	06491	0,35mg	Comprimido	RB
Acetato de Medroxiprogesterona	05563	150mg/ml	Ampola	RB
Noretisterona, Enantato + Estradiol Valerato	06493 03612	50mg+5mg/ml	Ampola	RB

5.10- Supressores da Reabsorção Óssea

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Alendronato de Sódio	00097	70mg	Comprimido	Farmácia Popular

5.11- Medicamentos tópicos usados em peles, mucosas e fâneros

5.11.1- Dermatológicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Oxido de zinco + Nistatina	06730 06410	200mg/g+ 100.000UI/g	pomada	RB
Retinol + Colecalciferol + Óxido de Zinco	07693 06730	1000UI/g+ 400UI/g+ 100mg/g	Pomada	RB
Oxido de zinco (PASTA D´AGUA)	06730	25%	Pasta	RB

5.11.2 - Escabicida e Pediculicidade

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Permetrina	07001	5%	Loção	RB

5.12- Medicamentos tópicos usados no sistema ocular

5.12.1- Antibacteriano

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Tobramicina	08709	3 mg/ml	Solução Oftálmica	NR1

5.12.2- Corticosteróide

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Dexametasona	02817	1 mg/ml	Solução Oftálmica	C

5.12.3- Anestésico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Oxibuprocaina	06709	4 mg/ml	Solução Oftálmica	NR2

5.13 - Disfunção Prostática

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Doxazosina Mesilato	03210	2mg	Comprimido	RB
Finasterida	04055	5mg	Comprimido	RB

5.14 - Antifibrinólitico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ácido Tranexâmico	00365	250mg/5ml	Ampola	U

5.15- Antiespasmódicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Escopolamina	03514	20mg/ml	Ampola	U
Escopolamina		10mg	Comprimido	
Escopolamina		10mg/ml	Gotas	RB
Escopolamina + dipirona	03514 03121	10mg+ 250mg	Comprimido	RB
Escopolamina + dipirona		4mg/ml+500mg/ml 6,67mg/ml+333,4mg/ml	Ampola gotas	U

5.16- Antiácidos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Hidróxido de Alumínio	04694	6%	Suspensão Oral	RB

5.17 - Anestésico

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Lidocaína	05313	2%	Bisnaga	RB
Lidocaína		2%	Ampola SV	U

5.18- Ocitócicos

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Metilegormetrina	05801	0,2mg/ml	Ampola	U

5.19- Descongestionante Nasal

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Cloreto de Sódio	02421	0,9%	Solução Nasal	RB

5.20 - Bloqueador N euromuscular

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Suxametônio, cloreto	08243	100mg	Ampola	U

5.21 - Antídoto

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Flumazenil	04134	0,5mg/5ml	Ampola	NR2

5.22 – Relaxante muscular

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Ciclobenzaprina	02013	10mg	comprimido	RB

5.23- Associações Farmacológicas

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Paracetamol+ Fenilefrina cloridrato +	06827 03926	400mg 4mg	Cápsula	RB
Clorfeniramina maleato	02442	4mg		
Paracetamol + Diclofenaco sódico+ Carisoprodol + Cafeina	06827 2930 01773 1642	300mg 50mg 125mg 30mg	Comprimido	RB

5.24- Adsorventes de toxinas

Medicamento	DCB	Concentrações	Apresentação	Condições para uso
Carvão ativado	09367		pó	U

6- Inclusões nesta edição

MEDICAMENTO	CONCENTRAÇÃO	FORMA FARMACÊUTICA	VIA DE ADMINISTRAÇÃO
ACEBROFILINA	25MG/5 ML	SOLUÇÃO	VO
ACEBROFILINA	50 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
ACETILCISTEINA	600 MG	PÓ PARA SOLUÇÃO	VO
ACICLOVIR	50MG/G	CREME	D/T
ACIDO TRANEXAMICO	50 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
ADENOSINA	3 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
BENZILPENICILINA BENZATINA	600.000 UI	PÓ P/SUSP.INJETAVEL	IM
BICARBONATO DE SÓDIO	8,4 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
BROMAZEPAM	3 MG	COMP	VO
BROMAZEPAM	6 MG	COMP	VO
BROMOPRIDA	10 MG	COMP	VO
BROMOPRIDA	4 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
BROMOPRIDA	5 MG/ML	SOL.INJETAVEL	EV/IM
BUPROPIONA	150 MG	COMP	VO
CARBOCISTEINA	50MG/ML	XAROPE	VO
CARBOCISTEINA	20MG/ML	XAROPE	VO
CARVÃO ATIVADO		PÓ	VO
CETOPROFENO	20 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
CETOPROFENO	100 MG	COMP	VO
CETOPROFENO	100 MG	PÓ P/SOLUÃO INJETAVEL	IV
CICLOBENZAPRINA	10 MG	COMP	VO
CILOSTASOL	50 MG	COMP	VO
CIMETIDINA	150 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
CITALOPRAM	20 MG	COMP	VO
CLONAZEPAM	2 MG	COMP	VO
CLONIDINA	0,150MG	COMP	VO
CLONIDINA	0,200MG	COMP	VO
CLOPIDOGREL	75 MG	COMP	VO
COLAGENASE+CLORANFENICOL	0,6+10 MG/G	POMADA	D/T
COLECALCIFEROL	50.000 UI	COMP	VO
COMPLEXO B		COMP	VO
DAPAGLIFLOZINA	10 MG	COMP	VO
DIAZEPAM	10 MG	COMP	VO
DICLOFENACO	11,6 MG/G	GEL	D/T
DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA	25+5 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA	50+10 MG	COMP	VO
DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA+ GLICOSE+ FRUTOSE	3+5+100+100 MG/ML	SOL.INJETAVEL	E.V
DOBUTAMINA	12,5 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
DOMPERIDONA	10 MG	COMP	VO
DOXICICLINA	100 MG	COMP	VO
ESCETAMINA	50MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV/IM
ESCOPOLAMINA	10MG/ML	SOLUÇÃO	VO
ESCOPOLAMINA +DIPIRONA	6,67+333,4 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
FENOXIMETILPENICILINA POTÁSSICA	500.000UI	COMP	VO
FENTANILA	50 MCG/ML	SOL.INJETAVEL	IV/IM
FLUMAZENIL	0,1 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
GENTAMICINA	80 MG/2ML	SOL.INJETAVEL	IM/IV
GLICEROL	120 ML/ML	SOL.RETAL	RT
GLICLAZIDA	30 MG	COMP	VO
GLICONATO DE CÁLCIO	10%	SOL.INJETAVEL	IV
GLICOSE	50MG/10ML (50%)	SOL.INJETAVEL	IV
HALOPERIDOL DEC.	50 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IM
HEPARINA SODICA	5.000 UI/0,25ML	SOL.INJETAVEL	SC
IMIPRAMINA	25 MG	COMP	VO
LEVODOPA+BENZERAZIDA	100MG+25MG	COMP	VO
LEVOMEPROMAZINA	100 MG	COMP	VO
LEVOMEPROMAZINA	25 MG	COMP	VO
LEVOMEPROMAZINA	40 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
LIDOCAINA	20MG/G	GEL	DT
MANITOL	20%	SOLUÇÃO	IV/VO
MELOXICAM	15 MG	COMP	VO
METILFENIDATO	10 MG	COMP	VO
METOPROLOL SUCCINATO	50 MG	COMP	VO
METOPROLOL TARTARATO	1 MG/ML	SOL.INJETAVEL	I/V
NALOXONA	0,4 MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV/IM/SC
NALTREXONA	50 MG	COMP	VO
NIMESULIDA	50 MG/ML	SOLUÇÃO	VO
NISTATINA	25.000 UI/G	CREME	USO VAGINAL
NOREPINEFRINA	2MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV
OMEPRAZOL	40MG	PO P/ SOL. INJETAVEL	IV
ONDANSETRONA	2MG/ML	SOL. INJETAVEL	IM/IV
OSELTAMIVIR	30 MG	CAPS	VO
OSELTAMIVIR	45 MG	CAPS	VO
OSELTAMIVIR	75 MG	CAPS	VO
OXIBUPROCAINA	4 MG/ML	SOL. OFITALMICA	O.C
ÓXIDO DE ZINCO+COLECALCIFEROL+PALMITATO DE RETINOL	150MG/900UI/G/5000UI	POMADA	D/T
PANTOPRAZOL	40 MG	COMP	VO
Paracetamol +Diclofenaco sódico+Carisoprodol +Cafeina	300mg+50mg+125mg+ 30mg	COMP	VO
Paracetamol+Fenilefrina cloridrato + Clorfeniramina maleato	400mg+4mg+4mg	CAPULA	VO
PAROXETINA	20 MG	COMP	VO
QUETIAPINA	25 MG	COMP	VO
RIFAMICINA	10 MG/ML	SPRAY	D/T
RIVAROXABANA	10 MG	COMP	VO
RIVAROXABANA	20 MG	COMP	VO
SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO	20 MG/ML	SOL. INJETAVEL	IV
SERTRALINA	50 MG	COMP	VO
SULFATO DE MAGNÉSIO	500MG/ML	SOL.INJETAVEL	IV/IM
SUXAMETONIO	100 MG	SOL.INJETAVEL	IV/IM
TERBUTALINA	0,5 MG/ML	SOL.INJETAVEL	INFUSÃO/SC
TOBRAMICINA	3 MG/ML	SOL. OFTALMICA	O.C
TRAMADOL	50 MG	COMP	VO
VALSARTANA	160 MG	COMP	VO
VENLAFAXINA	75 MG	COMP	VO
ZOLPIDEM	10 MG	COMP	VO

7- Modelos de receituários

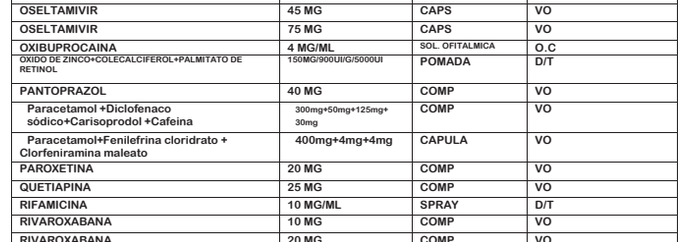
Conforme Portaria 344/98: e RDC1000/2025

Notificação de Receita: Documento padronizado destinado à notificação da prescrição de medicamentos: A) entorpecentes (cor amarela e B) psicotrópicos (cor azul e C) retinóides de uso sistêmico e imunossupressores (cor branca). A notificação concernente aos dois primeiro grupos (A e B) deverá ser firmada por profissional devidamente inscrito no conselho Regional de Medicina Veterinário ou no conselho Regional de Medicina ou no Conselho Regional de Odontologia; a corcernente ao terceiro grupo (C), exclusivamente por profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de medicina.

7.1- Notificação de receitas ‘’A”- cor Amarela

- Medicamentos sujeitos a controle especial pela portaria nº 3444/98.
- Medicamentos das listras A1 e A2 – entorpecentes e A3 – psicotrópicos.
- Válida em toda federação até 30 dias da data de prescrição.
- Válida para 30 dias de tratamento ou cinco (5) ampolas. Figura

1: Notificação de Receita A.

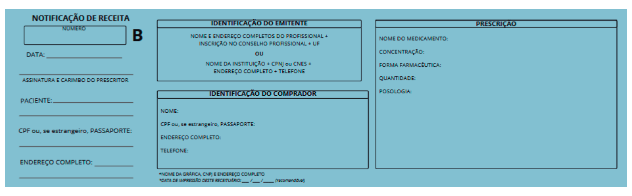


CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

7.2- Notificação de receita "B" - cor azul

- Medicamentos sujeito a controle especial pela portaria nº 344/98.
- Para medicamentos da lista B1 –psicotrópicas.
- Válida somente no estado emitente, até 30dias da data de prescrição.
- Válida para 60 dias de tratamento ou 5 ampolas. Figura

2: Notificação de Receita B.



7.3- Notificação de receita "C" - cor branca

- Medicamentos da lista C1 e outras sujeitas a controle especial.

- Prescrição em 2 vias, onde a 1ª via é retida pelo dispensador e o paciente recebe a 2ª via com medicamento.

- Válida somente no estado de emissão, até 30 dias da data de prescrição.

- Válida para 60 dias de tratamento, com máximo três (3) medicamentos por receita ou (5) ampolas .

- Exceção: Antiparkinsonianos e anticonvulsivantes, onde a receita tem sua validade estendida para 6 meses.

Figura 4: Receituário de Controle Especial.

RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO PROFISSIONAL + Nº INSCRIÇÃO CONSELHO PROFISSIONAL + UF

OU

NOME DA INSTITUIÇÃO + CNPJ ou CNES + ENDEREÇO COMPLETO + CIDADE + UF

TELEFONE (*opcional*)

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME COMPLETO:

ENDEREÇO

COMPLETO:

CPF ou, se estrangeiro, PASSAPORTE Nº:

PRESCRIÇÃO

DATA:

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO PRESCRITOR:

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

**IMPRESSÃO OPCIONAL - CONFORME PORTARIA Nº 6/99, ARTIGO 85, ALÍNEA C, ESSES DADOS PODEM SER APOSTOS MEDIANTE CARIMBO PELA FARMÁCIA NO MOMENTO DA DISPENSAÇÃO.*

NOME COMPLETO:

CPF ou, se estrangeiro,

PASSAPORTE Nº: ENDEREÇO

COMPLETO:

CIDADE: UF:

TELEFONE:

1ª via - Retenção pela Farmácia / 2ª via - Paciente

DATA DE IMPRESSÃO DESTE RECEITUÁRIO: ____/ ____/ ______(recomendável)

*VERSO *IMPRESSÃO OPCIONAL - CONFORME PORTARIA Nº 6/99, ARTIGO 85, ALÍNEA C, ESSES DADOS PODEM SER APOSTOS MEDIANTE CARIMBO PELA FARMÁCIA NO MOMENTO DA DISPENSAÇÃO.*

DADOS DOS PRODUTOS DISPENSADOS

1) NOME DO MEDICAMENTO E APRESENTAÇÃO:
NÚMERO DO LOTE: QUANTIDADE
DE CAIXAS: NÚMERO DO REGISTRO DA RECEITA NO LIVRO
DE RECEITUÁRIO:
(QUANDO MEDICAMENTO MANIPULADO)

2) NOME DO MEDICAMENTO E APRESENTAÇÃO:
NÚMERO DO LOTE: QUANTIDADE
DE CAIXAS: NÚMERO DO REGISTRO DA RECEITA NO LIVRO
DE RECEITUÁRIO:
(QUANDO MEDICAMENTO MANIPULADO)

3) NOME DO MEDICAMENTO E APRESENTAÇÃO:
NÚMERO DO LOTE: QUANTIDADE
DE CAIXAS: NÚMERO DO REGISTRO DA RECEITA NO LIVRO
DE RECEITUÁRIO:
(QUANDO MEDICAMENTO MANIPULADO)

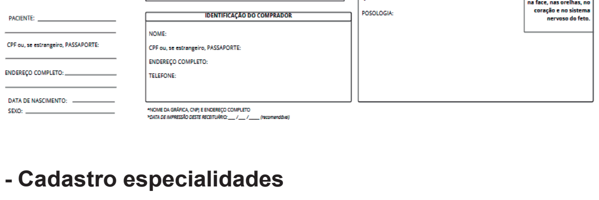
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DISPENSADOR

NOME COMPLETO:
CNPJ ou CNES:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA
DISPENSAÇÃO: ASSINATURA:
DATA:

7.4- Notificação de receita "C2" - cor branca

- Medicamentos retinóides de uso sistêmico da lista C2 – CVS 23/2003.
- Dispensação é exclusiva de farmácias e drogarias cadastradas na Visa.
- Em pacientes com idade fértil, o receituário tem válida máxima de 7 dias.

Figura 5: Notificação de receita C2.



8 - Cadastro especialidades

A divisão de assistência farmacêutica disponibiliza, aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, a realização de um cadastro a farmácia de dispensação da unidade de saúde do usuário, para a dispensação de medicamentos considerando de "uso continuo '', desde que o tratamento seja realizado e acompanhado por profissional especialista credenciado.

A consulta de retorno ao médico, bem como a frequência nas consultas marcadas, permite a validação do cadastro e retirada mensais junto às farmácias municipais por um período máximo de 6 meses, onde então, deverá apresentar novas receita médica (Medicamentos para hipertensão, diabetes e hormônios).

Medicamentos que pertencem a Portaria nº 344/98, o receituário terá validade para 30 dias de tratamento de acordo com as previsões na ''seção IV''.

9- Referências bibliográficas

ATC WHO. Anatomical Therapeutic. Chemical Code Internacional/OMS. Disponível em <https://www.whocc.no/atc_ddd_index/ >. Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde /SNVS. Portaria nº-344 de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento Técnica sobre substâncias e medicamentos sujeito a Controle especial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 31 de dezembro. 1998.

DIAS, Patrícia. Tipos de receitas (prescrição). Caderno de Farmácia. 10, Janeiro, 2016. Disponível em: < https://cadernodefarmacia.blogspot.com/2016/01/tipos-de-receita-prescricao.html>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

MYPHARMA. Consulta DCB. Disponível em < https://www.consultadcb.com.br>. Acesso em: Em 17 de maio de 2021.

UNIFEB. Listas DCB 2007 -Consolidado-. Disponível em https://www.unifeb.edu.br/uploads/arquivos/documentos/Lista_Anvisa_medicamentos_dcb_lista_2014.pdf. Acesso em: Em 17 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 1044, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.
Dispõe sobre a autorização de servidora para assinatura de documentos referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO que entre os dias 03 a 12 de novembro de 2026, a Secretária Municipal de Educação e Cultura estará usufruindo do período de férias;
CONSIDERANDO o memorando Protocolo n.º 2026005567 encaminhado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura em 08 de outubro de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, a servidora REGIANE APARECIDA ALVES, portadora do RG n.º **04.214-* e do CPF n.º 057.***.***-00, podendo para tanto, assinar em nome da servidora JAQUELINA APARECIDA PACHECO, lotada no cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, documentos que porventura forem necessários pelo período de ausência desta, sendo do dia 03 ao dia 12 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 15 DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N.º 438/2026
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotações no valor de R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Ordinária n° 70, de 17/12/2025 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL).
CONSIDERANDO, a insuficiência de saldos nas rubricas de despesa específica no orçamento do Executivo municipal vigente.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotações no valor de R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), destinados a suplementar dotações do Executivo Municipal, conforme a seguir:
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.245.0016.2058 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(302) 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 10.500,00
11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
11.001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
11.001.12.361.0022.2074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(472) 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 700,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..R$ 11.200,00
Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º deste Decreto, nos termos do Artigo 43, § 1º inciso III da Lei Federal 4.320/64, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.245.0016.2058 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(305) 3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições R$ 10.500,00
11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
11.001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
11.001.12.367.0022.2082 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL
FONTE 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
(517) 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 700,00
TOTAL DE ANULAÇÕES...R$ 11.200,00
Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 69, de 17/12/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026/2029, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 34, de 17/07/2025 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2026 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2026, no que couber.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 (QUINZE) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 60 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 47/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E ADRIANA ARANHA DE ANDRADE PEREIRA
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. ADRIANA ARANHA DE ANDRADE PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 062.938.699-40, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 47/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
ADRIANA ARANHA DE ANDRADE PEREIRA
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 62 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 06/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E ELIZABETH DA SILVA RIBEIRO
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. ELIZABETH DA SILVA RIBEIRO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 077.453.299-81, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 29/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 06/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
ELIZABETH DA SILVA RIBEIRO
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 63 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 69/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E FERNANDO DOMINGOS RIBEIRO
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sr FERNANDO DOMINGOS RIBEIRO, brasileiro., residente e domiciliado no Município Douradina, Estado do Paraná, portador do CPF- 104.770.359-90, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 16/2025 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/05/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 69/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
FERNANDO DOMINGOS RIBEIRO
Contratado

TERMO ADITIVO Nº 57 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 78/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E JEINE VALDERIO CHIQUETTI
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. JEINE VALDERIO CHIQUETTI, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Douradina, Estado do Paraná, portador do CPF- 027.530.129-03, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 46/2025 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 78/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
JEINE VALDERIO CHIQUETTI
Contratada

TERMO ADITIVO Nº37 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 59/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E KETLIN APARECIDA DA SILVA BORBA
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra KETLIN APARECIDA DA SILVA BORBA, brasileira., residente e domiciliado no Município Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 130.809.579-11, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 59/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (14/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
KETLIN APARECIDA DA SILVA BORBA
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 58 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 36/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E RAQUEL PEREIRA DE SOUZA SILVA
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. RAQUEL PEREIRA DE SOUZA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 066.320.839-43, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 36/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
RAQUEL PEREIRA DE SOUZA SILVA
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 64 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 80/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E ROSILENE APARECIDA DE MOURA NAZO
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. ROSILENE APARECIDA DE MOURA NAZO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 046.904.129-36, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 46/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 80/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
ROSILENE APARECIDA DE MOURA NAZO
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 56 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 50/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E SIRLENE ALVES DOS SANTOS
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. SIRLENE ALVES DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 074.563.459-10, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 50/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
SIRLENE ALVES DOS SANTOS
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 59 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 79/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E VALDENIR APARECIDO DA SILVA
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sr. VALDENIR APARECIDO DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado no Município Douradina, Estado do Paraná, portador do CPF- 995.518.969-04, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 46/2025 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 79/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (14/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
VALDENIR APARECIDO DA SILVA
Contratado

TERMO ADITIVO Nº 54 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 49/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E VALDINEIA SANTANA DA CRUZ
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. VALDINEIA SANTANA DA CRUZ, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 863.321.129-72, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 49/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
VALDINEIA SANTANA DA CRUZ
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 61 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 58/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E VANESSA DO CARMO DA ROCHA
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. VANESSA DO CARMO DA ROCHA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 087.344.689-51, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 58/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
VANESSA DO CARMO DA ROCHA
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 55 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 38/2026, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E VERONICA DAVID RODRIGUES
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. VERONICA DAVID RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada no Município de Douradina, Estado do Paraná, portadora do CPF- 069.967.809-93, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de alteração de prazo de vigência.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente INSTRUMENTO, com base no artigo 1, parágrafo 1.2, do Edital n.º 18/2026 - Abertura de PSS - Processo Seletivo Simplificado, tem por objetivo prorrogar até 25/03/2027 o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 38/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Trabalho originário.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 03 (três) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026)
P/MUNICÍPIO DE DOURADINA
OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
VERONICA DAVID RODRIGUES
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
Portaria nº 61, de 15 de outubro de 2026
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE POLÍTICO.
Lionato Generali, Presidente da Câmara Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas na Lei 900/2025 de 26 de junho de 2025.
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder 50% de uma diária ao vereador Diames da Silva Dias para custear despesas de sua viagem à Porto Rico/PR., no dia 20 com retorno no dia 20 de outubro de 2026, para encontro do núcleo de cooperação socioambiental do noroeste do Paraná.
Art. 2□. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência, aos 15 dias do mês de outubro de 2026
Lionato Generali
Presidente da Câmara

Portaria nº 60, de 15 de outubro de 2026
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE POLÍTICO.
Lionato Generali, Presidente da Câmara Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas na Lei 900/2025 de 26 de junho de 2025.
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder 50% de uma diária ao vereador Laudemir Santin para custear despesas de sua viagem à Porto Rico/PR., no dia 20 com retorno no dia 20 de outubro de 2026, para encontro do núcleo de cooperação socioambiental do noroeste do Paraná.
Art. 2□. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência, aos 15 dias do mês de outubro de 2026
Lionato Generali
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 343/2026
Concede progressão na carreira por conhecimento na modalidade vertical e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;
Considerando o disposto no Artigo 9° da Lei Complementar N. 106/2025 de 26 de março de 2025;
Considerando o resultado do processo promoção na carreira por conhecimento na modalidade vertical do ano de 2026, publicado pelo Edital Interno – GP 03/2026;
R E S O L V E:
Art. 1.º - Promover na carreira por conhecimento na modalidade vertical, que é a passagem de uma referência para outra, na mesma classe, mediante a comprovação de habilitação a servidora LUCILENE GOMES BARBOSA DOS SANTOS, matrícula funcional 58001, CPF nº xxx.835.839-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, que atualmente está classificada no Grupo Ocupacional/Classe/Referência GOOT-B09, que passa a estar classificada no Grupo Ocupacional/Classe/Referência GOOT-B12, a partir de 1º de outubro de 2026.
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de setembro do ano 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal
Republicada por Incorreção

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 353/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária para custear despesas de viagem para o Prefeito Municipal DENILSON VAGLIERI PREVITAL, portador do CPF nº xxx.938.799-xx, matrícula funcional 63764, lotado no Gabinete do Prefeito, para viagem até a cidade de Curitiba, com visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Gabinete Maria Victória e Gabinete Alexandre Curi, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 354/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária para custear despesas de viagem para o Secretário Municipal GUSTAVO GUEDES DE PAULA, portador do CPF nº xxx.256.679-xx, matrícula funcional 63786, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, para viagem até a cidade de Curitiba, com visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Gabinete Maria Victória e Gabinete Alexandre Curi, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 355/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária para custear despesas de viagem para o Secretário Municipal RONALDO DE MELLO TESSAROLLO, portador do CPF nº xxx.254.589-xx, matrícula funcional 63769, lotado na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, para viagem até a cidade de Curitiba, com visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Gabinete Maria Victória e Gabinete Alexandre Curi, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 356/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária para custear despesas de viagem para o Secretário Municipal CLAUDIO SACRAMENTO TURNER, portador do CPF nº xxx.916.868-xx, matrícula funcional 63768, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para viagem até a cidade de Curitiba, com visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Gabinete Maria Victória e Gabinete Alexandre Curi, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 357/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária para custear despesas de viagem para o Diretor AMARILDO DA SILVA, portador do CPF nº xxx.110.937-xx, matrícula funcional 73961, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para viagem até a cidade de Curitiba, com visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Gabinete Maria Victória e Gabinete Alexandre Curi, com saída no dia 13 de outubro de 2026 e retorno no dia 14 de outubro de 2026.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercicio: 2026
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/09/2026 a 30/09/2026

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, GIOVANE MENDES DE CARVALHO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de ALTO PIQUIRI recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.767.150,82
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-134.557,60
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	1.767.150,82
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Correntes	-134.557,60
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	1.767.150,82
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências da União e de suas Entidades	-134.557,60
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	1.767.150,82
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	-134.557,60
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.765.367,63
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-134.200,97
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	671.004,87
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-134.200,97
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	671.004,87
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-134.200,97
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	1.094.362,76
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.094.362,76
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	3.566,38
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-713,26
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	1.783,19
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-356,63
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Receitas Correntes	772.413,65
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-133.656,07
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	772.413,65
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Correntes	-133.656,07
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	772.413,65
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências da União e de suas Entidades	-133.656,07
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	668.280,42
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	-133.656,07
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	618.542,43
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-123.708,48
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	618.542,43
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-123.708,48
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	618.542,43
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-123.708,48
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	99.475,98
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-19.895,18
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	49.737,99
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-9.947,59
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Des	98.466,16
1.7.1.5.50.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	49.916,00
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT - Principal	24.958,00
1.7.1.5.52.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	147.016,32
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Principal	73.508,16
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	5.667,07
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n 176/2020	11.334,14
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2026	1 - Receita	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n 176/2020 - Principal	5.667,07
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	0,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	0,00
1.7.1.5.50.0.0.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	160.029,98
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT - Principal	80.014,99
1.7.1.5.52.0.0.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	-160.029,98
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	01/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Principal	-80.014,99
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Receitas Correntes	162.177,66
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	162.177,66
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	162.177,66
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	150.584,16
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo -	150.584,16
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	150.584,16
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	150.584,16
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	38.904,00
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-DESEMPENHO	19.110,16
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	INSENTIVO PARA ATENÇÃO A SAUDE BUCAL	12.528,00
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	INSENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPTAÇÃO PONDERADA	80.042,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	11.593,50
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	23.187,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	11/09/2026	1 - Receita	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Princip	11.593,50
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	27.142,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	27.142,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	27.142,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	27.142,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	54.284,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	14/09/2026	1 - Receita	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Princip	27.142,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Receitas Correntes	3.296,00

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, GIOVANE MENDES DE CARVALHO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de ALTO PIQUIRI recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	3.296,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	3.296,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.296,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.592,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00	15/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	3.296,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	20.789,02
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	20.789,02
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	20.789,02
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	20.789,02
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	41.578,04
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00	25/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	20.789,02
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	458.671,40
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-79.224,91
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	458.671,40
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Correntes	-79.224,91
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	458.671,40
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências da União e de suas Entidades	-79.224,91
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	396.124,59
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	-79.224,91
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	387.947,92
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-77.589,58
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	387.947,92
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-77.589,58
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	387.947,92
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-77.589,58
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	16.353,34
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-3.270,66
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	8.176,67
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	18/09/2026	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-1.635,33
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	62.546,81
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências do Salário-Educação	125.093,62
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	18/09/2026	1 - Receita	Transferências do Salário-Educação - Principal	62.546,81
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	73.800,74
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências Correntes	73.800,74
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências da União e de suas Entidades	73.800,74
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	51.106,74
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	51.106,74
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89	51.106,74
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei n 7.990/89 - Princ	51.106,74
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	22.694,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo -	22.694,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	22.694,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	22.694,00
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00	29/09/2026	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	22.694,00
			Total ....:	2.938.002,71

MARCOS ANTONIO COLIS
Contador CRC 041.330-0/0-PR

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO Nº.105/2026
Ratifica a atualização do valor da UVC base de cálculo para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, com fulcro no § único do artigo 217 da Lei Complementar 061/2012 bem como, a tabela atualizada dos percentuais de cobrança por faixa de consumo.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no artigo 217 § único da Lei Complementar 061/2012, Código Tributário Municipal;
DECRETA:
Art.1º. Fica atualizado pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o valor da UVC – Unidade de Valor de Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, que com o índice de atualização de 4,11%, relativo ao período de abril de 2025 a abril de 2026, passa a ser de R$117,78 (cento e dezessete reais e setenta e oito centavos).
Art.2º. Institui tabela atualizada dos percentuais de Cobrança por faixa de consumo, que teve como parâmetro, o valor atualizado da UVC, conforme especificado no artigo 1º do presente decreto,

RESIDENCIAL		
CONSUMO EM KWH	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
51 a 90	R$ 8,23	93,01%
91 a 120	R$18,61	84,20%
121 a 200	R$24,99	78,78%
201 a 350	R$40,52	65,60%
351 a 700	R$42,72	63,73%
701 a 1000	R$80,45	31,69%
1001 a 2000	R$81,33	30,95%
ACIMA DE 2000	R$82,76	29,73%
COMERCIAL		
CONSUMO EM KWH	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
51 a 70	R$ 8,96	92,39%
71 a 90	R$ 9,52	91,92%
91 a 120	R$21,21	81,99%
121 a 150	R$26,28	77,69%
151 a 200	R$26,31	77,66%
201 a 350	R$41,66	64,63%
351 a 700	R$47,03	60,07%
701 a 1000	R$83,03	29,50%
1001 a 2000	R$86,66	26,42%
ACIMA DE 2000	R$90,38	23,26%
PODER PUBLICO		
CONSUMO EM KWH	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
51 a 70	R$ 8,96	92,39%
71 a 90	R$ 9,52	91,92%
91 a 120	R$21,21	81,99%
121 a 150	R$26,28	77,69%
151 a 200	R$26,31	77,66%
201 a 350	R$41,66	64,63%
351 a 700	R$44,10	62,56%
701 a 1000	R$83,03	29,50%
1001 a 2000	R$86,66	26,42%
ACIMA DE 2000	R$90,38	23,26%
INDUSTRIAL		
CONSUMO EM KWH	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
51 a 70	R$ 8,96	92,39%
71 a 90	R$ 9,52	91,92%
91 a 120	R$21,21	81,99%
121 a 150	R$26,28	77,69%
151 a 200	R$26,31	77,66%
201 a 350	R$41,66	64,63%
351 a 700	R$47,03	60,07%
701 a 1000	R$83,03	29,50%
1001 a 2000	R$86,66	26,42%
ACIMA DE 2000	R$90,38	23,26%
SERVIÇO PUBLICO		
CONSUMO EM KWH	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
51 a 70	R$ 8,96	92,39%
71 a 90	R$ 9,52	91,92%
91 a 120	R$21,21	81,99%
121 a 150	R$26,28	77,69%
151 a 200	R$26,31	77,66%
201 a 350	R$41,66	64,63%
351 a 700	R$44,10	62,56%
701 a 1000	R$83,03	29,50%
1001 a 2000	R$86,66	26,42%
ACIMA DE 2000	R$90,38	23,26%

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias e em especial o Decreto nº080/2023.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01º
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Juvenal Silva Braga, 181, Centro, CEP 87.545-000, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.269/0001-91.
CONTRATADO: W P TANGANELLI, inscrito no CNPJ/MF sob o **nº 43.574.825/0001-22.**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO APOSTILAMENTO
1.1. O objeto deste apostilamento é substituição do Fiscal de contrato que era o senhor Luiz Eduardo Candido, CREA/PR:145164/D, passando assim a função a ser exercida pela senhora Vivianne Mendes Löwe, CREA/PR Nº 171558-D.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
2.1. O presente Termo de Apostilamento o fiscal de contrato/obra, possuindo fundamento no artigo Art. 117, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021:

> ***Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.***

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo de apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
4.1. O presente instrumento deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Data de assinatura: 15/10/2026.

Esperança Nova, 15 de outubro de 2026.

EVERTON BARBIERI
PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG Nº 987689
Número da Compra no Compras Net Nº 012/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

O **MUNICÍPIO DE MARILUZ**, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS,** com participação exclusiva de **MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,** em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133 de 1º/04/2021, Decreto de Regulamentação Municipal nº 2.374 de 07/03/2023 e Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

DATA DA ABERTURA: 03 de novembro de 2026.

HORÁRIO: 09:00 horas - LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBJETO: Registro de Preços destinado a Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Materiais e Equipamentos Odontológicos, com o propósito de atender as demandas das Unidades Básicas de Saúde do Município de Mariluz, conforme especificações constantes no termo de referência e elementos instrutores do edital.

O presente edital poderá ser retirado no Portal Transparência do Município, no Portal de Compras Governamentais (Compras Net) ou na Divisão de Compras, situada à Avenida Marília, nº 1920, Centro. Informações pelo fone (44) 3534-8000 com Juliana.

Mariluz, 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
Dispensa por INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026
Processo n° 42/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, atendendo à solicitação da “CONTRATAÇÃO DE 04 (QUATRO) INSCRIÇÕES PARA O CURSO/EVENTO: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS, OS RISCOS E AS RESPONSABILIDADES DE VEREADORES, GESTORES E SERVIDORES À LUZ DO CÓDIGO PENAL E DA LEI Nº 14.133/2021, A SER REALIZADO NOS DIAS 13, 14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2026 EM CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, PARA TREINAMENTO DE AGENTES POLÍTICOS E SERVIDOR EFETIVO.”, AUTORIZA a abertura do processo de inexigibilidade de licitação nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f” da referida Lei.
Esta autorização de dispensa de licitação se dá em conformidade com as informações do Contador desta casa que existe dotação orçamentária e recursos financeiros para execução das despesas.
Cruzeiro do Oeste, 13 de outubro de 2026.
Nelson Toth
Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 411 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.
ALÍRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o direito constitucional à licença-maternidade assegurado pelo art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, aplicável às servidoras públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização dos períodos de afastamento, conforme documentação comprobatória;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder LICENÇA MATERNIDADE, nos termos da legislação vigente, à servidora:
I – JOSIANE FERREIRA DA SILVA BETINELLI, cadastro de Pessoa Física CPF/MF sob nº 069.471.609-01, matrícula nº 552, ocupante do cargo de Provimento Temporário PSS de Professor Do Ensino Fund., De 1ª Ao 5ª Série Iniciais E Ed. Infantil – Pss – 20 HORAS SEMANAIS, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, compreendido entre 08/10/2026 à 05/04/2027.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos conforme os períodos acima especificados.
Francisco Alves, em 15 de outubro de 2026, 205º Independência e 138º República.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
ALÍRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

DECRETO Nº 060/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para proceder a avaliação dos bens que menciona, e dá outras providências.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída e nomeados os seguintes servidores para comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS de propriedade do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, para sob a presidência do primeiro efetuarem a avaliação das condições de servibilidade e inservibilidade, bem como do valor pecuniário dos bens patrimoniais móveis de propriedade desta Prefeitura Municipal, a serem doados, transferidos ou alienados na modalidade leilão.

HUMBERTO TEIXEIRA D’AVILA - PRESIDENTE….......CPF/MF N.º 349.*.***-00**
VALDECI APARECIDO MARTINS - SECRETÁRIO…..........CPF/MF N.º 000..***-07***
ADEMIR DE SOUZA MENDES - MEMBRO…..…….….…CPF/MF N.º 931..***-53***

Parágrafo Único: Compete à Comissão constituída no *caput* deste artigo a vistoriar os bens indicados, elaborando Termo de Avaliação, onde deverá constar as suas características, estado de conservação e valor de cada bem.

Art. 2º. A comissão nomeada ficará encarregada de providenciar a relação nominal, incluindo as características dos bens, de sua respectiva secretaria de lotação, bem como também providenciar o remanejamento dos bens móveis para o local definido.

Art. 3º. A referida comissão terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a avaliação de que trata este Decreto sempre que for solicitada por escrito, devidamente protocolado.

Art. 4º. Fica designado o Leiloeiro Público Oficial, Sr. Daniel Ribas Rosa Frahm, matriculado na Junta Comercial do Paraná sob o nº 18-301/L, contratado por meio do Termo do Contrato Administrativo nº 133/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 010/2026 e Processo Administrativo nº 048/2026.

Art. 5º. Esta Comissão fica designada por período indeterminado.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Deputado Ulisses Guimarães”, aos 15 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026
** Elotech **
15/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 221/2026 de 15/10/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2444/2026 de 14/10/2026.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
08.002.12.361.0011.1.095.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES	
853 - 4.4.90.61.00.00 2101	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	160.000,00
	Total Suplementação:	**160.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.5.1.50.01.00.00000000 Fonte: 1000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA	160.000,00
	Total da Receita:	**160.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2025
PREGÃO Nº 11/2025
PROCESSO DE COMPRA Nº 44/2025
PROCESSO 1DOC N° 558/2025

A **Prefeitura Municipal de Altônia**, com sede na Rua Rui Barbosa, 815, centro, na cidade de Altônia Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 81.478.059/0001-91, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Diego Jardim Pergo, portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e a detentora da ata, a empresa, **ÁGUIA DISTRINUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENRTOS EIRELLI,** inscrita no CNPJ sob o n° 27.789.446/0001-01, resolvem realizar o presente termo aditivo a ata de registro de preços, renovando assim o saldo da mesma a sua quantidade inicial, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DOS VALORES
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **alteração dos valores unitários dos itens 65,66,67,71 e 132**, conforme justificativa, documentos fiscais e demais elementos constantes no processo administrativo, ficando os preços registrados alterados da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR ATUAL	NOVO VALOR
65	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADA 2000ML	VITALBAG	R$ 2,99	R$ 3,61
66	COLETOR PERFUROCORTANTE 13 LITROS	DESCARBOX	R$ 3,86	R$ 5,37
67	COLETOR PERFUROCORTANTE 20 LITROS	DESCARBOX	R$ 5,37	R$ 7,06
71	CAMPO OPERATORIO 45X50	MAISMED	R$ 40,00	R$ 55,92
132	FITA MICROPORE	MISSNER	R$ 3,89	R$ 4,92

Os novos valores passam a vigorar a partir da assinatura do presente Termo Aditivo.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

E estando as partes de pleno acordo com o presente aditivo, firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Altônia-PR, 15/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
a) Processo Nrº : 122/2026
b) Licitação Nrº : 32/2026
c) Modalidade : Inexigibilidade
d) Data Homologação : 15/10/2026
e) Objeto Homologado : Locação de imóvel com o objetivo de atender a necessidade de transferência da sede do Fundo de Previdência Municipal para um imóvel localizado em área central, com acessibilidade, espaço para armazenar arquivos e áreas para atendimento ao público e atividades administrativas.
f) Dotação Orçamentaria:
06.002.04.122.0004.2.012.3.3.90.36.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
06.002.04.122.0004.2.012.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
1) ISABELA CRISTINA LONGO inscrito no CPF Nº 052.710.789-14 no valor total dos itens vencidos de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
CRUZEIRO DO OESTE, 15 de outubro de 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
Dispensa por INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
Processo n° 43/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, atendendo à solicitação da “CONTRATAÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O CURSO/EVENTO: 11º SEMINÁRIO DE QUALIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL, REFORMA TRIBUTÁRIA E TRIBUNAL DE CONTAS (EIXOS DO PROLEGIS: ATUAÇÃO LEGISLATIVA E QUALIDADE DAS LEIS E O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES), A SER REALIZADO NOS DIAS 13, 14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2026 EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, PARA TREINAMENTO DE AGENTES POLÍTICOS E SERVIDOR EFETIVO”, AUTORIZA a abertura do processo de inexigibilidade de licitação nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f” da referida Lei.
Esta autorização de dispensa de licitação se dá em conformidade com as informações do Contador desta casa que existe dotação orçamentária e recursos financeiros para execução das despesas.
Cruzeiro do Oeste, 13 de outubro de 2026.
Nelson Toth
Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste

MUNICIPIO DE DOURADINA

Estado do Paraná CNPJ 78.200.110/0001-94

Exercício: 2026

** Elotech **
15/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 222/2026 de 15/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.302.0016.2.092.		TRANSFERENCIA PARA CONSÓRCIO DE SAÚDE-CISA	
639 - 3.1.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00
642 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	30.000,00

Total Suplementação: 50.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.302.0016.2.092.		TRANSFERENCIA PARA CONSÓRCIO DE SAÚDE-CISA	
760 - 3.3.72.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00

Total Redução: 50.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315 - Fone/Fax: (44) 3656-8000 - Cx. Postal 141
CEP 87580-000 - Alto Piquiri - Paraná
Site: www.altopiquiri.pr.gov.br - E-mail: contato@altopiquiri.pr.gov.br

DECRETO Nº 2617/2026, de 15 de Outubro de 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 828/2025 de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.549.281,71 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
03.001 Coordenação Geral - SEMAD
03.001.04.122.0014.2.301. MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL - SEMAD
35 - 3.3.90.40.00.00 - 000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 100.000,00
03.002 Divisão de Convênios
03.002.28.846.0015.3.300. DESPESAS COM DEVOLUÇÃO/RESTITUIÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES
733 - 3.3.90.93.00.00 - 947 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 20.322,33
05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
05.001 Fundo Municipal de Saúde
05.001.10.301.0016.2.213. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
721 - 4.4.90.52.00.00 - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 958.959,38
05.001.10.302.0016.2.309. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
204 - 3.3.72.39.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 470.000,00
Total Suplementação: 1.549.281,71

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320/64.

Excesso de Arrecadação:

Receita: 1.7.1.1.51.11.00.00000000 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal 470.000,00
Receita: 2.2.1.3.01.01.00.00000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal 958.959,38
Total: 1.428.959,38

Redução:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS
10.002 Divisão de Manutenção de Estradas
10.002.26.782.0026.2.322. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS
564 - 3.3.90.30.00.00 - 000 - MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
11.001 Divisão de Turismo
11.001.23.695.0027.2.274. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE TURISMO
705 - 3.3.90.39.00.00 - 947 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 20.322,33
Total: 120.322,33

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 15 de Outubro de 2026.

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
AVISO DE CONCORRÊNCIA
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 022/2026
PROCESSO N° 022/2026
INVERSÃO DE FASES
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, para o seguinte.
OBJETO: a Contratação de empresa especializada para a execução de ponte em aduelas pré-moldadas de concreto armado, denominada Ponte do Encantado, na comunidade Encantado, Estrada Xuxa. Conforme as especificações técnicas, diretrizes e demais elementos constantes no Projeto Técnico e no Plano do Trabalho, que integram o Convênio nº080/2026 – SEIL, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEIL, e o Município de Francisco Alves, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem – DER.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 04/11/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 04/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 04/11/2026.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 309.198,88 (trezentos e nove mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 14133/21.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE FRANISCO ALVES – http://www.franciscoalves.pr.gov.br–Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, situado à Rua Jorge Ferreira, 627, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, à Rua Jorge Ferreira, 627, FRANCISCO ALVES – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3643-8000.
FRANCISCO ALVES/PR, 15 de outubro de 2026.
ALIRIO JOSE MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 486/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: exonera a pedido Diretor da Diretoria de Agropecuária, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica exonerado a pedido ZINALDO DA ROCHA, portador da CI/RG nº XX.690.10X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Diretor da Diretoria de Agropecuária, símbolo CC-02, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.
Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 098/2025 de 09 de janeiro de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 487/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: exonera Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em Área Urbana, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica exonerado VANDERLEI NEVES DO NASCIMENTO, portador da CI/RG nº XX.468.31X-X - SESPII/PR, do cargo em comissão de Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em Área Urbana, símbolo CC-03, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.
Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 101/2025 de 09 de janeiro de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Estado do Paraná
Avenida Paraná, 1.258 – Telefone: (044) 3625-1749 CEP. 87538-000 Perobal/PR

RESOLUÇÃO Nº. 006/2026

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o exercício de 2027, referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS, do Município de Perobal – Paraná, nos termos da Deliberação CEAS/PR nº 59/2023, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PEROBAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 59/2023, que dispõe sobre o Piso Único de Assistência Social – PAS, estabelecendo diretrizes para o repasse e aplicação dos recursos destinados ao cofinanciamento da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO o processo de adesão do Município de Perobal – Paraná ao Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao exercício de 2027;

CONSIDERANDO que o Município de Perobal fará jus ao repasse previsto para o Piso Único de Assistência Social – PAS, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinado ao cofinanciamento das ações da Política Municipal de Assistência Social, conforme planejamento aprovado;

CONSIDERANDO a apreciação do Termo de Adesão e do Plano de Ação pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada em 15 de outubro de 2026, ata nº 004, na sala de reunião da Secretaria de Assistência Social, Habitação e da Mulher;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMAS, em conformidade com suas atribuições de acompanhamento, fiscalização e controle social da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Termo de Adesão** do Município de Perobal – Paraná ao Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao exercício de 2027, nos termos da Deliberação CEAS/PR nº 59/2023 e demais normativas aplicáveis.

Art. 2º Aprovar o **Plano de Ação** do Piso Único de Assistência Social – PAS, referência 2027, apresentado pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e inserido no Sistema SIFF, observadas as finalidades e diretrizes estabelecidas para a aplicação dos recursos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Perobal/PR, 15 de outubro de 2026.

VANESSA CASAVÉCHIA CIA
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Estado do Paraná
Avenida Paraná, 1.258 – Telefone: (044) 3625-1749 CEP. 87538-000 Perobal/PR

RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2026

Súmula: Aprova a adesão do Município de Perobal ao recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, referente ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, aprova o Plano de Ação – Referência 2027 e o respectivo Termo de Adesão.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PEROBAL**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e pela legislação municipal que dispõe sobre sua criação e funcionamento,

CONSIDERANDO a disponibilização de recurso do **Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS**, destinado ao **Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência**, com referência ao exercício de **2027**, no valor de **R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**;

CONSIDERANDO a necessidade de deliberação deste Conselho quanto à adesão ao recurso, aprovação do Plano de Ação e do Termo de Adesão;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 15 de outubro de 2026, ata n. 004, na sala de reunião da Secretaria de Assistência de Social, Habitação e da Mulher;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a adesão do Município de Perobal/PR ao recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, com referência ao exercício de 2027.

Art. 2º APROVAR o Plano de Ação – Referência 2027, apresentado pelo Município de Perobal/PR no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual – **SIFF**, referente ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Art. 3º APROVAR o Termo de Adesão ao cofinanciamento estadual do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, referente ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, autorizando o Município a formalizar sua adesão nos sistemas oficiais disponibilizados pelo Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Perobal/PR, 15 de outubro de 2026.

VANESSA CASAVÉCHIA CIA
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 490/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: nomeia Diretor da Diretoria de Urbanismo, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica nomeado VANDERLEI NEVES DO NASCIMENTO, portador da CI/RG nº X.X68.31X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor da Diretoria de Urbanismo, símbolo CC-02, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 114 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 491/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: nomeia Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em área Urbana, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica nomeado FLAVIO CESAR AMES, portador da CI/RG nº X.X81.40X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em área Urbana, símbolo CC-03, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 108 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Estado do Paraná
Avenida Paraná, 1.258 – Telefone: (044) 3625-1749 CEP. 87538-000 Perobal/PR

RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação Permanente da Rede de Proteção Social do Município de Perobal– Paraná.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Perobal – Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº1377 de 28 de julho de 2025, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), atualizada pela Lei nº 12.435/2011;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (Resoluções CNAS nº 33/2012 e nº 145/2004);

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Rede de Proteção Social;

CONSIDERANDO a Educação Permanente como estratégia fundamental para o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do CMAS realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Plano Municipal de Educação Permanente da Rede de Proteção Social de Perobal – PR**, para o período de 2027 a 2030.
Art. 2º O Plano aprovado tem como objetivo geral promover a qualificação continuada dos trabalhadores da rede socioassistencial e intersetorial, visando o aprimoramento da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, conforme diretrizes do SUAS.

Art. 3º O Plano de Educação Permanente contempla:
I – ações de capacitação continuada para trabalhadores do SUAS;
II – formação intersetorial com as políticas públicas de saúde, educação, habitação, segurança alimentar, entre outras;
III – desenvolvimento de competências técnicas, éticas e operacionais;
IV – fortalecimento da gestão, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Art. 4º Fica instituída a **Comissão de Educação Permanente da Rede de Proteção Social**, responsável por planejar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano.

Parágrafo único. A Comissão será composta por representantes da gestão, trabalhadores do SUAS, entidades socioassistenciais e representantes de outras políticas públicas.

Art. 5º A execução do Plano será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, em articulação com a rede socioassistencial e intersetorial.

Art. 6º O monitoramento e a avaliação do Plano deverão ocorrer de forma contínua, com apresentação de relatórios periódicos ao CMAS.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Perobal/PR, 15 de outubro de 2026.

VANESSA CASAVÉCHIA CIA
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2026
CONTRATANTE: Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, com sede à Rua Jorge Ferreira, 627, Centro, inscrito no CGC/MF nº 77.356.665/0001-67, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Alírio José Mistura, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.285.518-7 SSP/PR e do CPF/MF nº 710.227.089-53, e
CONTRATADA: OBRAS SL INFRAESTRUTURA LTDA.
OBJETO: Contrato é a construção de um Barracão Industrial contendo: escritório, depósito, sanitário PcD e área operacional, com área construída de 420m2, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeir.
VALOR: R$ R$ 1.356.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil reais.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 (duzentos e quarenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 (quatrocentos e oitenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Francisco Alves, 15 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2026
O Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20.03.97, NOTIFICA a Câmara Municipal de Vereadores, os Partidos Políticos, os Sindicatos e as Entidades Empresariais, com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná, que no dia 15/10/2026, foi creditado na conta corrente nº 575250676-6 da Agência nº 0722 no Banco Caixa Econômica Federal, o valor de R$ 189.588,07 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sete centavos), referente a 3ª parcela do Contrato de Financiamento nº 0624064-89/2025, no âmbito do Programa Pró-Moradia, Modalidade PROM - Produção de Conjuntos Habitacionais, para Construção de 65 unidades Habitacionais, neste Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 488/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: exonera Assessor da Diretoria de Urbanismo, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica exonerado FLAVIO CESAR AMES, portador da CI/RG nº X.X81.40X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Urbanismo, símbolo CC-04, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.
Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 102/2025 de 09 de janeiro de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 489/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: nomeia Diretor da Diretoria de Agropecuária, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica nomeado MAURO JOSÉ VANIN, portador da CI/RG nº X.X90.54X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor da Diretoria de Agropecuária, símbolo CC-02, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 116 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

MARILUZ - PR
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA N° 2.264, de 15 de outubro de 2026.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal de Mariluz a transferir recursos financeiros, por meio de celebração do Termo de Fomento, à entidade sem fins lucrativos denominada Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros, por meio de Termo de Fomento, à entidade sem fins lucrativos denominada 'Clube da Pessoa Idosa de Mariluz-PR', inscrita no CNPJ nº 67.516.375/0001-80 no exercício financeiro de 2027, podendo ser prorrogado mediante autorização do Município.
§ 1° O valor global do repasse financeiro será de R$ 42.000 (quarenta e dois mil reais), conforme o 'Anexo II - Plano de Trabalho'.
§ 2° Havendo prorrogação do termo de fomento, o valor descrito no parágrafo anterior poderá, por conveniência do Poder Executivo, ser reajustado anualmente com base no índice do IPCA-E, mediante decreto municipal.
§ 3° O repasse será depositado em conta-corrente de titularidade da entidade proponente, com os seguintes dados: Banco do Brasil, agência n° 4746-5, conta-corrente n° 14.088-0.

Art. 2° A celebração da parceria, mediante transferência financeira, tem por objetivo fomentar as atividades precípuas exercidas pelo 'Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR', voltadas exclusivamente para este fim, em especial no investimento estratégico e essencial para aprimorar a estrutura de acolhimento e de realização de eventos para os associados e o público municipal da pessoa idosa.
§ 1° O repasse financeiro será regulamentado mediante a formalização de Termo de Fomento e Plano de Trabalho, firmado entre o Município e o 'Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR'.
§ 2° A liberação dos recursos financeiros, dar-se-á em parcela mensal, conforme Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, após a publicação do extrato do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho no Diário Oficial do Município.
§ 3° O repasse financeiro deverá observar as normas legais e orçamentárias, especialmente a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Federal nº 4.320/1964, sem prejuízo da necessidade de previsão em Lei Orçamentária ou em Créditos Orçamentários Adicionais, constantes em Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

§ 4° Toda transferência de valores feita pelo Município será objeto de prestação de contas.

Art. 3° A liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante a emissão de ordem de despesa em nome do beneficiário para crédito em conta individualizada e vinculada, em banco oficial sediado no município, realizada por transferência bancária eletrônica.
§ 1° Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo beneficiário em caderneta de poupança de instituição financeira oficial.
§ 2° Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto do Plano de Trabalho, conforme estabelecido no Termo de Fomento, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos, sob pena de serem devolvidos ao Município.
§ 3° É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.
§ 4° É vedada a realização de transferências financeiras em data posterior à da vigência do termo de fomento ou instrumento congênere.

Art. 4° O termo de fomento deverá regulamentar a forma de prestação de contas, de acordo com o estabelecido na Lei n° 13.029/2014.
§ 1° A prestação de contas será apresentada dentro do prazo de execução, pelo menos 30 (trinta) dias antes do fim da vigência do Termo, e deverá ser apresentada pelo representante legal da entidade beneficiária, conforme exigências estabelecidas no Termo de Fomento e no Plano de Trabalho regulamentadores do repasse.
§ 2° A não apresentação de contas no prazo definido no parágrafo anterior resultará na instauração de tomada de contas especial.
§ 3° A prestação de contas poderá ser encaminhada para os órgãos de fiscalização e controle do Poder Público, em especial o Ministério Público de Contas, a Câmara Municipal de Vereadores e o Controle Interno, visando monitorar sua execução financeira e administrativa.

Art. 5° Fica ao encargo do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a criação da Comissão de Monitoramento e nomeação do gestor com poderes de controle e fiscalização, a fim de acompanhar o devido cumprimento dos repasses, tanto durante a execução do Termo como no momento da prestação de contas.

Art. 6° Caso a prestação de contas não obtiver parecer positivo de ambos os Poderes, executivo e Legislativo, ficará proibido o repasse de novos recursos em favor da entidade beneficiária até que sejam regularizadas as contas, sem prejuízo da adoção de medidas legais ou contratuais cabíveis.

Art. 7° As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações consignadas no orçamento, podendo abrir crédito suplementar ou especial, nos termos do Art. 43 da Lei Federal n° 4.320/1964 e suas alterações.

Art. 8° Aplica-se subsidiariamente a Lei Federal n° 13.019/2014 aos casos omissos ou divergentes.

Art. 9° Constituem parte integrante desta lei o 'Anexo I - Termo de Fomento' e o 'Anexo II - Plano de Trabalho'.

Art. 10. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por decreto do Poder Executivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, prevalecendo seu caráter especial sobre normas gerais e revogando as disposições em contrário.

Mariluz – PR, 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE FOMENTO n° _____/2027

Processo n° _____/_____

O **MUNICÍPIO DE MARILUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 76.404.136/0001-29, com sede à Avenida Marília, 1920, Centro, em Mariluz-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, brasileiro, inscrito no CPF n° 805.330.519-91, portador do RG n° 3070035-0/PR, doravante denominado 'CONCEDENTE' e, de outro lado, o Clube da Pessoa Idosa de Mariluz-PR, entidade beneficente sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n° 67.516.375/0001-80, sediada na Avenida Coronel Galdino, Nº 1214, Centro, em Mariluz-PR, CEP: 87.470-000, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Celina Haruko dos Santos, brasileira, inscrita no CPF Nº 994.605.489-20, portadora do RG n° 3549755-2, doravante denominada 'CONVENENTE', resolvem celebrar o presente termo, inexigindo-se a realização de chamamento público, consoante previsão do artigo 31, caput, da Lei Nacional n° 13.019/2014, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a melhoria da estrutura organizacional e administrativa, bem como das atividades prestadas pela CONVENENTE em prol dos idosos do Município de Mariluz.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE
2. A CONVENENTE fica obrigada a:
2.1. Desenvolver trabalhos e serviços voltados à integração dos idosos deste CONCEDENTE, proporcionando-lhes bem-estar, qualidade de vida, lazer, fortalecimento de vínculo e acompanhamento, conforme preconiza a Lei Nacional n° 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
2.2. Atender às necessidades e demandas dos idosos associados ou frequentadores da entidade CONVENENTE, observando sua finalidade estatutária;

2.3. Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos para defesa dos direitos das pessoas idosas;

2.4. Permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, facilitando a obtenção de informações e documento junto à CONVENENTE;
2.5. Assumir responsabilidade por eventuais danos materiais ou morais causados ao CONCEDENTE e a terceiros, se o dano ocorrer por ação ou omissão, culpa ou negligência da CONVENENTE;

2.6. Não transferir ou subcontratar, ceder ou subempreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste Termo de Fomento, ressalvada a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente justificados pela CONVENENTE e autorizados pelo CONCEDENTE, sob pena de rescisão e suspensão imediata de repasses financeiros;
2.7. Prestar por escrito todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONCEDENTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, garantindo-lhes o livre acesso nas dependências da instituição;
2.8. Manter registros contábeis e jurídicos, atualizados e organizados, à disposição dos servidores do CONCEDENTE ou de outros órgãos de fiscalização;
2.9. Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), eventualmente cedidos para execução de suas atividades precípuas;
2.10. Prestar contas perante a administração Municipal anualmente até o dia 31 de janeiro, em relação aos recursos recebidos e aplicados no exercício imediatamente anterior;
2.11. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
2.12. Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo elas:
a) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONVENENTE na realização da presente parceria;
b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto assim o exija;
c) custos indiretos necessários à execução do objeto;
d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
2.13. Restituir o CONCEDENTE, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os recursos não forem utilizados;
2.14. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONVENENTE e ao cumprimento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelos respectivos pagamentos ou por qualquer oneração do objeto desta parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
3. O CONCEDENTE fica obrigado a:
3.1. Transferir os recursos à CONVENENTE mensalmente, conforme o Plano de Trabalho, diretamente em conta-corrente, com os seguintes dados bancários: Banco do Brasil, agência n° 4746-5, conta-corrente n° 14.088-0;
3.2. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de fiscalização;

3.3. Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONVENENTE;
3.4. Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONVENENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
3.5. Comunicar formalmente à CONVENENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
3.6. Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no diário oficial do CONCEDENTE;
3.7. Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONVENENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
a) atrasos e irregularidades na prestação de contas,
b) aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo CONCEDENTE, não prevista no Plano de Trabalho,
c) não cumprimento do Plano de Trabalho,
d) falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
3.8. Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:
a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;
b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONVENENTE, o direito ao recebimento da transferência financeira relativa ao período de suspensão;
c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
4. O CONCEDENTE repassará à CONVENENTE o valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para o exercício de 2027, podendo ser atualizado por decreto a cada novo exercício financeiro, de modo que as parcelas serão pagas conforme o Plano de Trabalho.
4.1. O valor mencionado no caput desta cláusula será devidamente atualizado por decreto municipal a cada novo exercício financeiro, utilizando-se de índices oficiais aplicados pelo CONCEDENTE em seus demais contratos.
4.2. A CONVENENTE movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade, descrita na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO
5. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONCEDENTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONVENENTE.
5.1. Para efeitos do caput desta cláusula, o CONCEDENTE indica como gestor do presente Termo o(a) seguinte servidor(a): Andrea Cristina Bernardo de Oliveira CPF Nº 035.731.869-20 RG Nº 7050602-5 cadastrada na matrícula municipal Nº 202520.
5.2. O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, tendo início em DD/MM/AAAA.
6.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por conveniência entre as partes, desde que expressamente autorizado pelo CONCEDENTE, devendo a prorrogação constar em termo aditivo específico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO
7. O presente instrumento pode ser rescindido a qualquer momento pelo CONCEDENTE, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência entre sua decisão e a extinção definitiva do Termo.
7.1. A decisão de rescisão contratual deverá ser publicada no diário oficial do CONCEDENTE, com a respectiva notificação da CONVENENTE no prazo previsto no caput desta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8. A CONVENENTE deverá prestar contas anualmente, até o dia 31 de janeiro, sobre os recursos recebidos e aplicados no exercício imediatamente anterior.
8.1. A CONVENENTE também deverá encaminharão CONCEDENTE o relatório preliminar de prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da verba.
8.2. A liberação de novas parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação da prestação de contas.
8.3. A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:
a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas, previsto no Plano de Trabalho, com os resultados alcançados;
b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
c) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
d) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES
9. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
9.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo, o CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONVENENTE as sanções do Art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014.
9.2. As sanções serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Assistência Social, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias de sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10. As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta de dotação orçamentária específica, prevista na Lei Orçamentária Anual, descrita a seguir: 07.001.08.241.0012.2079.3.3.50.43.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS
11. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Nacional n° 13.019/2014 e no Decreto Federal n° 8.726/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO DE ELEIÇÃO
12. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Mariluz – PR, em 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

CELINA HARUKO DOS SANTOS
Presidente do Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO 2027

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Entidade Proponente

NOME DA INSTITUIÇÃO	Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR
CNPJ	67.516.375/0001-80
ENDEREÇO	Avenida Coronel Galdino de Almeida Nº 1214 - CENTRO
CEP	87.470-000
CIDADE	Mariluz - Paraná
BANCO	Banco do Brasil
AGENCIA	4746-5
CONTA CORRENTE	14.088-0

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME	Celina Haruko dos Santos
FUNÇÃO	Presidente
POSSE	06/05/2026
RG	3549755-2
CPF	994.605.489-20
ENDEREÇO RESIDENCIAL	R. Joao Monteiro de Almeida Nº 550
CEP	87.470-000
TELEFONE	(44)99802-5507
CIDADE	Mariluz – Paraná

1.2. Entidade Concedente

NOME	Prefeitura Municipal de Mariluz
CNPJ	76.404.136/0001-29
ENDEREÇO	Avenida Marilia n. 1920
CEP	87.470-000
TELEFONE	044- 3534-8000
RESPONSÁVEL	Paulo Armando da Silva Alves
FUNÇÃO	Prefeito Municipal
CPF	805.330.519-91
RG	3.070.035-0
TELEFONE	044-3534-8000
POSSE	01/01/2021
CIDADE	Mariluz - PR

2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com atuação voltada à promoção da qualidade de vida das pessoas idosas do município.

Constituído com base em seu Estatuto Social, o Clube desenvolve atividades de caráter social, cultural, recreativo e de convivência, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento de vínculos e o bem-estar das pessoas idosas.

A entidade atende prioritariamente pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, residentes no município de Mariluz/PR, oferecendo um espaço de convivência que contribui para o envelhecimento ativo, saudável e participativo.

Suas ações estão voltadas à promoção da cidadania, da inclusão social e da valorização da pessoa idosa, por meio de atividades coletivas, eventos, encontros e demais iniciativas que favoreçam a socialização e a melhoria da qualidade de vida.

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A presente proposta justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações voltadas à promoção da convivência, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa no Município de Mariluz /PR.

Considerando o processo de envelhecimento populacional e a importância da implementação de espaços de convivência que favoreçam o envelhecimento ativo, torna-se fundamental a manutenção e o apoio às atividades desenvolvidas pelo Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR, que atua como importante equipamento comunitário de integração social.

O Clube proporciona à população idosa um ambiente de convivência, socialização e participação, contribuindo para a prevenção do isolamento social, fortalecimento de vínculos comunitários e valorização da pessoa idosa, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso e do Estatuto da Pessoa Idosa.

Dessa forma, o repasse de recursos financeiros visa garantir a continuidade e a qualificação das atividades desenvolvidas, assegurando condições adequadas de funcionamento e atendimento ao público beneficiário.

4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

A presente parceria tem como metas e resultados esperados:

I – Promover a participação contínua das pessoas idosas nas atividades desenvolvidas pela entidade;

II – Fortalecer vínculos familiares e comunitários por meio de ações de convivência e integração social;

III – Proporcionar espaços de socialização que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas;

IV – Desenvolver atividades de caráter recreativo, cultural e de convivência, favorecendo o envelhecimento ativo e participativo;

V – Assegurar a regularidade na execução das atividades previstas neste Plano de Trabalho;

VI – Garantir a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as finalidades estabelecidas neste Plano;

VII – Contribuir para a prevenção do isolamento social e para a valorização da pessoa idosa no âmbito comunitário.

5. PÚBLICO ALVO

O público-alvo do presente plano de trabalho é composto por pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, residentes no Município de Mariluz - PR, prioritariamente aquelas em situação de vulnerabilidade social, isolamento social ou com necessidade de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Poderão participar das atividades pessoas idosas vinculadas ao Clube da Pessoa Idosa, observadas as normas estabelecidas no Estatuto e no Regimento Interno da entidade.

6. RECURSOS

Os recursos financeiros a serem repassados serão destinados à manutenção e execução das atividades desenvolvidas pelo Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/ PR, abrangendo despesas necessárias ao seu funcionamento e à realização de ações voltadas ao público atendido.

Os recursos financeiros serão utilizados para o custeio de despesas relacionadas à manutenção das atividades do Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/ PR, conforme a discriminação constante neste Plano de Trabalho.

As despesas compreendem, especificamente, a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, gás, serviços de energia elétrica, serviços de água e saneamento, serviços contábeis, necessários à realização das atividades desenvolvidas pela entidade.

A aplicação dos recursos deverá observar os princípios da legalidade, economicidade, transparência e finalidade pública, sendo obrigatória a devida prestação de contas conforme legislação vigente.

6.1 RECURSOS HUMANOS

O Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR não possui, no momento, quadro de funcionários contratados, sendo suas atividades desenvolvidas por membros da Diretoria e colaboradores voluntários.

As ações e atividades são organizadas e executadas pela Diretoria da entidade, com apoio de participantes e, quando necessário, por meio de parcerias com o Poder Público ou outros colaboradores.

6.2 RECURSOS FÍSICOS

O Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR dispõe de sede própria, localizada na Avenida Coronel Galdino de Almeida, Nº 1214 no Município de Mariluz - PR.

O espaço físico é composto por salão para realização de atividades coletivas, cozinha, área de churrasqueira, além de instalações sanitárias, sendo dois sanitários femininos e dois sanitários masculinos, atendendo às necessidades dos participantes.

A estrutura disponível possibilita a realização de atividades de convivência, reuniões, eventos e ações recreativas, apresentando condições adequadas de uso para o desenvolvimento das atividades propostas.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

7. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A execução das atividades previstas neste Plano de Trabalho será acompanhada e monitorada pela Diretoria do Clube da Pessoa Idosa de Mariluz/PR.

O Município realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução da parceria, conforme previsto no Termo de Fomento e na legislação vigente.

O monitoramento ocorrerá de forma contínua, por meio da verificação da realização das atividades propostas, da participação dos usuários e da adequada utilização dos recursos repassados.

Serão utilizados como instrumentos de acompanhamento:

I – registros das atividades realizadas;
II – listas de presença dos participantes;
III – relatórios simplificados das ações desenvolvidas;
IV – controle da aplicação dos recursos financeiros.

A avaliação das atividades considerará aspectos como a participação dos usuários, a regularidade das ações, a adequação das atividades propostas e o alcance dos objetivos previstos neste Plano.

Ao final da execução, será realizada a prestação de contas, conforme as normas legais vigentes, comprovando a correta aplicação dos recursos públicos recebidos.

8. DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS

	TÍTULO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
	MATERIAL DE CONSUMO		
33.90.30.07	Gêneros alimentação	R$ 1.360,00	R$ 16.320,00
33.90.30.22	Material de limpeza e higiene	R$ 200,00	R$ 2.400,00
33.90.30.04	Gás e outros materiais engarrafados	R$ 120,00	R$ 1.440,00

	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
33.90.39.43	Serviços de energia elétrica	R$ 400,00	R$ 4.800,00
33.90.36.06	Serviços Técnicos Profissionais	R$ 250,00	R$ 3.000,00
33.90.39.44	Serviços de água e esgoto	R$ 100,00	R$ 1.200,00
33.90.39.0	Outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas	R$ 1.000,00	R$ 12.000,00
33.90.39.81	Despesas Bancárias	R$ 70,00	R$ 840,00
	TOTAL		**R$ 42.000,00**

8.1 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (em reais)
Ano de 2027

Janeiro	R$ 3.500,00
Fevereiro	R$ 3.500,00
Março	R$ 3.500,00
Abril	R$ 3.500,00
Maio	R$ 3.500,00
Junho	R$ 3.500,00
Julho	R$ 3.500,00
Agosto	R$ 3.500,00
Setembro	R$ 3.500,00
Outubro	R$ 3.500,00
Novembro	R$ 3.500,00
Dezembro	R$ 3.500,00

8.2 PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO: 01/01/2027 E TÉRMINO: 31/12/2027

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste Plano de Trabalho. Ademais, DECLARO para os devidos fins que esta entidade não possui débitos trabalhistas ou previdenciários pendentes até a presente data, que possam macular ou impedir a execução do termo de fomento e o respectivo repasse de recursos.

Mariluz, _____ de _____ de 2027.

_____
CELINA HARUKO DOS SANTOS
Presidente
Clube da Pessoa Idosa

APROVAÇÃO

Aprovado

Mariluz, _____ de _____ de 2027.
Local e data

_____
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal de Mariluz
Concedente

TMUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 297/2026
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 433/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 068/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: GENTE SEGURADORA SA, CNPJ nº 90.180.605/0001-02
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de seguro veicular para a frota do Município de Guaíra/PR.
Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é aumento de metafísica nos Lotes 1 e 2 do Contrato Administrativo nº 433/2026, que se referem aos seguros contratados pelo Município.
Do Acréscimo de Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela inclusão dos veículos listados no Anexo I do presente Aditivo, o valor total máximo de R$ 40.180,92 (quarenta mil, cento e oitenta reais e noventa e dois centavos), que corresponde ao percentual de 12,73% do valor total inicial do contrato, que é de R$ 315.750,00 (trezentos e quinze mil e setecentos e cinquenta reais (trezentos e quinze mil, setenta e cinquenta reais).
Recursos Orçamentários:
Dotação: 1753 - 13.002.2101.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1489 - 11.002.2081.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1545 - 11.003.2083.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1568 - 11.004.2085.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1605 - 11.005.2089.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1703 - 12.004.2112.33390396903000000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 0692 - 08.001.2044.33390396901000000000.00000107 - Seguros de veículos da educação / transporte escolar
Dotação: 1416 - 10.003.2119.33390396903000000000.00000000 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 0971 - 09.001.2060.33390396903000000000.00000413 - Seguros de demais veículos públicos
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços original.
Guaíra, Paraná, 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

MARILUZ - PR
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA N° 2.263, de 15 de outubro de 2026.

Ementa: Dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Município de Mariluz, revoga a Lei Municipal nº 1.893, de 29 de maio de 2018, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Município de Mariluz, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, observadas as normas e resoluções vigentes do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e os critérios e prazos deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2° Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da Política de Assistência Social e do SUAS, destinadas a indivíduos e famílias que vivenciem insegurança e desproteção social decorrentes de vulnerabilidade temporária.

§ 1° As situações de vulnerabilidade temporária são decorrentes ou agravadas por contingências que provoquem riscos, perdas e danos pessoais e sociais, comprometam a sobrevivência ou fragilizem ou rompam o convívio familiar e comunitário.

§ 2° Os benefícios eventuais possuem caráter público, não contributivo, temporário e suplementar, constituindo direito socioassistencial e não se confundindo com doação, favor, recompensa ou ajuda de natureza político-partidária, eleitoral, religiosa ou clientelista.

Art. 3° Os benefícios eventuais têm como objetivos:
I – garantir proteção social imediata diante de contingências que provoquem insegurança e desproteção social;
II – assegurar as seguranças socioassistenciais de acolhida, sobrevivência, convívio familiar e comunitário e desenvolvimento da autonomia;

III – prevenir o agravamento de riscos, perdas, danos e violações de direitos;
IV – promover o acesso integrado aos serviços, programas, projetos, benefícios e demais políticas públicas; e
V – assegurar resposta pública digna, ágil, suficiente e adequada às necessidades apresentadas.

Art. 4° Os benefícios eventuais poderão ser concedidos em bens de consumo ou, excepcionalmente, mediante prestação de serviços.

Parágrafo único. A forma de concessão será definida conforme a natureza da contingência, a urgência, a adequação e a suficiência da provisão, observadas as normas nacionais, a regulamentação municipal e as deliberações do CMAS.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DOS DIREITOS DAS PESSOAS BENEFICIÁRIAS

Art. 5° A regulamentação, a análise e a concessão dos benefícios eventuais observarão os seguintes princípios:
I – integração com os serviços socioassistenciais e com a rede de proteção social;
II – respeito à dignidade, à autonomia, à privacidade e à diversidade das pessoas e famílias;
III – reconhecimento do benefício eventual como direito de cidadania;
IV – igualdade de condições para acesso às informações e aos benefícios;
V – utilização de procedimentos simples, ágeis e adequados à urgência da situação;
VI – proibição de contribuição prévia, contrapartida ou condicionalidade;
VII – ampla divulgação dos critérios, prazos, procedimentos e locais de atendimento;
VIII – qualidade, suficiência e adequação das provisões;
IX – respeito às diferentes configurações familiares, modos de vida, culturas, crenças e tradições;
X – proibição de comprovações de renda ou de vulnerabilidade complexas, vexatórias, discriminatórias ou constrangedoras;
XI – impessoalidade, transparência e fundamentação das decisões;
XII – proteção dos dados pessoais e das informações sigilosas; e
XIII – proibição da utilização dos benefícios eventuais para práticas político-partidárias, eleitorais, religiosas, clientelistas, discriminatórias ou de favorecimento pessoal.

Art. 6° São direitos das pessoas requerentes e beneficiárias:
I – receber atendimento digno, acolhedor, respeitoso e não discriminatório;
II – obter informações claras sobre os benefícios, critérios, prazos, documentos e procedimentos;
III – conhecer os fundamentos do deferimento ou indeferimento;
IV – apresentar pedido de revisão da decisão;
V – manifestar reclamações e sugestões;

VI – ter preservados o sigilo e a proteção de seus dados pessoais;
VII – receber provisão adequada e suficiente para o enfrentamento da contingência identificada; e
VIII – acessar os serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas, quando necessário, sem que o acompanhamento constitua condição para a concessão do benefício.

CAPÍTULO III
DO PÚBLICO, DOS CRITÉRIOS E DO ACESSO

Art. 7° Os benefícios eventuais serão garantidos a indivíduos e famílias que se encontrem no território do Município de Mariluz e vivenciem situações de vulnerabilidade temporária, respeitadas:
I – as diferentes configurações familiares;
II – as áreas urbanas e rurais;
III – os grupos populacionais tradicionais e específicos;
IV – as situações de migração, refúgio, apatridia ou trânsito pelo território;
V – as diversidades culturais, religiosas, étnico-raciais, de gênero e de modos de vida; e
VI – as necessidades específicas decorrentes de idade, deficiência ou dependência de cuidados.

Art. 8° O critério definidor para a concessão do benefício eventual será a vivência de situação de vulnerabilidade temporária, caracterizada pela presença circunstancial de riscos, perdas e danos à integridade, à sobrevivência ou ao convívio familiar e comunitário.

§ 1° A renda familiar poderá ser considerada como elemento complementar da análise, mas não constituirá critério exclusivo nem produzirá indeferimento automático.

§ 2° Poderão ser adotados como parâmetros de priorização:
I – dependência de cuidados;
II – presença de pessoa com deficiência;
III – faixa etária;
IV – presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas, gestantes ou nutrizes;
V – família monoparental;
VI – situação de violência ou violação de direitos;
VII – residência em território com maior incidência de riscos e desproteções; e
VIII – outras situações identificadas na realidade municipal e deliberadas pelo CMAS.

§ 3° Os parâmetros de priorização não estabelecerão ordem excludente entre as situações nem impedirão a análise conjunta das necessidades apresentadas.

Art. 9° Não constituem condições para a concessão dos benefícios eventuais:
I – inscrição prévia no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;
II – participação ou acompanhamento obrigatório em serviço, programa, projeto ou atividade;
III – contribuição prévia ou prestação de contrapartida;
IV – comprovação de renda mediante procedimentos complexos ou constrangedores; e
V – atendimento prévio por determinada unidade, programa ou entidade.

§ 1° A pessoa ou família poderá ser orientada e encaminhada para inclusão ou atualização do CadÚnico e para acesso aos serviços socioassistenciais, sem que isso constitua condição para o recebimento do benefício.

§ 2° A falta de documentação não impedirá a concessão às pessoas em situação de rua, migrantes, refugiadas, apátridas, residentes em territórios atingidos por desastre ou que vivenciem situação que impossibilite a apresentação imediata dos documentos.

§ 3° Nas situações previstas no parágrafo 2°, poderão ser utilizadas autodeclaração, informações existentes nos sistemas públicos ou outros meios de identificação e registro, admitida a complementação documental posterior.

Art. 10. Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente:
I – entre diferentes modalidades de benefícios eventuais;
II – com programas de transferência de renda;
III – com benefícios assistenciais, previdenciários ou de outras políticas públicas; e
IV – em mais de uma oportunidade, quando constatada nova contingência ou a permanência temporária da situação de desproteção.

Art. 11. A identificação da necessidade de benefício eventual poderá ser realizada por todas as equipes de referência do SUAS.

§ 1° O reconhecimento do direito, a análise e a concessão competirão às equipes de referência das unidades públicas estatais do SUAS, observadas as atribuições profissionais.

§ 2° As entidades e organizações de assistência social poderão identificar a necessidade e referenciar as pessoas e famílias às unidades públicas competentes, inclusive promovendo comunicação ou denúncia às autoridades competentes quando necessário.

§ 3° A decisão deverá ser registrada em instrumento próprio, com informações estritamente necessárias à concessão e ao acompanhamento.

Art. 12. Os procedimentos para requerimento, análise e concessão deverão ser compatíveis com a natureza e a urgência da contingência.

§ 1° A ausência de relatório, parecer ou outro procedimento técnico formal não poderá postergar a concessão quando estiver caracterizada necessidade de proteção imediata.

§ 2° Nas situações urgentes, o benefício poderá ser concedido imediatamente, com complementação posterior do registro técnico e administrativo.

§ 3° A visita domiciliar não será requisito obrigatório para a concessão, devendo ser realizada somente quando tecnicamente necessária e sem prejuízo do atendimento imediato.

Art. 13. Os prazos máximos para análise, concessão e efetivação dos benefícios serão deliberados pelo CMAS e regulamentados pelo órgão gestor municipal.

Parágrafo único. Os benefícios relacionados à morte, à fome, ao desabrigo, à violência, ao desastre ou a outras situações que comprometam a sobrevivência deverão receber resposta imediata ou no menor prazo possível.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 14. Os benefícios eventuais serão concedidos em virtude de:
I – gestação e nascimento;
II – morte;
III – vulnerabilidade temporária; e
IV – desastre, calamidade pública ou emergência em assistência social.

Seção I
Do Benefício Eventual em Virtude de Gestação e Nascimento

Art. 15. O benefício eventual em virtude de gestação e nascimento destina-se a atender necessidades sociais da pessoa gestante, puérpera, nutriz, dos familiares, da criança ou das crianças que nascerão ou das recém-nascidas.

§ 1° A provisão deverá considerar:
I – nascimento de gêmeos ou múltiplos;
II – nascimento de criança com deficiência;
III – necessidades materiais da gestante, puérpera, nutriz e da criança;
IV – situações de guarda, adoção ou acolhida familiar;
V – necessidades das famílias extensas, guardiãs ou acolhedoras; e
VI – outras circunstâncias que possam comprometer o cuidado, a proteção e a convivência familiar e comunitária.

§ 2° A ausência de acompanhamento pré-natal não impedirá a concessão do benefício.

§ 3° O benefício poderá ser requerido e recebido pela pessoa gestante, puérpera, responsável familiar ou representante, conforme regulamentação.

Art. 16. A composição, a quantidade, a qualidade e a forma de concessão das provisões relacionadas à gestação e ao nascimento serão definidas em decreto, observadas as deliberações do CMAS e as necessidades identificadas.

Seção II
Do Benefício Eventual em Virtude de Morte

Art. 17. O benefício eventual em virtude de morte destina-se:
I – a apoiar a família diante dos riscos, perdas e danos decorrentes da morte de qualquer de seus membros;
II – a apoiar e acolher a mãe, o pai ou a família no falecimento de criança após o nascimento;
III – a apoiar e acolher a família no falecimento da pessoa gestante ou da criança durante a gestação ou o nascimento; e
IV – a garantir sepultamento gratuito, digno e de qualidade, com respeito à liberdade de credo, religião, cultura e ritos de luto.

Art. 18. O benefício eventual em virtude de morte poderá abranger, conforme a necessidade e a forma de concessão:
I – urna funerária e paramentos;
II – preparação e higienização do corpo;
III – velório;
IV – sepultamento;
V – taxas e despesas administrativas indispensáveis;
VI – traslado do corpo quando necessário; e
VII – outras necessidades urgentes da família decorrentes da morte.

§ 1° Quando concedido em pecúnia, o valor deverá ser suficiente para o custeio dos bens e serviços necessários.

§ 2° Quando concedido em bens, deverá garantir, no mínimo, urna funerária e paramentos adequados.

§ 3° Quando executado mediante prestação de serviço, o pagamento poderá ser realizado diretamente ao prestador contratado ou credenciado pelo Município.
§ 4° A ausência imediata da certidão de óbito não impedirá a concessão, podendo ser aceitos declaração, atestado de óbito ou outro documento idôneo, com complementação posterior.

Art. 19. O órgão gestor deverá instituir protocolo interinstitucional para definir responsabilidades e fluxos relativos ao velório, sepultamento, taxas, preparação e traslado do corpo, incluindo atendimento fora do horário administrativo.

Seção III
Do Benefício Eventual em Virtude de Vulnerabilidade Temporária

Art. 20. A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pela presença circunstancial de riscos, perdas ou danos à integridade pessoal e familiar, podendo decorrer de:
I – contingências relacionadas à gestação, ao nascimento e à morte;
II – falta circunstancial de acesso à alimentação, à moradia, ao acolhimento institucional ou à documentação básica;
III – emergências em assistência social decorrentes de desastres socioambientais, naturais ou provocados pela ação humana;
IV – danos, perdas ou agravos vivenciados em territórios com conflitos ou graves violações de direitos humanos, socioassistenciais, socioambientais ou socioeconômicos;
V – abandono, apartação, preconceito, discriminação ou isolamento;
VI – violência física, psicológica, sexual ou patrimonial e exploração sexual;
VII – impossibilidade temporária de a família assegurar proteção integral a crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, com risco de perda dos vínculos familiares e comunitários;
VIII – migração, refúgio, apatridia, repatriação, deportação ou retorno;
IX – situação de rua decorrente de fragilidade ou perda de vínculos, ausência de moradia ou violência intrafamiliar;
X – exploração sexual, trabalho infantil, tráfico de pessoas, trabalho escravo ou condições análogas à escravidão;
XI – ameaça à vida ou comprometimento da sobrevivência e do convívio familiar e comunitário; e
XII – outras situações identificadas na realidade municipal que provoquem insegurança e desproteção social temporária.

Art. 21. O benefício eventual destinado ao enfrentamento da fome ou da insegurança alimentar deverá possuir caráter temporário e emergencial.

§ 1° Quando concedido em bens alimentícios, deverá garantir padrão adequado de qualidade, quantidade, diversidade e segurança sanitária.

§ 2° O benefício eventual não substituirá as ações permanentes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, devendo ser promovida a articulação intersetorial necessária.

Art. 22. O benefício destinado a pessoas ou famílias desabrigadas, desalojadas ou residentes em área de risco será temporário e subsidiário, não substituindo o direito à moradia e as responsabilidades dos órgãos públicos competentes pela área habitacional.

§ 1° O benefício poderá ser concedido na forma de auxílio-aluguel ou outra provisão temporária adequada.

§ 2° A concessão deverá ser articulada com os órgãos públicos competentes pela área habitacional, a Defesa Civil e as demais políticas envolvidas.

§ 3° O auxílio-aluguel destinado às mulheres vítimas de violência dependerá de regulamentação específica pelo Poder Executivo, e será articulado com os órgãos públicos responsáveis pela área habitacional e com a rede de proteção e defesa das mulheres, observada a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Art. 23. O benefício eventual para acesso a passagens ou transporte poderá ser concedido quando relacionado às situações de vulnerabilidade temporária previstas nesta Lei.

Parágrafo único. É proibida a utilização de passagens ou transporte para remoção involuntária ou compulsória, práticas higienistas, aporofóbicas, discriminatórias, vexatórias ou de afastamento indevido de pessoas do território municipal.

Art. 24. Poderão ser instituídas outras provisões relacionadas à vulnerabilidade temporária, conforme diagnóstico da realidade municipal, deliberação do CMAS e regulamentação do Poder Executivo.

Parágrafo único. As provisões emergenciais não substituirão responsabilidades permanentes das políticas de Saúde, Educação, Habitação, Saneamento, Segurança Alimentar e Nutricional ou de outras políticas públicas.

Seção IV
Do Benefício Eventual em Virtude de Desastre, Calamidade Pública ou Emergência em Assistência Social

Art. 25. Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I – desastre: resultado de evento adverso, natural ou provocado pela ação humana, que cause danos humanos, materiais, ambientais, econômicos ou sociais;
II – calamidade pública: situação anormal decorrente de desastre que provoque danos e prejuízos capazes de comprometer a capacidade de resposta do Município; e
III – emergência em assistência social: situação excepcional, de caráter coletivo, que provoque desproteção social e exija medidas públicas imediatas.

Art. 26. O benefício eventual destinado às situações previstas nesta Seção terá como objetivo garantir a sobrevivência, a dignidade e as seguranças socioassistenciais das pessoas, famílias e grupos afetados.

§ 1° A concessão independerá da existência de plano municipal de contingência ou da decretação formal de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 2° Serão dispensadas as exigências documentais ou administrativas que comprometam a agilidade e a pronta resposta às pessoas afetadas.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

PREFEITURA MUNICIPAL

§ 3° A concessão poderá ocorrer de forma coletiva, conforme a extensão da situação e as necessidades identificadas.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO, DA CONCESSÃO E DA INTEGRAÇÃO COM OS SERVIÇOS

Art. 27. Compete ao órgão gestor municipal da Política de Assistência Social:
I – garantir a provisão dos benefícios eventuais;
II – coordenar, regulamentar, organizar e avaliar sua concessão;
III – assegurar recursos materiais, humanos, orçamentários e financeiros;
IV – organizar a concessão descentralizada nas unidades públicas do SUAS;
V – instituir procedimentos, fluxos, formulários e instrumentos de registro;
VI – promover capacitação das equipes;
VII – articular e definir fluxos com os demais órgãos e políticas públicas envolvidos;
VIII – divulgar os benefícios e os direitos das pessoas usuárias;
IX – organizar os canais de reclamação e revisão;
X – manter registros administrativos atualizados;
XI – monitorar a qualidade, a suficiência e a tempestividade das provisões; e
XII – apresentar relatórios semestrais ao CMAS.

Parágrafo único. A divulgação deverá contemplar informações sobre os procedimentos, os critérios, as condições de concessão, os locais de atendimento e os canais de reclamação e revisão.

Art. 28. A concessão será descentralizada nas unidades públicas estatais do SUAS, especialmente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e em outras unidades definidas pelo órgão gestor.

Art. 29. Os benefícios eventuais serão ofertados de forma integrada aos serviços socioassistenciais.

§ 1° O acompanhamento familiar constitui direito das famílias e deverá ser oferecido quando necessário.

§ 2° A inserção em acompanhamento, serviço, programa ou atividade não constituirá condição para concessão ou manutenção do benefício.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 30. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:
I – deliberar, por resolução específica, sobre os critérios e prazos dos benefícios eventuais;
II – acompanhar e monitorar a concessão e a integração com os serviços socioassistenciais;

III – fiscalizar a previsão e a execução dos recursos;
IV – analisar os relatórios semestrais apresentados pelo órgão gestor;
V – avaliar a qualidade e a suficiência das provisões;
VI – propor aprimoramentos na regulamentação; e
VII – assegurar espaço para participação e manifestação das pessoas usuárias e dos trabalhadores do SUAS.

Art. 31. O órgão gestor apresentará ao CMAS, semestralmente, relatório contendo:
I – previsão e execução orçamentária e financeira;
II – informações sobre a demanda e a provisão dos benefícios, incluindo quantidades e modalidades concedidas;
III – informações sobre os prazos e a integração com os serviços socioassistenciais; e
IV – informações necessárias ao acompanhamento, ao monitoramento e à avaliação da prestação dos benefícios eventuais.

Parágrafo único. Os relatórios deverão resguardar o sigilo e a proteção dos dados pessoais dos requerentes e beneficiários.

CAPÍTULO VII

DO FINANCIAMENTO

Art. 32. O financiamento dos benefícios eventuais ocorrerá por meio de dotações consignadas anualmente ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS nas leis orçamentárias, constituídas por recursos:
I – do Tesouro Municipal;
II – do cofinanciamento estadual;
III – do cofinanciamento federal, quando instituído; e
IV – de outras fontes legalmente admitidas.

§ 1° A previsão orçamentária deverá considerar a demanda registrada, os valores das provisões e as situações de emergência.

§ 2° A aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais será submetida ao acompanhamento e controle do CMAS.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os casos omissos serão analisados pelo órgão gestor municipal da Política de Assistência Social, observadas a LOAS, as normas nacionais do SUAS e as deliberações do CMAS, vedada a criação de exigências ou restrições não previstas em lei.

Art. 34. Esta lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 35. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.893, de 29 de maio de 2018.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz – PR, 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Contratada: **UMUCAMPO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E VEÍCULOS RODOVIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.008.538/0001-05.
Objeto: registro de preços para futuras e eventuais contratações de **mão de obra em serviços de oficina mecânica de maquinas pesadas e tratores com aquisições de peças genuínas, originais ou paralelas** para mecânica em geral, óleos, filtros que compõe a frota oficial do município de Francisco Alves, conforme maior porcentagem de desconto sobre preço da hora trabalhada segundo tabela tempária do SINDIREPA-PR, tabela oficial de preços de peças e acessórios do sistema TRAZ VALOR, pelo período de 12 meses, para atender às necessidades das secretarias da administração municipal, do município de Francisco Alves, Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 331.000,00 (trezentos e trinta e um mil reais).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos itens a seguir:

LOTE	MÁQUINA / EQUIPAMENTO	ANO/FAB	CHASSI / Nº SÉRIE	MÃO DE OBRA (R$)	PEÇAS (R$)	TOTAL (R$)
01	Motoniveladora – Caterpillar / 120K - 01	2012	CAT0120KPJAP01450	40.000,00	60.000,00	100.000,00
02	Motoniveladora – Caterpillar / 120K - 02	2013	CAT0120KCJAP03244	42.000,00	63.000,00	105.000,00
05	Pá Carregadeira de Rodas – John Deere / 524P - 01	2026	1BZ524PAJTDX00545	28.200,00	42.300,00	70.500,00
11	Trator Esteira / Caterpillar / D4	2025	CAT000D4LK3G00915	22.200,00	33.300,00	55.500,00
			VALOR TOTAL REGISTRADO DA ATA	R$ 132.400,00	R$ 198.600,00	R$ 331.000,00

Francisco Alves - PR, de 05 de outubro 2026.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Contratada: **V J M COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **06.165.408/0001-08**.
Objeto: registro de preços para futuras e eventuais contratações de **mão de obra em serviços de oficina mecânica de maquinas pesadas e tratores com aquisições de peças genuínas, originais ou paralelas** para mecânica em geral, óleos, filtros que compõe a frota oficial do município de Francisco Alves, conforme maior porcentagem de desconto sobre preço da hora trabalhada segundo tabela tempária do SINDIREPA-PR, tabela oficial de preços de peças e acessórios do sistema TRAZ VALOR, pelo período de 12 meses, para atender às necessidades das secretarias da administração municipal, do município de Francisco Alves, Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 113.750,00 (cento e treze mil setecentos e cinquenta reais).
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos itens a seguir:

LOTE	MÁQUINA / EQUIPAMENTO	ANO/FAB	CHASSI / Nº SÉRIE	MÃO DE OBRA (R$)	PEÇAS (R$)	TOTAL (R$)
07	Escavadeira Hidráulica - XCMG / XE150BR	2018	XUG0150GKJPA00051	27.500,00	41.250,00	68.750,00
13	Trator / Massey Ferguson / 275	1989	275050651 (Nº Série)	7.300,00	10.950,00	18.250,00
14	Trator / Massey Ferguson / 283	2004	283050236 (Nº Série)	10.700,00	16.050,00	26.750,00
VALOR TOTAL REGISTRADO DA ATA				R$ 45.500,00	R$ 68.250,00	R$ 113.750,00

Francisco Alves - PR, de 05 de outubro 2026.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL PARCIAL DO CONTRATO Nº 084/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 77.356.665/0001-67, com sede administrativa neste Município, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Alírio José Mistura, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 18.047.657/0001-70, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Alessandra Bussonelli Tonietti, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL PARCIAL do Contrato nº 084/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente instrumento tem por objeto a rescisão amigável parcial do Contrato nº 084/2026, firmado em 07 de julho de 2026, referente à aquisição de instrumentos musicais para fanfarra, por meio do Projeto Acordes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Francisco Alves/PR.
1.2. A rescisão parcial limita-se exclusivamente ao item 31 – Atabaque Sisal Capoeira, correspondente a 02 (duas) unidades, com valor unitário de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) e valor total de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA
2.1. A presente rescisão decorre de solicitação formal apresentada pela CONTRATADA, que informou a impossibilidade de localizar, junto a seus fornecedores, modelo do instrumento que atenda às especificações exigidas para o item objeto da rescisão.
2.2. Considerando a manifestação da empresa, a necessidade de regularização da execução contratual e a conveniência administrativa, as partes ajustam, de comum acordo, a extinção parcial do vínculo contratual exclusivamente em relação ao item descrito na Cláusula Primeira, condicionada à autorização prévia e fundamentada da autoridade competente.
2.3. A rescisão é formalizada com fundamento no art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na cláusula 12.2 do Contrato nº 084/2026, observadas as condições legais e contratuais aplicáveis.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EFEITOS FINANCEIROS
3.1. Em decorrência da rescisão parcial, fica excluído do Contrato nº 084/2026 o valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), correspondente ao item 31 – Atabaque Sisal Capoeira.
3.2. O valor atualizado do contrato, após a formalização da rescisão parcial, passará a corresponder ao valor originalmente contratado, deduzido o montante indicado no item anterior, ressalvadas eventuais alterações contratuais formalizadas anteriormente.
CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
4.1. Permanecem inalteradas e plenamente vigentes todas as demais cláusulas, condições, obrigações e responsabilidades previstas no Contrato nº 084/2026 que não sejam incompatíveis com o presente instrumento.
4.2. A presente rescisão não alcança os demais itens contratados, cuja execução deverá prosseguir normalmente, nos termos e condições originalmente pactuados.
CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E EVENTUAIS SANÇÕES
5.1. A formalização da rescisão amigável parcial não implica, por si só, reconhecimento de inexistência de responsabilidade da CONTRATADA, nem afasta automaticamente eventual apuração de descumprimento contratual ou aplicação de sanções, quando cabíveis, mediante procedimento próprio e observância do contraditório e da ampla defesa.
5.2. A Administração deverá avaliar as circunstâncias concretas que motivaram a solicitação, a existência de justificativa suficiente e os eventuais efeitos sobre o interesse público, para decidir fundamentadamente sobre as providências administrativas pertinentes.
CLÁUSULA SEXTA – DA FORMALIZAÇÃO E PUBLICIDADE
6.1. O presente Termo produzirá efeitos a partir da data indicada no ato de sua formalização, observada a autorização prévia e escrita da autoridade competente.
6.2. O instrumento deverá ser juntado ao processo administrativo correspondente e submetido às providências de publicidade aplicáveis, conforme a legislação vigente.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1. As partes declaram estar de acordo com a rescisão parcial nos limites estabelecidos neste instrumento, permanecendo preservadas as obrigações contratuais relativas aos demais itens.
7.2. E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Rescisão Amigável Parcial, para que produza seus efeitos legais e administrativos.
Francisco Alves/PR, 15 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PR/CONTRATANTE
Alírio José Mistura/Prefeito Municipal
ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS – EPP/CONTRATADA
Alessandra Bussonelli Tonietti/Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 482/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: Cria fontes de despesas e Abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT financeiro do exercício de 2025 e anteriores no valor de R$ 1.146.561,20 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos) e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 1.146.561,20 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos), na forma abaixo discriminada:
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda
Unidade: 1 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira
Ação: 2 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - Contabilidade
Funcional: 0028.0846.0000
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
469 33390930000 - Indenizações e restituições 883 983.862,08
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1056 33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 142.699,12
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1111 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 20.000,00
Valor Total: 1.146.561,20
Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:
Vínculo Valor (R$)
413 - Bloco de Custeio - Estadual 162.699,12
883 - Convênio Itaipu nº 4108809/2023 983.862,08
Valor Total: 1.146.561,20
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 483/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: Cria fontes de despesas e Abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT de RESTOS A PAGAR ANULADOS do exercício de 2025 e anteriores no valor de R$ 11.819,67 (onze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos) e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 11.819,67 (onze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos), na forma abaixo discriminada:
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1056 33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 8.125,64
Ação: 2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Funcional: 0010.0305.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1839 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 391 3.694,03
Valor Total: 11.819,67
Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:
Vínculo Valor (R$)
391 - SESA - Programa Estadual de fortalecimento da vigilância em Saúde - ProvigiA
3.694,03
413 - Bloco de Custeio - Estadual 8.125,64
Valor Total: 11.819,67
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Contratada: **CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.911.351/0001-80.
Objeto: registro de preços para futuras e eventuais contratações de **mão de obra em serviços de oficina mecânica de maquinas pesadas e tratores com aquisições de peças genuínas, originais ou paralelas** para mecânica em geral, óleos, filtros que compõe a frota oficial do município de Francisco Alves, conforme maior porcentagem de desconto sobre preço da hora trabalhada segundo tabela tempária do SINDIREPA-PR, tabela oficial de preços de peças e acessórios do sistema TRAZ VALOR, pelo período de 12 meses, para atender às necessidades das secretarias da administração municipal, do município de Francisco Alves, Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 237.625,00 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e vinte e cinco reais);
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos itens a seguir:

LOTE	MÁQUINA / EQUIPAMENTO	ANO/FAB	CHASSI / Nº SÉRIE	MÃO DE OBRA (R$)	PEÇAS (R$)	TOTAL (R$)
08	Escavadeira Hidráulica – Caterpillar / 320GC	2025	CAT00320ABR470323	R$ 31.800,00	R$ 47.700,00	R$ 79.500,00
09	Retroescavadeira de Rodas – JCB / 3CX	2022	S0R3CXTTEN3173965	R$ 29.250,00	R$ 43.875,00	R$ 73.125,00
10	Rolo Compactador – XCMG / XS123PDBR	2023	XUG01231VPAE00892	R$ 34.000,00	R$ 51.000,00	R$ 85.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO DA ATA				R$ 95.050,00	R$ 142.575,00	R$ 237.625,00

Francisco Alves - PR, de 05 de outubro 2026.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 484/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.499.835,64 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), anula dotação orçamentária de igual valor e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.499.835,64 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), na forma abaixo discriminada:
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade: 2 - Diretoria de Engenharia
Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA
Funcional: 0004.0127.0005
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
247 33390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica505 115.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
Funcional: 0010.0301.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
943 33390140000 - Diárias - civil 424 93.000,00
952 33390300000 - Material de consumo 424 200.000,00
962 33390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física 424 45.000,00
967 33390370000 - Locação de mão-de-obra 424 100.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1031 33171700000 - Rateio pela participação em consórcio público 303 100.000,00
1031 33171700000 - Rateio pela participação em consórcio público 303 90.000,00
1042 33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público 303 35.160,40
1042 33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público 303 10.000,00
1056 33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 59.175,24
1056 33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 20.000,00
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1095 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 303 400.000,00
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1110 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 303 24.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Funcional: 0010.0303.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1838 33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita 435 500,00
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES
Funcional: 0010.0304.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1179 33390300000 - Material de consumo 505 8.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS
Funcional: 0008.0122.0017
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1258 33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas 0 20.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente
Unidade: 2 - Diretoria de Obras
Ação: 2091 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMAIN
Funcional: 0004.0122.0018
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1511 33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas 0 20.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente
Ação: 2080 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COLETA SELETIVA
Funcional: 0017.0512.0012
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1554 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 505 85.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária
Ação: 2090 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORIPA - CONS. INT. P/ A CONSERV.
Funcional: 0020.0606.0012
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1627 33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público 505 75.000,00
Valor Total: 1.499.835,64
Art. 2° Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de anulação dotação orçamentária de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento
Ação: 2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO
Funcional: 0004.0127.0005
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
223 3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 505 115.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
Funcional: 0010.0301.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
926 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 303 559.160,40
966 3390370000 - Locação de mão-de-obra 413 39.175,24
929 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 424 438.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1047 3372300000 - Material de consumo 303 100.000,00
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1097 3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 40.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Funcional: 0010.0303.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1136 3390300000 - Material de consumo 435 500,00
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES
Funcional: 0010.0304.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1186 4490520000 - Equipamentos e material permanente 505 5.000,00
Ação: 2077 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Funcional: 0010.0304.0018
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1233 3390300000 - Material de consumo 505 2.000,00
1235 3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física 505 1.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos direitos do Idoso
Ação: 2119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PESSOA IDOSA
Funcional: 0008.0245.0019
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1405 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 0 20.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente
Ação: 2085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE
Funcional: 0018.0541.0012
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1570 4490520000 - Equipamentos e material permanente 505 125.000,00
Ação: 2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO
Funcional: 0017.0512.0012
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1577 4490520000 - Equipamentos e material permanente 0 20.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária
Ação: 2090 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORIPA - CONS. INT. P/ A CONSERV.
Funcional: 0020.0606.0012
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1628 4471700000 - Rateio pela participação em consórcio público 505 35.000,00
Valor Total: 1.499.835,64
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 485/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 657.591,67 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) por excesso de arrecadação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 657.591,67 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) por excesso de arrecadação, na forma abaixo discriminada:
Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito
Unidade: 1 - Diretoria de Transito
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO
Funcional: 0006.0181.0003
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
121 33390300000 - Material de consumo 509 45.000,00
121 33390300000 - Material de consumo 509 55.000,00
128 34490520000 - Equipamentos e material permanente 509 65.000,00
1822 33390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica509 93.000,00
Ação: 2014 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA DIRETORIA DE TRÂNSITO
Funcional: 0006.0128.0018
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1877 33390140000 - Diárias - civil 509 6.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
Funcional: 0010.0301.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
987 34490520000 - Equipamentos e material permanente 304 341.607,36
Ação: 2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE ODONTOLOGIA
Funcional: 0010.0301.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1830 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 494 271,29
1872 34490520000 - Equipamentos e material permanente 304 9.796,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA
Funcional: 0010.0303.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1834 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 437 8.511,57
1837 33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita 436 16.483,00
1838 33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita 435 16.520,80
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES
Funcional: 0010.0304.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1840 34490520000 - Equipamentos e material permanente 343 401,65
Valor Total: 657.591,67
Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de excesso de arrecadação de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:
Vínculo Valor (R$)
304 - Receitas de Alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros 351.403,36
343 - REPASSE, PROG. DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIG. EM SAÚDE- VIGIASUS 401,65
435 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - APS 16.520,80
436 - APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS 16.483,00
437 - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS
8.511,57
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 271,29
509 - Gerenciamento do Transito 264.000,00
Valor Total: 657.591,67
Art. 3º Este Decreto entra em vigor após sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

EXPEDIENTE LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N.º 019/2026

O Presidente da Câmara de Vereadores de Brasilândia do Sul, no uso de suas atribuições, **torna público**, para conhecimento de todos os senhores Vereadores, dos munícipes brasilandienses e demais interessados, o **recebimento de expediente** encaminhado pelo Prefeito Municipal, consistente no **Projeto de Lei n.º 019/2026**, de sua autoria, que *autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de Expo Brasilândia 2026, e dá outras providências*.

Com a presente publicação, dá-se início à tramitação legislativa da referida proposição.

Ficam, portanto, cientificadas as Comissões Permanentes competentes, por intermédio de seus membros titulares, especialmente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Obras e Serviços Públicos, de que o referido Projeto de Lei se encontra à disposição para apreciação, sendo encaminhado às Comissões competentes para análise e emissão dos respectivos pareceres técnicos.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2.026.

Rogério Cipriano da Cruz
Câmara Municipal de Brasilândia do Sul - Estado do Paraná
Gestão biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná

PROJETO DE LEI N.º 019/2026

Súmula: *Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de Expo Brasilândia 2026, e dá outras providências.*

O povo do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, através de seus representantes na Câmara Municipal, ***APROVA****:*

Art. 1.º - *Esta lei autoriza o Poder Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2026, a celebrar termo de colaboração ou subvenção financeira, para repasse de incentivo no valor de até* ***R$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)****, à APMA - Associação de Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul, regular e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.310.648/0001-15, visando a realização e organização do evento denominado de EXPO BRASILÂNDIA 2026, na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.*

§1.º - *O valor supracitado destinar-se-á ao custeio das seguintes despesas: estrutura e cenografia; comunicação visual; equipamentos de áudio e vídeo; gerador de energia; e, shows artísticos.*

§2.º - *A entidade deverá disponibilizar, sem qualquer custo aos munícipes e participantes, a entrada gratuita aos espaços destinados ao público em geral, para assistirem ao rodeio, shows e demais atividades que serão realizados durante todos os dias do evento.*

Art. 2.º - *A referida entidade fica obrigada a efetuar a devida prestação de contas do valor a ser repassado, tudo nos termos da Lei Federal de n.º 13.019/14, de 31 de julho de 2014, seja perante o Município, seja perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

Art. 3.º - *Fica o Executivo Municipal autorizado a disponibilizar maquinários, veículos e funcionários da municipalidade para uso na limpeza e manutenção dos serviços públicos no local do evento, bem como para todas as demais necessidades decorrentes da realização do mesmo.*

Art. 4.º - *A entidade se responsabilizará por quaisquer incidentes que venham a ocorrer, sejam de ordem administrativa, civil ou criminal, no que se refere à organização e realização das festividades supracitadas.*

Art. 5.º - *É de total responsabilidade da entidade as despesas do evento que excederem o valor descrito no art. 1.º, devendo, para tanto, buscar junto a outros órgãos governamentais e particulares, patrocínios e recursos para fazer frente às demais despesas que serão necessárias para a realização do evento.*

Art. 6.º - *A entidade deverá disponibilizar espaço físico para o Conselho Tutelar do Município, com credenciais de acesso livre em todos os locais do evento para acompanhamento.*

Art. 7.º - *Fica terminantemente proibido, nos arredores do local de realização do evento descrito no art. 1.º desta lei, a instalação de pontos de vendas e/ou entrega de bebidas e alimentos preparados.*

Parágrafo único. *Ficam excluídos da proibição inserta neste artigo, todos os pontos atualmente existentes e estabelecidos nas proximidades do local de realização do evento.*

Art. 8.º - *Nos dias que antecederem ou durante a realização do evento, não será deferida licença de funcionamento para novos comércios de vendas de bebidas e alimentos preparados, nos arredores da festividade.*

Art. 9.º - *Fica autorizada a instalação de Posto de Atendimento Médico durante a festividade descrita no art. 1.º desta Lei, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, para os atendimentos necessários e pertinentes, dando apoio às ações das polícias Civil e Militar, bem como ao Poder Público de modo geral.*

Art. 10. *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.*

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulysses Guimarães", aos 07 (sete) dias do mês de outubro de dois mil e vinte seis - 35.º ano de emancipação política do município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N.º 019/2026

Senhor Presidente, Senhores Vereadores!!!

Tenho a honra de encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, para fins de apreciação e deliberação de Vossas Excelências, o incluso ***Projeto de Lei n.º 019/2026****, dispondo sobre autorização para o Poder Executivo Municipal celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, visando a realização do evento denominado de EXPO BRASILÂNDIA, nos dias 05 a 08 de novembro do corrente ano de 2026.*

Como é de amplo conhecimento, ao longo dos anos, vem sendo realizada em nosso município, a festa denominada de Expo Brasilândia, nas dependências da APMA, que tem como objetivo projetar o nome do nosso município no cenário estadual. Assim sendo, saliento que é de grande importância a colaboração do município com a mencionada entidade, para que seja assegurada uma estrutura adequada, que ofereça entretenimento, lazer e cultura, não apenas para a comunidade local, mas também para a população de toda região, e, porque não dizer, para muitas pessoas de outras cidades do nosso Estado que apreciam uma boa festa.

A realização da tradicional EXPO BRASILÂNDIA, é uma das principais ferramentas de fomento ao agronegócio e à agricultura local. O evento serve como vitrine para a exposição de animais, maquinários, tecnologias do campo e comercialização dos mais diversos produtos, fortalecendo a economia do município, além de preservar as tradições culturais.

Dessa forma, considerando que as várias edições da EXPO BRASILÂNDIA, sempre trouxeram pontos altamente favoráveis ao município de Brasilândia do Sul, além de projetá-lo no cenário estadual, como já assentado, e, considerando ainda que, para o ano de 2026, o evento buscará o mesmo sucesso, contribuindo para a elevação do nosso município, tem-se que a entidade organizadora do evento necessita do apoio do Poder Público Municipal para realização do mesmo. Assim sendo, tem-se que a parceria proposta justifica-se pelo relevante interesse público e socioeconômico que a Expo Brasilândia representa para a nossa comunidade.

Dessa forma, e, tendo em vista que o incentivo a tais iniciativas integram os planos da administração municipal, entendemos viável o apoio do Município para a realização do evento em questão, mediante a destinação de recursos, no valor total de até ***R$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)****, para o ano de 2026, cuja importância servirá para a entidade custear as despesas com estrutura e cenografia; comunicação visual; equipamentos de áudio e vídeo; gerador de energia; e, shows artísticos, tudo mediante a devida prestação de contas.*

Cumpre salientar, que da mesma forma como ocorreu na última EXPO BRASILÂNDIA, o município continuará não efetuando licitação de shows artísticos, o que, como se sabe, aponta para completa ausência de aumento das despesas do ente público no tocante a realização do evento.

*Conforme previsão da Lei Complementar de n.º 101/2000 (****Lei de Responsabilidade Fiscal****), tem-se que toda e qualquer destinação de recursos para o setor privado, mesmo que para aplicação em serviços de interesse público e social, deve ser previamente autorizada por lei específica, além de estar prevista na lei de diretrizes orçamentárias, assim como no orçamento anual.*

Releva destacar ainda, que a necessidade da edição de lei própria autorizando auxílios desta natureza, mesmo já havendo previsão específica na lei orçamentária anual, se reflete em orientação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Dessa forma, não remanesce dúvida alguma de que a proposição apresenta compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário, atendendo, portanto, as condições previstas nas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Assim, tem-se que o repasse financeiro autorizado por esta lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias já previstas no orçamento vigente, não havendo, pois, qualquer comprometimento das demais metas fiscais do município de Brasilândia do Sul.

*Diante de tudo o que foi exposto, submetemos à mais alta apreciação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei que, como assentado, "****autoriza o Poder Executivo Municipal celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de "EXPO BRASILÂNDIA 2026****".*

Em face de todo o exposto, o Poder Executivo espera contar com a anuência e a aprovação unânime do presente Projeto de Lei por parte dos Nobres Edis, colocando-se à disposição de todos para prestação de informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria em pauta, enviando, por derradeiro, a Vossa Excelência, bem como a todos os seus ilustres pares, os mais elevados protestos de estima, consideração e ímpar apreço.

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulysses Guimarães", aos 07 (sete) dias do mês de outubro de dois mil e vinte seis - 35.º ano de emancipação política do município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2026.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Contratada: **. PEREIRA BARBOSA COMÉRCIO DE PEÇAS**, inscrita no CNPJ sob nº 32.609.165/0001-51.
Objeto: registro de preços para futuras e eventuais contratações de **mão de obra em serviços de oficina mecânica de maquinas pesadas e tratores com aquisições de peças genuínas, originais ou paralelas** para mecânica em geral, óleos, filtros que compõe a frota oficial do município de Francisco Alves, conforme maior porcentagem de desconto sobre preço da hora trabalhada segundo tabela tempária do SINDIREPA-PR, tabela oficial de preços de peças e acessórios do sistema TRAZ VALOR, pelo período de 12 meses, para atender às necessidades das secretarias da administração municipal, do município de Francisco Alves, Paraná.
Valor global: O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 332.375,00 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais);
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da publicação do extrato da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pelo fornecimento do objeto desta ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA DA ATA, o valor abaixo discriminado conforme especificação dos itens a seguir:

LOTE	MÁQUINA / EQUIPAMENTO	ANO/FAB	CHASSI / Nº SÉRIE	MÃO DE OBRA (R$)	PEÇAS (R$)	TOTAL (R$)
03	Pá Carregadeira de Rodas - Caterpillar / 924K - 01	2017	CAT0924KHKW400453	38.750,00	58.125,00	96.875,00
04	Pá Carregadeira de Rodas - Caterpillar / 924K - 02	2018	CAT0924KKJW401318	37.000,00	55.500,00	92.500,00
06	Pá Carregadeira de Rodas - John Deere / 524P - 02	2026	1BZ524PACRDX00037	28.200,00	42.300,00	70.500,00
12	Trator / John Deere / 6110E	2016	1BM6110ECGA209274	29.000,00	43.500,00	72.500,00
VALOR TOTAL REGISTRADO				R$ 132.950,00	R$ 199.425,00	R$ 332.375,00

Francisco Alves - PR, de 05 de outubro 2026.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal

CRUZEIRO DO OESTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, inciso I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº	115/2026
b) Licitação Nº	40/2026
c) Modalidade	Pregão
d) Data Homologação	15/10/2026
e) Objeto Homologado	Aquisição de materiais, compreendendo pó de pedra, barras de ferro e cal líquido, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, para execução de serviços de manutenção, conservação, drenagem, reparos e melhorias em vias públicas.

f) Dotação Orçamentaria:

08.001.15.451.0051.2.034.3.3.90.30.00.00. - 2 - MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

1) LONGUINI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 16.869.852/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 53.134,20 (cinquenta e três mil, cento e trinta e quatro reais e vinte centavos).

2) LLJ SOLUÇÕES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 69.026.940/0001-56 no valor total dos itens vencidos de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

CRUZEIRO DO OESTE, 15 de outubro de 2026.

ARMANDO CERCI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Rainha do Noroeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 083/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 079/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 094/2025.

Pelo presente **TERMO ADITIVO**, a **Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, com sede na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, Bairro Centro, Cidade Gaúcha/PR, CEP 87.820-000, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Alexandre Lucena**, doravante denominado **CONTRATANTE.**

E, de outro lado, a empresa, **Medigram Comércio de Medicamentos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.470.877/0001-05, com sede na Rua Itacolomi, n.º 365, Bairro La Salle, Pato Branco/PR, CEP 85.505-050, telefone (46) 3225-1002, endereço eletrônico medigram@medigram.com.br, neste ato representada por sua sócia administradora, **Sra. Andrea Leticia Grams**, portadora do RG sob o n.º 3.089.540-1 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 919.148.259-34, doravante denominada **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que o presente contrato tem por objeto a aquisição e o fornecimento do medicamento cloridrato de metilfenidato**,** destinado ao atendimento de pacientes com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH**;**

CONSIDERANDO que o medicamento objeto da contratação é necessário para assegurar a continuidade do atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde, permanecendo a necessidade de seu fornecimento pela Administração;

CONSIDERANDO que a execução contratual vem ocorrendo de forma satisfatória, atendendo às condições e obrigações estabelecidas no instrumento contratual;

CONSIDERANDO o interesse da Administração na continuidade da contratação, visando garantir a regularidade do fornecimento do medicamento e evitar a interrupção do atendimento aos pacientes;

CONSIDERANDO que a manutenção da contratação mostra-se conveniente e necessária ao atendimento do interesse público, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e a vantajosidade para a Administração;

CONSIDERANDO o disposto no art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021**,** que admite a prorrogação sucessiva dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, desde que atendidos os requisitos legais;

Resolvem aditar o Contrato, mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato, por mais **12 (doze) meses**, passando seu prazo final para **07 de outubro de 2027,** mantidas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato original, que não foram expressamente modificadas por este instrumento.

2.2. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento por meio de assinatura eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha/PR, 07 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Contratante

Andra Leticia Grams
Sócia Administradora
Contratada

PREFEITURA DE IPORÃ
IPORÃ PRA FRENTE!

MUNICÍPIO DE IPORÃ – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

A Comissão de Seleção e Julgamento do Município de Iporã/PR torna público o resultado da fase de habilitação do Chamamento Público nº 025/2026, Inexigibilidade nº 040/2026, cujo objeto é o credenciamento de empresa especializada para cessão não onerosa de licença de uso de sistema informatizado destinado à gestão, operacionalização e controle das consignações em folha de pagamento dos servidores do Município de Iporã/PR.
Após a análise da documentação apresentada, foram consideradas HABILITADAS as seguintes empresas:

EMPRESA	RESULTADO
CONSIGNET SISTEMAS LTDA	HABILITADA
FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA	HABILITADA

As empresas habilitadas foram convocadas para a realização da Prova de Conceito, nos termos do item 7.4 do edital e do Anexo VI – Critérios para Pontuação Técnica e Roteiro da Prova de Conceito, conforme os seguintes agendamentos:

EMPRESA	DATA	HORÁRIO
CONSIGNET SISTEMAS LTDA	19/10/2026	08h às 11h
FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA	19/10/2026	13h às 16h

Local: Departamento de Recursos Humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Iporã/PR.
A habilitação documental não implica aprovação na Prova de Conceito nem conclusão definitiva do credenciamento, permanecendo as empresas sujeitas à avaliação técnica prevista no edital.

Iporã/PR, 15 de outubro de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 079/2026.
O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 079/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução dos serviços de substituição da fachada da Rodoviária Municipal de Iporã/PR, compreendendo fornecimento e instalação de revestimento em ACM, substituição da cobertura em chapa tipo rufo TP 25, reforma da estrutura metálica existente e demais materiais, mão de obra e insumos necessários.
VALOR MÁXIMO: R$ 79.237,50 (setenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 30/10/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 30/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 30/10/2026
Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026.
JANINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Rainha do Noroeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 088/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 047/2025.

Pelo presente **TERMO ADITIVO**, a **Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, com sede na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, Bairro Centro, Cidade Gaúcha/PR, CEP 87.820-000, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Alexandre Lucena**, doravante denominado **CONTRATANTE.**

E, de outro lado, a empresa, **Tecnolar Ltda EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.464.652/0001-66, com sede na Rua Artur Schlupp, n.º 190, Bairro Água Verde, Blumenau/SC, CEP 89.042-301, telefone (47) 3330-8151, endereço eletrônico tecnolar@tecnolar.ind.br, neste ato representada por sua sócio administrador, **Sr. Hélio Almir Bagatoli**, portador do RG n.º 3.666.264 SSP/SC, inscrito no CPF n.º 894.208.889-91, doravante denominada **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que o objeto do presente contrato consiste na aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, utensílios em geral e demais materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Cidade Gaúcha/PR;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, mediante o fornecimento dos bens previstos na contratação, conforme as condições e obrigações estabelecidas no instrumento contratual;

CONSIDERANDO o interesse da Administração Municipal na manutenção da contratação, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e garantir o adequado desenvolvimento de suas atividades;

CONSIDERANDO que a continuidade da contratação deverá observar as disposições contratuais e os requisitos legais aplicáveis, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público e a vantajosidade para a Administração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, especialmente quanto aos requisitos legais necessários à alteração e à eventual prorrogação da vigência contratual, conforme o enquadramento jurídico da contratação.

Resolvem aditar o Contrato, mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato, por mais **12 (doze) meses**, passando seu prazo final para **14 de outubro de 2027,** mantidas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato original, que não foram expressamente modificadas por este instrumento.

2.2. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento por meio de assinatura eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha/PR, 14 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Contratante

Hélio Almir Bagatoli
Sócio Administrador
Contratada

Rainha do Noroeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 071/2024, PREGÃO ELÊTRONICO N.º 024/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2024.

Pelo presente **TERMO ADITIVO**, a **Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, com sede na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, Bairro Centro, Cidade Gaúcha/PR, CEP 87.820-000, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Alexandre Lucena**, doravante denominado **CONTRATANTE.**

E, de outro lado, a empresa **Silva e Silva Comércio de Pneumáticos Ltda,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.438.648/0001-26, com sede à Rua Jamil Helu, n.º 2363, Bairro Parque Industrial, Umuarama/PR, CEP 87.507-015, telefone (44) 3624-4887, endereço eletrônico lojao.pneus@hotmail.com, neste ato representada por seu sócio administrador, **Sr. Luiz Carlos da Silva,** inscrito no CPF n.º 713.326.779-91, doravante denominada **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que os pneus e as câmaras constituem itens essenciais à manutenção e ao regular funcionamento da frota municipal, necessária à continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento dos produtos contratados, de modo a atender às demandas de manutenção dos veículos utilizados pelas diversas unidades da Administração Municipal;

CONSIDERANDO o interesse da Administração na prorrogação da vigência contratual, visando garantir a continuidade do fornecimento e evitar prejuízos à manutenção e à disponibilidade da frota municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando aplicável à contratação, observadas as condições legais, contratuais e a demonstração da vantajosidade da prorrogação;

Resolvem aditar o Contrato, mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato, por mais **12 (doze) meses**, passando seu prazo final para **06 de outubro de 2027,** mantidas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato original, que não foram expressamente modificadas por este instrumento.

2.2. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento por meio de assinatura eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha/PR, 06 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Contratante

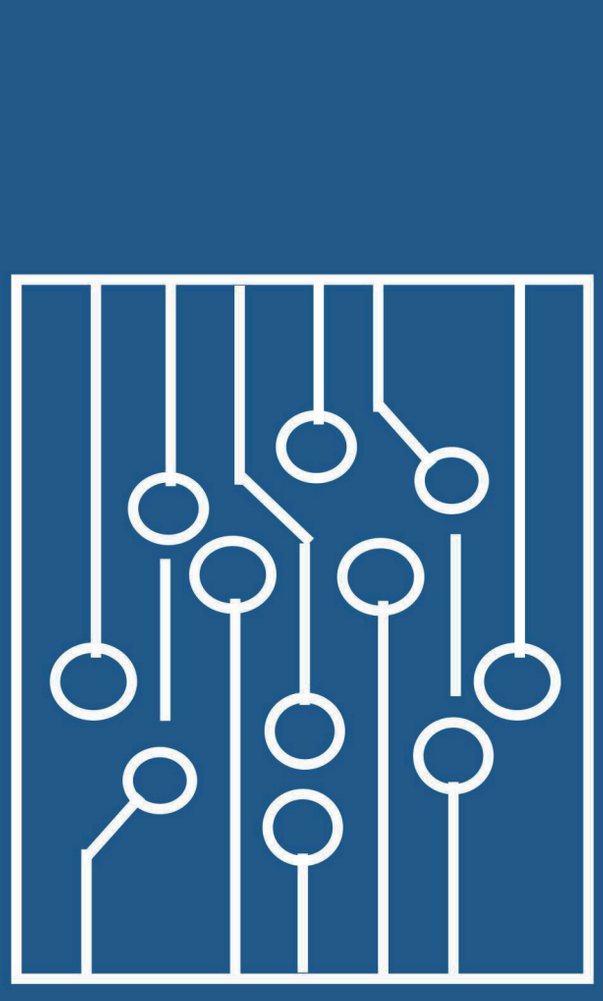
Luiz Carlos da Silva
Sócio Administrador
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO Nº 027/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0185/2026
O MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná, por meio do Agente de Contratação, torna público a REPUBLICAÇÃO do Edital de Chamada Pública/Credenciamento nº 027/2026, cujo objeto é o Credenciamento de propostas para aquisição de lote rural destinada à implantação de área industrial em conformidade com a Prioridade nº. 80 PROGRAMA TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS SECID-PARANACIDADE-GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – MUNICÍPIO DE IPORÃ – PROTOCOLO 24.315.267-4 , em conformidade com as exigências do Anexo I deste Edital..
A presente republicação tem por objetivo ampliar o prazo e oportunizar a participação de interessados, promovendo maior competitividade e isonomia no processo de credenciamento.
PRAZO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO
- Data de inscrição: de 16/10/2026 à 30/10/2026
- Horário: das 08h00 às 11:30h e das 13h00 às 17:00h
- Local: RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL Nº2677

O edital republicado e seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Iporã (www.ipora.pr.gov.br), no Portal da Transparência, e podem ser solicitados também via e-mail: licitacao.ipora@ipora.pr.gov.br.
Demais condições do Edital permanecem inalteradas.
P U B L I Q U E - S E.
Iporã/PR, 15 de Outubro de 2026.
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PUBLICIDADE LEGAL





EDIÇÃO DIGITAL

Assinado de forma digital
pela EMPRESA

JORNALISTICA UMUARAMA LTDA
CNPJ: 04233582000107

UMUARAMA ilustrado
O GRANDE JORNAL DO NOROESTE DO PARANÁ

3621-2501

www.ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 046/2026

HOMOLOGO e ADJUDICO o presente Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026, por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pela Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições destinadas aos participantes do grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60 – Fase III, durante passeio turístico programado para o dia 20 de outubro de 2026, no Município de Maringá/PR

EMPRESA: DANIEL BENTO DE AQUINO RESTAURANTE.
CNPJ: 16.734.652/0001-90
VALOR TOTAL: R$ 5.292,00 (Cinco mil, duzentos e noventa e dois reais).

Mariluz, 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARILUZ/PR

RESOLUÇÃO Nº 12/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação de alterações no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social — PAS 2026, referente ao cofinanciamento estadual por meio do Fundo Estadual de Assistência Social — FEAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARILUZ — CMAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS;

CONSIDERANDO as orientações encaminhadas pela Regional para atualização do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social — PAS 2026 no SIFF;

CONSIDERANDO a necessidade de incluir previsões de atendimento físico e de execução de despesas relativas às situações de calamidade pública e de emergência;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em reunião extraordinária realizada em 15 de outubro de 2026, registrada na Ata nº 06/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as alterações no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social — PAS 2026 do Município de Mariluz/PR, referente ao cofinanciamento estadual por meio do Fundo Estadual de Assistência Social — FEAS, para inclusão das seguintes previsões:

I — Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, contemplando despesas de capital, custeio e recursos humanos;

II — Benefícios Eventuais — modalidade Calamidade Pública, contemplando despesas de custeio.

Art. 2º As alterações aprovadas deverão constar da aba 2, relativa ao atendimento físico, e da aba 3, referente à execução da despesa, do Plano de Ação PAS 2026 no SIFF.

Art. 4º Permanecem mantidas as demais disposições do Plano de Ação PAS 2026 não alteradas por esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz/PR, 15 de outubro de 2026.

Cristina Bazzanella Souza
Presidente do CMAS de Mariluz/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
ESTADO DO PARANÁ
PSS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025
EDITAL N°. 098/2026
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS, DE COMPROVAÇÃO PROFISSIONAL E DE QUALIFICAÇÃO COM O OBJETIVO DE FIRMAR CONTRATO EM REGIME ESPECIAL – CRES.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, considerando a Lei Municipal nº 2.098, de 09 de junho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº. 093, de 26 de setembro de 2017; alterada pelas Leis Municipais nº. 2.117/2017; nº. 2.557/2022 e nº. 2.722/2025, que dispõe sobre a contratação temporária para atender à necessidade de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de atendimento da demanda educacional existente na Escola Municipal João Batista de Melo, em razão da insuficiência de profissionais do quadro atual, tornando-se necessária a contratação de Professor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, visando garantir a continuidade e a qualidade do ensino, inclusive para o atendimento adequado dos alunos com necessidades educacionais especiais;
CONSIDERANDO o Termo de Desistência apresentado pela Candidata Sra. Vanessa Benjamim da Silva, convocada mediante Edital nº. 097/2026;
RESOLVE:
1. CONVOCAR a candidata abaixo aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS 2025 realizado pelo município de São Jorge do Patrocínio/PR para comparecer no dia 16/10/2026 (sexta-feira) das 7h30min às 11hs30min, ou das 13:00 às 17:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, sito à Avenida Carlos Spanhol, nº. 164, Centro, para apresentação dos documentos pessoais, de comprovação profissional e de qualificação (vias originais) com objetivo de Firmar Contrato em Regime Especial – CRES:
CARGO: PROFESSOR 20:00 HS:

Ordem	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	DATA NASC.
39	8879	MILENA MENEGATI DA SILVA	54	06/06/2000

2. Caso a candidata convocada não compareça ao local, data e horário estabelecidos nesta convocação para comprovação documental obrigatória ou que não manifestar interesse à vaga será considerado desistente, ou ainda poderá solicitar seu deslocamento para o final da lista, podendo ser convocado mais uma vez, respeitando a ordem de classificação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 15 de outubro de 2026.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS FROTAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TAPEJARA.
CONTRATANTE: Município de Tapejara-.
CONTRATADA: AUTOPOSTO TAPEJARA LTDA. CNPJ: 00.197.003/0001-67
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026
VALOR:

PRODUTO	PREÇO ANTERIOR/LT	PREÇO ATUAL/LT
OL OLEO DIESEL S-10	6,55	7,09

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada nos Artigos 88° e 299º, do Decreto Estadual do Paraná n° 10086 de 17 de janeiro de 2022 combinados com o Art. 88 do Decreto Municipal n° 29/2023 e enunciado 18 do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tapejara/PR, em 15 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronaldo Adriano Vilas Boas

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DOS COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS FROTAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TAPEJARA.
CONTRATANTE: Município de Tapejara-.
CONTRATADA: J. F GIMENEZ & CIA LTDA.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026.
VALOR REAJUSTADO:

Item	Descrição	Valor Licitação R$	Valor do Reequilíbrio R$
001	OLEO DISEL S-500	6,19	6,34

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº. 14.133/2021, bem como a previsão contida na Cláusula Sexta, Item 6.2, da Ata de Registro original e inciso III, do Art. 25, do Decreto Federal n° 11.462/23.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tapejara/PR, em 15 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronaldo Adriano Vilas Boas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 409/2026, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora pública municipal TAIZ MILENE VILAS BOAS REZENDE, por meio do qual solicita sua exoneração do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos a partir de 18 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o encerramento do vínculo funcional da servidora com o Município de São Jorge do Patrocínio e reconhecer a consequente vacância do cargo público;
RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR, A PEDIDO, a partir de 18 de outubro de 2026, a servidora pública municipal SRA. TAIZ MILENE VILAS BOAS REZENDE, inscrita no CPF sob o nº 070.895.369-71, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula funcional nº 745501, integrante do quadro de pessoal do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.
Parágrafo único. Fica estabelecido o dia 17 de outubro de 2026 como o último dia de vínculo funcional da servidora com o Município de São Jorge do Patrocínio, considerando-se a exoneração efetivada a partir de 18 de outubro de 2026.
Art. 2º DECLARAR a VACÂNCIA do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, anteriormente ocupado pela servidora mencionada no Art. 1º desta Portaria, em decorrência de sua exoneração a pedido, a partir de 18 de outubro de 2026.
Art. 3º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda às anotações e aos registros funcionais pertinentes, bem como adote as providências administrativas necessárias à formalização do desligamento e à apuração e ao pagamento das verbas rescisórias eventualmente devidas, observada a legislação aplicável.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de outubro de 2026.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 412/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o requerimento formal apresentado pela servidora pública municipal GESSICA MENDES DA SILVA BRITO, devidamente assinado e com firma reconhecida, por meio do qual manifesta expressamente seu interesse em desligar-se do serviço público municipal, mediante exoneração do cargo de provimento efetivo de Professor 20 Horas Semanais;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o desligamento funcional da servidora e declarar a consequente vacância do cargo público anteriormente ocupado, para os devidos fins administrativos e legais;
RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR, A PEDIDO, a partir de 16 de outubro de 2026, a servidora pública municipal SRA. GESSICA MENDES DA SILVA BRITO, inscrita no CPF sob o nº ***.929.569-**, matrícula funcional nº 882601, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 20 HORAS SEMANAIS, integrante do quadro de pessoal do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.
Art. 2º DECLARAR a VACÂNCIA do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 20 HORAS SEMANAIS, anteriormente ocupado pela servidora mencionada no Art. 1º desta Portaria, em decorrência de sua exoneração a pedido, com efeitos a partir de 16 de outubro de 2026.
Art. 3º DETERMINAR ao Departamento de Recursos Humanos que proceda às anotações e aos registros funcionais pertinentes, bem como adote as providências administrativas necessárias à formalização do desligamento da servidora e à apuração e ao pagamento das verbas rescisórias eventualmente devidas, observada a legislação aplicável.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2026.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
ESTADO DO PARANÁ
CONVÊNIO PRODUTOS PARA SAÚDE - CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE
CONVÊNIO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDE PARA O MUNICÍPIO.
Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 77.870.475/0001-63, com sede à Avenida Carlos Spanhol, 164, nesta cidade de São Jorge do Patrocínio - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Tinti, portador da cédula de identidade RG n.º 5.210.120-4-SSP/PR e do CPF n.º 738.708.899-34, residente e domiciliado em Estrada São Henrique, lote 443 C e 444 A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente Marcelo José Bernardeli Palhares, portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702, em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município
CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 6.000,00 em parcela única, sendo que a mesma deverá ser depositada em conta corrente nº 11.571-1 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 do mês de novembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar as ações envolvendo a utilização dos produtos para a saúde no município;
c) garantir que a utilização seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de produtos para a saúde e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de produtos para a saúde utilizando-se consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os materiais definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos materiais recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os materiais;
i) organizar a distribuição dos materiais, exclusivamente na rede SUS, garantindo utilização adequada dos mesmos;
j) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde.
II - AO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovado pela Conselho Deliberativo;
b) adquirir os materiais de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de produtos para a saúde dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.003.10.303.0091.2128 - 487, elemento de despesa – 3.3.72.30.00.00, Fonte: 303/402
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.
São Jorge do Patrocínio/PR, 08 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 251, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
Confirma servidor no serviço público, declarando-o aprovado no Estágio Probatório e posicionando no nível correspondente a sua habilitação.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Confirmar no serviço público municipal de Tapejara/PR, a servidora abaixo relacionada, conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar n.º 119 de 14 de fevereiro de 2022, declarando-a aprovada no estágio probatório:

MATR.	NOME	CARGO	TÉRMINO
92638	Gislaine Velasco da Silva Ferreira	Zeladora	02/10/2026

Art. 2o Posicionar a servidora acima qualificado na classe 2 (dois), no Nível correspondente a sua Habilitação, nos termos do artigo 21 da Lei Complementar n.º 119/2022, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 14 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
Concede Licença Prêmio a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Saúde;
RESOLVE:
Art. 1o Conceder ao servidor público Municipal, 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto nos artigos 151 à 153, da Lei Complementar nº 118 do dia 14 de fevereiro de 2022, conforme quadro abaixo:

Matrícula	Nome	Período de Quinquênio	Período de Usufruição
10456	Danielly Cintia Carlos Bratti	2013/2018	31/08/2026 a 30/11/2026
91057	Elaine da Silva Rocha	2016/2021	19/10/2026 a 18/01/2027

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, 14 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 253, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026
Concede licença maternidade.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o atestado médico emitido em 13 de outubro de 2026, pela Drª. Anida Larissa de Almeida e Silva – CRM 32.176;
RESOLVE:
Art. 1o Conceder, à LORENA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula n.º 92813, portadora do CPF/MF n.º 078.xxx.xxx-78, ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, com início em 13/10/2026 e término em 09/02/2027, nos termos do artigo 392, da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 15 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2026
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: NOROESTE MEDICAMENTOS - EIRELI.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 015/2025.
OBJETO: As partes ajustam nesta oportunidade, a celebração de aditivo , referente à aquisição de medicamentos para consumo da atenção primária e da urgencia e emergencia, para o UPA 24H e outras UBS., no Município de Tapejara, conforme Lei nº 14.133/21.
§1°. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir de 15 de outubro de 2026, totalizando um montante de R$ 4.454,60 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada nos Artigos 88° e 299º, do Decreto Estadual do Paraná n° 10086 de 17 de janeiro de 2022 combinado com o Art. 88 do Decreto Municipal n° 29/2023 e enunciado 18 do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
Tapejara/Pr, 15 de outubro de 2026
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 3107/2026
Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no dia 26 de outubro de 2026, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.
RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro é comemorado o Dia do Servidor Público, conforme disposto no artigo 236 da Lei nº 8.112/1990;
DECRETA:
Art. 1º Fica antecipado, a comemoração do Ponto Facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público do dia 28 de outubro (quarta-feira) para o dia 26 de outubro de 2026 (segunda-feira),
Parágrafo Único – Não haverá Recesso no período mencionado no caput, a saúde e limpeza urbana, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais a comunidade.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
ESTADO DO PARANÁ
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
Processo Administrativo nº 04/2026
No uso das atribuições que me foram conferidas, com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, autorizo a contratação direta por dispensa de licitação, conforme os dados abaixo:
Contratante – Câmara Municipal de Tapira
CNPJ/MF – 72.540.578/0001-41
Contratado – Europc Computadores Ltda
CNPJ/MF – 32.294.930/0001-91
Valor – R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais)
Objeto – Aquisição de 01 (um) computador destinado ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná.
Base Legal – Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
Considerando o valor de R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) e o enquadramento da contratação como dispensa de licitação em razão do valor, fica dispensada a formalização de termo de contrato, que será substituído por nota de empenho ou autorização de compra, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O instrumento substitutivo observará, no que couber, as disposições do art. 92 da mesma Lei, conforme seu art. 95, § 1º, e as condições estabelecidas no processo de contratação.
Tapira – Paraná, 15 de outubro de 2026
Vanderlei Vieira Mendes
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ
ATO DA MESA Nº 037/2026
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 002/2026, a solicitação formulada pelo Vereador, Valdecir Vicente Texeira,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica o Vereador, VALDECIR VICENTE TEXEIRA, autorizado a viajar a cidade de Curitiba/PR nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2026, para cumprir agenda na 1º Secretaria da Assembleia Legislativa no dia 20 de outubro, a fim de tratar sobre o Projeto da Construção do Destacamento da Polícia Militar de Tuneiras do Oeste e, tratar de demais assuntos de interesse do município, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos do Art. 14, anexo I, da Resolução nº 02/2026.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.
JÚLIO APARECIDO RODRIGUES DE ALMEIDA
Presidente
LUCINÉIA ANTONIA DIAS PEREIRA
Primeira Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 003/2026
SÚMULA: Dispõe sobre as Contas do Poder Executivo de Tuneiras do Oeste relativas ao exercício financeiro de 2024.
A Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste decreta:
Art. 1º Ficam APROVADAS e julgadas REGULARES as Contas do Poder Executivo do município de Tuneiras do Oeste relativas ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. Taketoshi Sakurada.
§ 1º Fica ressalvada nas contas o seguinte item:
I – obrigações de despesa contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato, conforme art. 42 da LRF;
§ 2º Fica aprovada a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao Processo n.º 200321/25, emitida através do Parecer Prévio nº 168/26 – Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual é pela REGULARIDADE COM RESSALVA das contas do senhor TAKETOSHI SAKURADA, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, relativas ao exercício financeiro de 2024.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.
JÚLIO APARECIDO RODRIGUES DE ALMEIDA
Presidente do Legislativo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS, DESTINADOS À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE ALMOÇO E LEILÃO BENEFICENTE EM PROL DA APAE DE TUNEIRAS DO OESTE - PR
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATADA: CHAGAS EVENTOS LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$97.632,00 (noventa e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 15 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guerino Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CNPJ: 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 – ☎ (0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA – CNPJ 76.247.345/0001-06.

CONTRATADA: INSTITUTO OMNI – CNPJ 48.956.604/0001-32.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 538/2026.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 005/2026, fundamentada no art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, elaboração, divulgação, coordenação, operacionalização, aplicação, correção de provas, processamento e divulgação de resultados, bem como apoio técnico para homologação e demais atos necessários à realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos e formação de cadastro de reserva para o quadro de servidores do Município de Tapejara/PR.

FUNDAMENTO DO ADITIVO: art. 125, § 1º, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

MOTIVO: Adequação quantitativa do objeto, em razão do acréscimo de 154 (cento e cinquenta e quatro) candidatos excedentes, totalizando 354 (trezentos e cinquenta e quatro) candidatos inscritos, conforme Documento de Formalização da Demanda Complementar nº 067/2026.

VALOR DO ADITIVO: R$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais).

VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 15.390,00 (quinze mil, trezentos e noventa reais).

O presente extrato é publicado nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, para conhecimento e transparência do ato.

Tapejara/PR, 15 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE TAPEJARA

Ronaldo Adriano Vilas Boas – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

A Prefeitura Municipal de Xambrê, com sede pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Décio Jardim, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, a proponente **SIGMUND SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA** devidamente inscrita no **CNPJ nº 45.724.134/0001-93**, com endereço na AV DESEMBARGADOR CLOTARIO PORTUGAL, Nº 286, BAIRRO: CENTRO, CAMPO LARGO - PR – CEP: 83.601-320 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Srº **LETICIA RIBEIRO DA SILVA, RG n° 1074977449 e CPF n° 077.744.849-14**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2026, processo administrativo n.º 56/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1. A presente demanda manifesta a necessidade de Contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada e brigadista para os eventos do município de Xambrê.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	1	Serviço de segurança desarmada - Profissionais devidamente treinados para a forma correta e com firmeza em situações delicadas, que estejam preparados para lidar com qualquer adversidade de maneira serena e competente, e que saibam agir preventivamente com comprometimento e cordialidade. A empresa ganhadora deverá apresentar para a execução dos serviços os seguintes documentos de certificação dos profissionais que desempenham os serviços segurança desarmada, especialmente Lei Federal nº 14.967/2024 – Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, e demais normas expedidas pelo Departamento de Polícia Federal. 2ª A DOMINGO. ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. Possibilidade de ser homem ou mulher, de acordo com o evento, caso necessite de revista ou similar. (AMPLA CONCORRENCIA)	hora	1.600	R$ 30,00	R$ 48.000,00

2.2 Consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.
2.3 Caso o licitante opte por oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, o mesmo obriga-se nos limites da mesma.
2.4 É vedado ao Município de Xambrê a participação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata firmada, salvo me caso de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Do prazo de entrega/execução do serviço:

O prazo para execução será de 05 (CINCO) dias após a realização do empenho, conforme a demanda da secretaria.
Não haverá faturamento mínimo para os pedidos.
Os serviços deverão ocorrer conforme solicitado através da autorização de compras, após o envio do pedido pelo departamento de compras por e-mail. Os serviços deverão ocorrer no local/secretaria que solicitou, conforme indicado na "autorização de compra".
Os serviços deverão atender às especificações estabelecidas **no Termo de Referência**.

CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 05 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Xambrê- PR, 05 de outubro de 2026

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

SIGMUND SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
LETICIA RIBEIRO DA SILVA
CPF: 077.744.849-14

Testemunhas:

ADRIANA GARZ RODRIGUES
CPF: 066.130.819-73

ALINE CRISTINA RATTI DE SOUZA
CPF: 093.562.559-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

A Prefeitura Municipal de Xambrê, com sede pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Décio Jardim, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, a proponente **ALCATRAZ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA** devidamente inscrita no **CNPJ nº 61.117.021/0001-86**, com endereço na AV CORONEL FRANCISCO JOSE LUDOLF GOMES, Nº 615, BAIRRO: PANORAMA, FOZ DO IGUAÇU – CEP: 85.856-580 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Srº **LUCAS SILVEIRA FRANCISCO, RG n° 10510073.6 e CPF n° 068.615.919-55**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2026, processo administrativo n.º 56/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1. A presente demanda manifesta a necessidade de Contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada e brigadista para os eventos do município de Xambrê.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	1	Serviço de brigadista - Profissionais com Certificado de Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio com carga horaria mínima de 20(vinte) horas aula. Serviços de brigadista, incluindo prevenção a incêndio, controle de pânico e primeiros socorros. 2ª A DOMINGO. ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. Possibilidade de ser homem ou mulher, de acordo com o evento, caso necessite de revista ou similar.	hora	550	R$ 25,00	R$ 13.750,00

2.2 Consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.
2.3 Caso o licitante opte por oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, o mesmo obriga-se nos limites da mesma.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Do prazo de entrega/execução do serviço:

O prazo para execução será de 05 (CINCO) dias após a realização do empenho, conforme a demanda da secretaria.
Não haverá faturamento mínimo para os pedidos.
Os serviços deverão ocorrer conforme solicitado através da autorização de compras, após o envio do pedido pelo departamento de compras por e-mail. Os serviços deverão ocorrer no local/secretaria que solicitou, conforme indicado na "autorização de compra".
Os serviços deverão atender às especificações estabelecidas **no Termo de Referência**.

CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 05 de outubro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Xambrê- PR, 05 de outubro de 2026

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

ALCATRAZ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA
LUCAS SILVEIRA FRANCISCO
CPF: 068.615.919-55

Testemunhas:

ADRIANA GARZ RODRIGUES
CPF: 066.130.819-73

ALINE CRISTINA RATTI DE SOUZA
CPF: 093.562.559-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 483/2026
Data: 15.10.2026
Ementa: Cria fontes de despesas e Abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT de RESTOS A PAGAR ANULADOS do exercício de 2025 e anteriores no valor de R$ 11.819,67 (onze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos) e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 11.819,67 (onze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos), na forma abaixo discriminada:
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU
Funcional: 0010.0302.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1056 33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 413 8.125,64
Ação: 2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Funcional: 0010.0305.0010
Ref. Modalidade de Aplicação Vínculo Valor (R$)
1839 33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 391 3.694,03
Valor Total: 11.819,67
Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:
Vínculo Valor (R$)
391 - SESA - Programa Estadual de fortalecimento da vigilância em Saúde - ProvigiA 3.694,03
413 - Bloco de Custeio - Estadual 8.125,64
Valor Total: 11.819,67
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ/MF 76.247.345/0001–06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 –
☎ (0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

DECRETO Nº 117/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

ATUALIZA OS LIMITES DE VALOR PARA DISPENSA DE PARECER JURÍDICO NAS COMPRAS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR, BAIXA COMPLEXIDADE OU ENTREGA IMEDIATA DO BEM, E REVOGA O DECRETO EXECUTIVO Nº 025/2025.

O Prefeito Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o contido na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o disposto no art. 53, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a análise jurídica poderá ser dispensada nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados;

CONSIDERANDO que medida similar é adotada no âmbito da Advocacia-Geral da União, conforme Orientação Normativa AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021;

CONSIDERANDO que o art. 182 da Lei nº 14.133/2021 determina a atualização anual, pelo Poder Executivo Federal, dos valores nela fixados, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou índice que venha a substituí-lo;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2025 e vigente desde 1º de janeiro de 2026, atualizou os limites previstos no art. 75, caput, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 para R$ 130.984,20 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, e para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

CONSIDERANDO que o Decreto Executivo nº 025/2025 adotou como referência os valores originais do art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, os quais se encontram defasados, e a necessidade de conferir celeridade, eficiência e segurança jurídica às contratações de baixo valor, em observância aos princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal e do art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

DECRETA:

Art. 1º Considerando-se o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico, fica dispensada a emissão de parecer jurídico nos seguintes procedimentos de contratação:

I) naqueles que envolvam valores inferiores a R$ 130.984,20 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II) naqueles que envolvam valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

§ 1º Sobrevindo nova atualização dos valores da Lei nº 14.133/2021, na forma de seu art. 182, os limites previstos nos incisos I e II deste artigo passam a corresponder automaticamente aos novos valores fixados para o art. 75, caput, incisos I e II, da referida Lei, a contar da vigência do respectivo ato federal, independentemente da edição de novo decreto municipal.

§ 2º Para aferição dos limites previstos neste artigo, observar-se-á o disposto no art. 75, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, vedado o fracionamento da despesa.

§ 3º A manifestação jurídica é obrigatória:

I) quando necessário formalizar a relação contratual por meio de instrumento de contrato que não tenha sido previamente padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico;

II) nas hipóteses em que o administrador, o agente de contratação ou o setor de controle interno suscitar dúvida a respeito da legalidade da contratação;

III) nas demais hipóteses de compras e serviços não abrangidas por este Decreto.

§ 4º A dispensa do parecer jurídico não afasta a obrigatoriedade de instrução do processo de contratação com os documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, em especial os previstos em seu art. 72, quando se tratar de contratação direta, nem a responsabilidade dos agentes públicos pela regularidade dos atos praticados.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Executivo nº 025, de 14 de março de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2.026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

DECRETO Nº 2.903 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providencias;

O Prefeito Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente as que lhe foram conferidas pela Lei nº 2.218 de 16 de dezembro de 2025 e,

Considerando, a inexistência de dotação no orçamento vigente:

Decreta:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**,** no valor de **R$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil, reais)**, por anulação parcial de dotações orçamentárias, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	
03.002.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE CONTABILIDADE	
03.002.28.843.0004.0.009	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA E DIVIDA CONFESSADA	
77 - 4.6.90.71.00.00 1001	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	137.000,00
03.010.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE PACO MUNICIPAL	
03.010.04.122.0003.2.019	MANUTENCAO DO PACO MUNICIPAL	
159 - 3.1.90.94.00.00 1001	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	15.500,00
04.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE LAZER	
04.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE ENSINO	
04.001.12.361.0005.6.021	MANUNTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
181 - 3.3.90.30.00.00 1028	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
04.001.12.361.0005.6.024	MANUTENCAO DA ESCOLA MANOEL RIBAS - OUTROS RECURSOS DA EDUCACAO	
207 - 3.3.90.30.00.00 1028	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
04.001.12.361.0005.6.028	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO - OUTROS RECURSOS DA EDUCACAO	
253 - 3.3.90.30.00.00 1028	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
253 - 3.3.90.30.00.00 1034	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
05.000 00 000 0000 0 000	SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.10.301.0008.2.056	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	
507 - 3.3.90.39.00.00 1494	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
05.001.10.302.0008.2.057	MANUTENCAO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	
509 - 3.1.90.04.00.00 1039	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	30.000,00
05.001.10.302.0008.2.059	MANUTENCAO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-CISA	
528 - 3.3.71.70.00.00 1039	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	50.500,00
06.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE OBRAS E VIACAO	
06.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE OBRAS, SERVICOS E VIACAO	
06.001.15.452.0009.2.068	MANUTENCAO DA DIVISAO DE OBRAS, SERVICOS E VIACAO	
597 - 3.1.90.13.00.00 1001	CONTRIBUICOES PATRONAIS	12.000,00
606 - 3.3.90.46.00.00 1001	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.08.241.0012.2.079	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	
654 - 3.3.50.43.00.00 1001	SUBVENCOES SOCIAIS	18.000,00
07.001.08.244.0013.2.087	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	
719 - 3.1.90.04.00.00 1001	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	14.000,00
	Total Suplementação:	**347.000,00**

Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias:

Redução

03.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	
03.002.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE CONTABILIDADE	
03.002.28.843.0004.0.009	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA E DIVIDA CONFESSADA	
75 - 3.2.90.21.00.00 1001	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	37.000,00
03.002.28.846.0004.0.011	CONTRIBUICAO AO PASEP	
80 - 3.3.90.47.00.00 1001	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	100.000,00
03.010.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE PACO MUNICIPAL	
03.010.04.122.0003.2.019	MANUTENCAO DO PACO MUNICIPAL	
166 - 3.3.90.39.00.00 1001	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.500,00
04.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE LAZER	
04.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE ENSINO	
04.001.12.361.0005.5.006	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
174 - 4.4.90.51.00.00 1028	OBRAS E INSTALACOES	30.000,00
04.001.12.361.0005.6.024	MANUTENCAO DA ESCOLA MANOEL RIBAS - OUTROS RECURSOS DA EDUCACAO	
211 - 3.3.90.39.00.00 1026	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
04.001.12.361.0005.6.026	MANUTENCAO DA ESCOLA RURAL AUGUSTA G. LOPEZ - OUTROS RECURSOS DA EDUCACAO	
233 - 3.3.90.36.00.00 1028	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00
04.001.12.361.0005.6.028	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO - OUTROS RECURSOS DA EDUCACAO	
256 - 3.3.90.39.00.00 1034	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.10.301.0008.2.055	MANUTENCAO DA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA	
494 - 3.3.90.30.00.00 1494	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
05.001.10.302.0008.2.057	MANUTENCAO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	
514 - 3.3.90.08.00.00 1039	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.500,00
516 - 3.3.90.30.00.00 1039	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
517 - 3.3.90.32.00.00 1039	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	9.500,00
522 - 4.4.90.52.00.00 1039	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.500,00
05.001.10.302.0008.2.059	MANUTENCAO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-CISA	
530 - 3.3.72.32.00.00 1039	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/DISTR.GATUIRA	19.000,00
06.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE OBRAS E VIACAO	
06.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE OBRAS, SERVICOS E VIACAO	
06.001.15.452.0009.2.068	MANUTENCAO DA DIVISAO DE OBRAS, SERVICOS E VIACAO	
605 - 3.3.90.39.00.00 1001	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000	DIVISAO DE FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0012.1.022	REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
688 - 4.4.90.52.00.00 1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
07.001.08.244.0012.2.086	MANUTENCAO DA DIVISAO DE FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
712 - 3.3.90.33.00.00 1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.000,00
	Total Redução	**347.000,00**

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
ESTADO DO PARANA

PORTARIA Nº 118/2026

Súmula: Concede aposentadoria a Servidor Municipal.

O Prefeito **DÉCIO JARDIM,** do Município de Xambrê, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do (a) servidor (a) **NILZA DE OLIVEIRA GREGORIO**

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido a Sr.ª **NILZA DE OLIVEIRA GREGORIO,** brasileiro (a) servidor (a) público municipal de Xambrê, portador (a) do RG sob nº 5.251.816-6 e inscrito (a) no CPF sob nº 633.677.939-49, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR NIVEL III. **Aposentadoria Voluntaria por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos (mensais e integrais), sem paridade, com fundamento no art. 6º da EC 41/03, nos termos da lei municipal 1271/1992 e da lei municipal 1.538/2002, a partir de 14 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal Xambrê Administrando com a Comunidade

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 4.003,31 (quatro mil, três reais e trinta e um centavos) constante na planilha de cálculo de proventos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Anote-se. Publique-se.

Prefeitura Municipal de Xambrê, 14 de Outubro de 2026

DÉCIO JARDIM
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES (044) 3677-1222
CEP87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

PORTARIA: nº 254/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Tapejara, Estado do Paraná, para o mandato de 15 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2028, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tapejara – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo **ART. 71, inciso VI da Lei Orgânica do Município** e considerando o disposto na **Lei Municipal nº 2.471 de 16 de julho de 2024.**

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Tapejara, Estado do Paraná, para o mandato compreendido entre 15 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2028, conforme a seguinte composição:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Adriana Alves Zeni;
Suplente: Daniele Aparecida da Silva.

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Daniela de Cássia Bernal Fredericci.
Suplente: Luciene Tofanin Cuarelli

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Maria Sueli Mendes Brant Santaroza;
Suplente: Luciana Aparecida de Souza.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

IV – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO CASAS DA AMIZADE

Titular: Elaine Maria do Nascimento Luque Real;
Suplente: Dirce de Moraes Grego.

V – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RURAIS

Titular: Marta Feitosa;
Suplente: Iracema da Silva.

VI – REPRESENTANTES DO NÚCLEO DA MULHER EMPRESÁRIA

Titular: Gabriela Sant'Ana da Silva;
Suplente: Francieli Furlan de Souza Vas Estero.

Art. 2º Os membros nomeados exercerão suas funções em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos referentes ao período de mandato acima citado, revogadas as disposições em contrário.

Tapejara - PR, 15 de outubro de 2026.

Ronaldo Adriano Vilas Boas
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE TAPIRA
Estado do Paraná

** Elotech **
15/10/2026
Pág. 1/1

Exercício: 2026

Decreto nº 3106/2026 de 13/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TAPIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1171/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 160.500,00 (cento e sessenta mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.003.00.000.0000.0.000.		FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	
09.003.08.122.0062.2.153.		IGD PBF - Bloco de Gestão do PBFE CADÚNICO	
146 - 3.3.90.39.00.00	31940	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.500,00
09.003.08.245.0062.2.160.		Procad-SUAS	
162 - 3.3.90.39.00.00	1849	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E VIAÇÃO	
12.025.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
12.025.15.451.0045.2.051.		Manutenção da Divisão de Obras	
295 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000,00
		Total Suplementação:	**160.500,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
06.019.00.000.0000.0.000.		Divisão de Administração	
06.019.04.122.0004.2.007.		Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	
40 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.00.000.0000.0.000.		FMDI - Fundo Municipal de Direitos do Idoso	
09.005.08.241.0062.2.116.		Manutenção das Atividades da Pessoa Idosa	
178 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	8.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
10.001.13.392.0033.2.043.		Manutenção da Divisão de Cultura	
194 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
11.029.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
11.029.27.812.0031.2.044.		Manutenção da Divisão de Esportes	
281 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00
282 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E VIAÇÃO	
12.025.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
12.025.15.451.0045.2.051.		Manutenção da Divisão de Obras	
296 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
12.030.00.000.0000.0.000.		Divisão de Serviços Rodoviários	
12.030.26.782.0080.2.052.		Manutenção da Divisão de Serviços Rodoviários	
301 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	42.000,00
		Total Redução:	**160.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de TAPIRA , Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

C.G.C.76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442-FONE (044) 677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

DECRETO N.º 118, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de crédito Adicional Suplementar em dotações do orçamento corrente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº 2.587 de 22 de dezembro de 2025.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do executivo para o corrente exercício o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados a ocorrer com despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados:

05.000.00.000.0000.0.000Secretaria de Administração
05.001.00.000.0000.0.000Divisão de Recursos Humanos
05.001.28.331.0007.0.001Contribuição ao Pasep
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.47.00.00 (38) Obrigações Tributárias e Contributivas R$: 50.000,00

05.002.00.000.0000.0.00Divisão de Serviços Gerais
05.002.04.122.0002.2.007Encargos Gerais do Município
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.39.00.00 (50) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 50.000,00

06.000.00.000.0000.0.000Secretaria de Finanças
06.003.00.000.0000.0.000Divisão de Tesouraria
06.003.28.846.0006.0.003Encargos Financeiros de Outras Dívidas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres) R$: 100.000,00
3.3.90.91.00.00 (107) Sentenças Judiciais

Total R$: 200.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1°, será utilizado como recurso o cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

05.000.00.000.0000.0.000 Secretaria de Administração
05.002.00.000.0000.0.000Divisão de Serviços Gerais
05.002.04.122.0002.2.007Encargos Gerais do Município
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.91.97.00.00 (53) Aporte Para Cobertura do Déficit Atuarial do Rpps R$: 50.000,00

06.000.00.000.0000.0.000 Secretaria de Finanças
06.002.00.000.0000.0.000Divisão de Contabilidade
06.002.99.999.0009.0.002Reserva de Contingência
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
9.9.99.99.00.00 (97) Reserva de Contingência R$: 150.000,00

Total R$: 200.000,00

Artigo **3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, 15 de outubro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

Mande denúncias, fotos e sugestões de matérias para o
UMUARAMA ilustrado
pelo WhatsApp
44-9.9913-0130

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 075/2026
O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 075/2026, referente ao Processo Administrativo 180/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para locação de caminhão equipado com guindaste hidráulico tipo Munck, por hora de utilização, destinado ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.
VALOR MÁXIMO: R$ R$ 400.155,00 (quatrocentos mil, cento e cinquenta e cinco reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50h do dia 28/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50h às 09:00h do dia 28/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00h do dia 28/10/2026.
Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026
JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 076/2026
O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 076/2026, referente ao Processo Administrativo 181/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de mercado destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Iporã/PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 328.149,90 (trezentos e vinte e oito mil, cento e quarenta e nove reais e noventa centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50h do dia 28/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50h às 14:00h do dia 28/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 14:00h do dia 28/10/2026.
Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026
JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 077/2026
O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 077/2026, referente ao Processo Administrativo 182/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Aquisição de lixeiras ecológicas com capacidade aproximada de 100 litros, destinadas à coleta de resíduos recicláveis, para instalação e utilização em espaços públicos do Município de Iporã/PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 250.546,16 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50h do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50h às 09:00h do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00h do dia 29/10/2026.
Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026
JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 078/2026
O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 078/2026, referente ao Processo Administrativo 183/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para serviços e manutenções elétricas, destinado a suprir as necessidades das Secretaria de Infraestrutura Urbana e Limpeza Públicas do município de Iporã-PR.
VALOR MÁXIMO: R$ R$ 79.823,80 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50h do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50h às 14:00h do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 14:00h do dia 29/10/2026.
Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026
JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
EDITAL INTERNO SEDUC ESCOLHA DE DIRETOR– 032026□
O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e atendendo o contido no Decreto nº 103/2026 e Edital Interno SEDUC 01/2026, do Processo de escolha de diretores da Rede Pública Municipal das instituições de ensino para o ano de 2027.
RESOLVE:
Art. 1º. Homologar a lista dos inscritos do Edital Interno Seduc Escolha de Diretor– 012026□, para as instituições abaixo relacionadas:
Escola Municipal Professor Walter Bergman - Ensino Fundamental

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	CPF
01	Fabiana Honorato Gollo	030.xxx.xxx-63

Escola Municipal Herculândia – Ensino Fundamental

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	CPF
01	Ana Cândida Becegatto Delcielo	983.xxx.xxx-91

Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	CPF
01	Roselaine Alves da Fonseca	036.xxx.xxx-05
02	Eliane Bertoldo Priore Furcho	020.xxx.xxx-76

Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	CPF
01	Madalena de Brito	030.xxx.xxx-75

Ivaté, 15 de outubro de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 667/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 311/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ nº 32.651.451/0001-85
Objeto do Contrato: Contratação do Instituto AGP para realização de Curso In Company presencial, a ser ministrado pelo Prof. Dr. Luciano Elias Reis, sobre a fase preparatória da contratação pública e a construção dos artefatos de planejamento.
Fundamentação: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.
Valor Total: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
Recurso Orçamentário:
433.06.05.2035.3339039480000000000.505
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, tendo início na data de assinatura e término em 15 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.
Data de Assinatura: 15 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 15 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

2ª ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para eventual e futura aquisição parcelada de gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, carnes, laticínios, produtos de panificação, alimentos especiais e demais insumos destinados ao preparo e fornecimento da merenda escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino do Município de Pérola/PR.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Onde se lê:

4. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM

Item	Descrição	CATMAT	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
47	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE, para lactentes com intolerância à lactose. Atendendo as recomendações do Codex alimentarius FAO/OMS. Isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Distribuição calórica: carboidrato 44%, sendo 100% maltodextrina, proteína 8%, sendo 100% caseina e lipídeo 45%. (Embalagem lata contendo 400g). Sugestões de marcas; Nestlé NAN SL, Danone APTAMIL SL, qualidade igual ou superior.	435254	LT	30	R$ 17,15	R$ 3.514,50

Leia-se:

4. ESPECIFICAÇÕES DO ITEM

Item	Descrição	CATMAT	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
47	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE, para lactentes com intolerância à lactose. Atendendo as recomendações do Codex alimentarius FAO/OMS. Isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Distribuição calórica: carboidrato 44%, sendo 100% maltodextrina, proteína 8%, sendo 100% caseina e lipídeo 45%. (Embalagem lata contendo 400g). Sugestões de marcas; Nestlé NAN SL, Danone APTAMIL SL, qualidade igual ou superior.	435254	LT	30	R$ 117,15	R$ 3.514,50

Considerando que a alteração acima impacta a formulação das propostas pelos licitantes, fica designada a data de 28/10/2026, às 09h00min, para a realização do certame, permanecendo inalteradas as demais disposições do instrumento convocatório.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 08h:50m do dia 28/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: De 08h:51m à 08h:59m do dia 28/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h:00m do dia 28/10/2026.

Pérola/PR, 15 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 614/2026
Nomeia a Senhora BARBARA CAMILA CHAVES, para cargo de provimento efetivo e inicia marco de contagem de estágio probatório e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 02 de abril de 2010;
CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público nº 01.001/2023, homologado pelo Edital nº 01.013/2024, em 26 de março de 2024 e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos e perícia médica.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Senhora BARBARA CAMILA CHAVES, portadora da Cédula de identidade sob o nº 13.XXX.XXX-9-SESP/PR, inscrita no CPF nº 089.XXX.XXX-10, para exercer o cargo de Professora, em caráter efetivo, para cumprimento do estágio probatório, a partir de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 615/2026
Nomeia a Senhora CARLA GIGLIOLI KRAIEWSKI DE FREITAS, para cargo de provimento efetivo e inicia marco de contagem de estágio probatório e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 02 de abril de 2010;
CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público nº 01.001/2023, homologado pelo Edital nº 01.013/2024, em 26 de março de 2024 e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos e perícia médica.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Senhora CARLA GILIOLI KRAIEWSKI DE FREITAS, portadora da Cédula de identidade sob o nº 035.XXX.XXX-85-SESP/PR, inscrita no CPF nº 035.XXX.XXX-85, para exercer o cargo de Professora, em caráter efetivo, para cumprimento do estágio probatório, a partir de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 616/2026
Nomeia a Senhora GEOVANA APARECIDA SILVA AMORIM, para cargo de provimento efetivo e inicia marco de contagem de estágio probatório e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 02 de abril de 2010;
CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público nº 01.001/2023, homologado pelo Edital nº 01.013/2024, em 26 de março de 2024 e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos e perícia médica.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Senhora GEOVANA APARECIDA SILVA AMORIM, portadora da Cédula de identidade sob o nº 37.XXX.XXX-4-SESP/PR, inscrita no CPF nº 098.XXX.XXX-38, para exercer o cargo de Professora, em caráter efetivo, para cumprimento do estágio probatório, a partir de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 617/2026
Nomeia a Senhora LEILA DE FATIMA GIGLIOLI PITONDO MINAS, para cargo de provimento efetivo e inicia marco de contagem de estágio probatório e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 02 de abril de 2010;
CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público nº 01.001/2023, homologado pelo Edital nº 01.013/2024, em 26 de março de 2024 e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos e perícia médica.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Senhora LEILA DE FATIMA GIGLIOLI PITONDO MINAS, portadora da Cédula de identidade sob o nº 8.XXX.XXX-0-SESP/PR, inscrita no CPF nº 041.XXX.XXX-56, para exercer o cargo de Agente Administrativo, em caráter efetivo, para cumprimento do estágio probatório, a partir de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 618/2026
Nomeia a Senhora ROSANGELA GUANDALIN, para cargo de provimento efetivo e inicia marco de contagem de estágio probatório e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 02 de abril de 2010;
CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público nº 01.001/2023, homologado pelo Edital nº 01.013/2024, em 26 de março de 2024 e sua ordem classificatória;
CONSIDERANDO cumpridas as etapas de apresentação de documentos e perícia médica.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Senhora ROSANGELA GUANDALIN, portadora da Cédula de identidade sob o nº 3.XXX.XXX-7-SESP/PR, inscrita no CPF nº 522.XXX.XXX-49, para exercer o cargo de Agente Administrativo, em caráter efetivo, para cumprimento do estágio probatório, a partir de 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 619/2026
Concede Férias a servidora ELISÂNGELA PEREIRA DE SOUZA, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ELISÂNGELA PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 1964-0, ocupando o cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 16 de novembro de 2026 a 15 de dezembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 15 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO N. 106/2026
Designa novos integrantes para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:
Art. 1°. Ficam designadas as pessoas abaixo, para compor o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal, que tem por competência as atribuições previstas no art. 9º da Lei nº. 1456, de 11 de junho de 2026, com biênio consecutivo, integrado pelos seguintes membros.
I – Representantes do Poder Público:
a)Titular: JAQUELINE DA SILVA
Suplente: Isabella Druciak de Castro
Representante da Secretaria de Assistência Social
b) Titular: KASSIA REGINA DA SILVA
Suplente: Sandra dos Santos Pinheiro
Representante da Secretaria de Saúde
c) Titular: JOSIANE CASTORINA DA SILVA
Suplente: Agnaldo da Silva Souza
Representante da Secretaria de Educação e Cultura
II – Representantes da Sociedade Civil:
a)Titular: MARIA JOSÉ DA COSTA– Igreja Batista Nova Canaã;
Suplente: Maria Cardoso de Souza – Igreja Assembleia Missões.
Representante de Entidades Religiosas.
b)Titular: CRISTINA GARCIA DE SOUZA
Suplente: Andreia Pereira Miorini
Representante de Associação APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – Colégio Ana Neri.
c)Titular: APARECIDA ARAUJO GASQUE MONTEIRO
Suplente: Kamila Ricardo de Souza de Paula
Representante de Associação de Pais e Mestres e Funcionários – APMF – Centro Municipal de Educação Infantil – Recanto Feliz.
Art. 2º. Ficam considerados relevantes os serviços prestados pelos conselheiros ora constituídos, porém, sem ônus para o Município.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrario, especialmente o Decreto nº. 036/2026 de 08 de maio de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBURQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE OUTUBRO/2026
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: WAGNER EDVIRGES
MATRICULA: 202431
DESTINO/UF: ROLANDIA
SAÍDA: 12:51 H 14/10/2026
RETORNO:21:25 H 14/10/2026
MEIO DE TRANSPORTE: AMBULÂNCIA PLACA TBE7F58
CUSTO APROXIMADO: RS 160,00

Pagamento de 1/8 (UM OITAVO) diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 (Cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de ROLANDIA, PARA TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MEDICO.

Maria Aparecida da Silva
ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 03
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

O MUNICIPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que foram promovidas alterações no Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, ficando estabelecida nova data de realização do certame para dia 28/10/2026. Os horários limites para inserção de documentos, abertura das propostas e lances na plataforma BLL bem como os demais dispositivos no instrumento convocatório permanecem inalterados. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro através da plataforma no sítio eletrônico bll.org.br – Através do Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min., ou através do e-mail: compras@perola.pr.gov.br.

Pérola/PR., 15 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marilia, 1920 –
CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-1190
CNPJ: 076.404.136/0001-29

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2026
JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026, refere-se à Contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições destinadas aos participantes do grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60 – Fase III, durante passeio turístico programado para o dia 20 de outubro de 2026, no Município de Maringá/PR

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir alimentação adequada aos participantes do grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60 – Fase III, durante o passeio turístico, no Município de Maringá/PR. O fornecimento das refeições visa proporcionar condições adequadas de alimentação e bem-estar aos participantes ao longo da atividade, considerando as necessidades específicas do público idoso e contribuindo para a segurança, o conforto e o bom desenvolvimento da programação. A iniciativa também favorece a participação dos idosos em atividades de lazer, convivência e integração social, em consonância com os objetivos do programa.

FORNECEDOR	*VALOR TOTAL*
DANIEL BENTO DE AQUINO RESTAURANTE CNPJ: 16.734.652/0001-90	**R$ 5.292,00 (Cinco mil, duzentos e noventa e dois reais)**

Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Autorizo a Instauração do Referido Processo com Dispensa de Licitação.
Mariluz, 15 de outubro de 2026.

ANDREIA CRISTINA BERNARDO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação, nos termos do presente processo e de acordo com a solicitação formulada através da Secretária Municipal de Assistência Social.

Mariluz, 15 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 209/2025.
PREGÃO N° 059/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **UMUCAMPO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E VEÍCULOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 01.008.538/0001-05, sediado na cidade de UMUARAMA-PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) VALDIR MARTINI, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 124/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº.059/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 209/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 209/2025 **até 17/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 078/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 209/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de contratação para o objeto de: **Aquisição de Peças mecânicas e elétricas, Serviços de mão de obra, Óleos Lubrificantes, Filtros, Baterias, Manutenção, recarga e serviços de mão de obra para ar condicionado, funilaria e insulfilm, para os veículos leves, pesados, utilitários, máquinas pesadas, roçadeiras hidráulicas e manuais de todas secretarias**, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das condições adequadas de funcionamento da frota municipal.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da comunicação, após a conclusão do novo processo licitatório e a celebração do respectivo contrato, assegurada a continuidade das coberturas contratadas, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.**4.3.** A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes aos fornecimentos efetivamente realizados e aos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, conforme as condições estabelecidas no contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 03
CONTRATO Nº 212/2025.
PREGÃO N° 059/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ROLEMAIS AUTO PEÇAS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 11.540.702/0001-84, sediado na cidade de UMUARAMA- PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. PAULO RODRIGUES GARCIA , conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 124/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº.059/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 212/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 212/2025 **até 17/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 078/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 212/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de contratação para o objeto de: **Aquisição de Peças mecânicas e elétricas, Serviços de mão de obra, Óleos Lubrificantes, Filtros, Baterias, Manutenção, recarga e serviços de mão de obra para ar condicionado, funilaria e insulfilm, para os veículos leves, pesados, utilitários, máquinas pesadas, roçadeiras hidráulicas e manuais de todas secretarias**, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das condições adequadas de funcionamento da frota municipal.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da comunicação, após a conclusão do novo processo licitatório e a celebração do respectivo contrato, assegurada a continuidade das coberturas contratadas, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.**4.3.** A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes aos fornecimentos efetivamente realizados e aos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, conforme as condições estabelecidas no contrato.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.